Comunicações do ISER

Número 71 - Ano 37 - 2018

HOMICÍDIOS NA BAIXADA FLUMINENSE

ESTADO, MERCADO, CRIMINALIDADE E PODER

ISER

ANDRÉ RODRIGUES

ELIZABETE ALBERNAZ

JULIANA ÁGUIDA

LEANDRO MARINHO

RAQUEL GUILHERME

HOMICÍDIOS NA BAIXADA FLUMINENSE

ESTADO, MERCADO, CRIMINALIDADE E PODER

ISER

Em memória de Cleber Pacheco

COORDENAÇÃO DA PESQUISA
André Rodrigues

SUPERVISÃO DE CAMPO
Elizabete Albernaz
Raquel Guilherme

PESQUISADORES DE CAMPO
Leandro Marinho
Juliana Águida
Cassia Carvalho

ESTAGIÁRIAS
Francyne Motta
Betânia Almeida
Carolina de Souza Costa

SECRETÁRIA
Helena Mendonça

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Pedro Strozenberg

Capa: Quiprocó Filmes (Nossos mortos têm voz)

IMAGENS
III - Homicídios em números e narrativas: Quiprocó Filmes (Nossos mortos têm voz)
IV - Percepções sobre homicídios e criminalidade: Quiprocó Filmes (Nossos mortos têm voz)
V - O trabalho policial: Tomaz Silva/Agência Brasil
VI - Os executivos municipais: Igor Freitas Lima
VII - Violência letal e política: reprodução
Conclusões: Laís Dantas
Contracapa: Alex Teixeira

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Conceito Comunicação Integrada
www.conceito-online.com.br

ISBN: 978-85-85273-00-2

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 07

APRESENTAÇÃO 08

I. INTRODUÇÃO 11

II. METODOLOGIA 19

III. OS HOMICÍDIOS NA BAIXADA FLUMINENSE EM NÚMEROS E NARRATIVAS 20

IV. PERCEPÇÕES SOBRE OS HOMICÍDIOS E CRIMINALIDADE VIOLENTA 41

V. O TRABALHO POLICIAL: CORRUPÇÃO, PRECARIEDADE, AUTORIZAÇÃO PARA MATAR 61

VI. OS EXECUTIVOS MUNICIPAIS: GESTÃO, PARTICIPAÇÃO E LACUNAS NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA 71

VII. VIOLÊNCIA LETAL E POLÍTICA: O CLIENTELISMO HOMICIDA 81

VIII. CONCLUSÕES 95

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 103

ANEXOS 105

Eu acredito que a violência é uma indústria lucrativa no Brasil.

(Ativista da Baixada Fluminense)

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos recursos disponibilizados pela Open Society Foudations ao ISER que possibilitaram a composição da equipe que se encarregou desse trabalho em um contexto no qual o tema dos homicídios no Brasil passa por uma perda de relevância nas preocupações das agendas estatais. Também agradecemos à Anistia Internacional pelos recursos para a editoração desta publicação. Da equipe da Anistia, somos especialmente gratos à Renata Neder pelo diálogo e parceria constantes. No bojo desse contexto figuram a desarticulação de algumas frentes de intervenção como o *Pacto Nacional de Redução de Homicídios*, que pouco avançou e agora não possui horizontes consistentes de continuidade. Nesse cenário de redução dos investimentos públicos para a contenção e redução da violência letal intencional, se tornam ainda mais relevantes as agendas dos movimentos sociais que seguem como focos de resistências. Agradecemos, por isso, as contribuições e ressonâncias que encontramos em espaços como o Fórum Grita Baixada (FGB), onde as atuações de pessoas como Irmã Yolanda, Douglas Almeida, Dom Luciano e José Cláudio Souza Alves deram fôlego aos esforços de análise e intervenção aqui empregados. Nesse diálogo com o FGB e com outras articulações da sociedade civil, pudemos contar com a parceria da Casa Fluminense e suas preocupações com o enfoque metropolitano como via de pensarmos caminhos para muitos dilemas do Rio de Janeiro. Somos gratos especialmente às pessoas de Henrique Silveira e Guilherme Karakida, sempre presentes no percurso de formulação deste trabalho. As discussões e elaborações coletivas com outras organizações da sociedade civil também foram de vital importância para os argumentos e análises aqui reunidos. Agradecemos, por isso, a Silvia Ramos, do CESeC, Raquel Willadino, do Observatório de Favelas, Michelle Ramos, do Instituto Igarapé, e Ignácio Cano e Doriam Borges, do LAV-UERJ. Nesses debates, também pudemos contar com a presença próxima de parceiros de longa data nas formulações analíticas e aplicadas no campo da segurança pública: Antonio Carlos Carballo Blanco e Ibis Pereira, muito obrigado. À equipe do ISER, há muito que agradecer: o ânimo e a parceria constantes de Pedro Strozenberg, sempre fazendo das inquietudes horizontes para a ação no árido campo da segurança pública, Helena Mendonça, figura basilar da instituição e amiga gentil e constante, João Antonio de Souza e Silva, acompanhando de perto cada passo e renovando os entusiasmos, Lilian Negreiro, na retaguarda administrativa, e Roberto Marinho, figura impecável. Agradecemos muito especialmente a João Trajano Sento-Sé que foi fundamental para este trabalho.

APRESENTAÇÃO

A Baixada Fluminense apresenta, há algumas décadas, altas taxas de homicídios. Nos últimos anos, também vem se destacando pelo aumento de mortes decorrentes de intervenção policial. Se comparada à capital do estado, possui, em média, o dobro da taxa da cidade carioca. Enquanto na cidade do Rio de Janeiro a taxa de letalidade violenta (homicídios dolosos, mortes decorrentes de intervenção policial, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte) está em torno de 40 para cada 100 mil habitantes, na Baixada a razão é de 80 mortes para cada 100 mil.

Basta observar as taxas de cada município fluminense para perceber que essa média oferece um parâmetro muito distinto da realidade estadual. De acordo com o "Atlas da Violência 2018", municípios como Queimados e Japeri apresentam taxas de 134,9 e 95,5 mortos a cada 100 mil habitantes, respectivamente, o que insere a Baixada Fluminense no rol dos territórios mais violentos do Brasil e expressa o abandono dessa região que há décadas grita por socorro.

Entendemos que a relação entre o racismo e a desigualdade social é uma razão histórica pela qual a população negra, pobre e periférica é a mais vulnerável e, por isso, é a mais afetada pela violência. Se observarmos o mapa da violência do Brasil, perceberemos que os indicadores são maiores no nordeste e norte e menores no sul e sudeste. No mundo, essa concentração está na América Latina e África. Podemos, assim, materializar a relação entre desigualdade socioeconômica gerada por sistemas escravocratas dentro e fora do Brasil.

A Baixada Fluminense é a região mais negra do estado e essa violência, acrescida pelo racismo, está traduzida no histórico de chacinas ocorridas nesse território. Treze anos após o extermínio ocorrido em 2005, que ficou conhecido como "chacina da Baixada", em que 29 pessoas foram assassinadas, a violência nessas cidades se torna cada vez mais intensa, profunda e complexa.

A chacina da Baixada permanece como o marco da violência que ganhou corpo com os esquadrões da morte. Gestados no início da ditadura civil-militar de 1964, se reorganizaram e passaram a funcionar, mais recentemente, a partir da articulação de três elementos: o aparato policial que muitas vezes compõe os grupos de controle e extermínio; o financiamento econômico de grupos pertencentes às classes privilegiadas; e o suporte político de agentes do Estado, tais como legisladores, gestores públicos e integrantes do Judiciário, que auxiliam no funcionamento desses grupos e se valem de seus serviços para a manutenção de privilégios.

Desde 2005, ocorreram mais três chacinas na região: Em 2010, a chacina do Éden, em São João de Meriti; em 2012, a chacina da Chatuba, em Mesquita; e em 2014, a chacina do Parque Paulista, em Duque de Caxias. Juntos, os três massacres vitimaram mais 29 pessoas. Para além desses crimes há também, na Baixada, uma metodologia perversa de ocultação de assassinatos: os desaparecimentos forçados.

Nesse cenário, jovens negros e pobres são os corpos matáveis que são descartados diariamente. O racismo opera eliminando física e simbolicamente essa população majoritariamente negra e pertencente às periferias.

É por isso que o Fórum Grita Baixada, uma coalização de organizações e pessoas da sociedade civil articuladas em prol de iniciativas voltadas aos direitos humanos e a segurança pública, avalia como sendo de suma importância a construção de pesquisas específicas sobre segurança pública na Baixada Fluminense. A pesquisa aqui apresentada – "Homicídios na Baixada Fluminense: Estado, mercado, criminalidade e poder" – revela dados reais e inquietantes que corroboram a luta do Fórum Grita Baixada e de outras instituições e projetos locais que incidem politicamente nas mais diversas questões aqui retratadas: autos de resistência, desaparecimentos forçados, baixo índice de investigação e a passividade do Poder Judiciário.

É demasiadamente positivo que boa parte da pesquisa esteja baseada na vivência e nas narrativas de moradores(as) da Baixada Fluminense. São relatos e escutas que traduzem a realidade dos que vivem e sobrevivem "nesse e a esse" território cunhado no racismo e descaso de uma política de Estado que cotidianamente escolhe não ouvir os gritos que denunciam os crimes cometidos na região.

Esta pesquisa fortalece uma série de recomendações e propostas consolidadas e construídas na trajetória de luta do Fórum Grita Baixada e das demais instituições presentes nas terras fluminenses. O direito à reparação, à memória e à justiça de mães e familiares de vítimas da violência de Estado da Baixada Fluminense, uma perícia independente e a construção de diagnósticos participativos para fomentar planos municipais de redução de homicídios. Essas são as bases para a edificação de uma vida mais digna que faça jus à história de luta, trabalho e persistência da população fluminense.

FÓRUM GRITA BAIXADA

I. INTRODUÇÃO

I. 1. O CONTEXTO: "ALI ERA UMA CASA DE FAMÍLIA!"

A Baixada Fluminense, desde a primeira metade do século passado, figura no imaginário nacional (talvez mesmo internacional) como região caracterizada pelo alto índice de incidências criminais violentas, pela articulação entre grupos criminosos organizados e segmentos da sociedade formal (comerciantes, empresários, etc) e por uma forte influência do crime na política local. A região integra a metrópole do Rio de Janeiro e, de acordo com os limites reconhecidos pela administração pública fluminense, reúne treze municípios[1]. A Baixada passou por diversos ciclos econômicos que foram determinantes para constituição das municipalidades que a compõem; desde o escoamento da produção agrícola do interior do estado, no final do Império e início da República Velha, por sua rede fluvial cuja foz se dirige para a Baía de Guanabara, até o vertiginoso crescimento populacional da metrópole, nas últimas décadas, com o desenvolvimento do setor de serviços local e com concentração de imensa massa populacional que serve de mão-de-obra para a capital. Houve ainda, nesse processo de mais de um século, um movimento de declínio das antigas propriedades rurais da região, seguido de uma "onda loteadora"[2] na qual as propriedades foram repartidas em

1 Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Seropédica e São João de Meriti. José Claudio Souza Alves (2003), ao debater os limites da região, mostra que há muitas outras possibilidades de descrever geograficamente aonde começa e termina a Baixada. Por razões de simplificação analítica, consideraremos o perímetro reconhecido nos padrões da administração pública.

2 A expressão é de Alves (Idem). Para maiores aprofundamentos da historia econômica, social e política da Baixada, essa obra é fundamental e dela nos servimos para essa caracterização inicial da região.

porções menores de terra e vendidas, passando ainda por um curto período em que a agricultura volta a crescer em torno da produção de laranja. Em torno da metade do século XX, com seu declínio econômico, os municípios da Baixada se tornaram cidades dormitórios, com uma parcela expressiva de sua população orbitando em atividades produtivas na capital fluminense.

Em contraste com a muito variável e atribulada história da Baixada, dois eixos parecem possuir certa permanência: o nexo entre a constituição dos poderes políticos locais e o uso de métodos violentos, como os assassinatos; e a condição periférica em relação à cidade do Rio de Janeiro. Esses dois aspectos das circunstâncias políticas, econômicas e sociais da região, como procuraremos mostrar ao longo deste estudo, são fundamentais para a compreensão de como se engendram as lógicas criminosas que fazem da Baixada uma das regiões mais violentas do estado, apresentando um patamar quase que constante de alta letalidade violenta, há décadas.

Em relação à situação periférica da Baixada em relação à capital, a tônica do desenvolvimento da região é ditada por um processo que ocorre sempre a reboque das dinâmicas da cidade do Rio de Janeiro. Hélio R. S. Silva (2012), ao analisar as assimetrias da metrópole do Rio de Janeiro a partir da história de nossas linhas ferroviárias, mostra, por exemplo, que todas as linhas dirigidas para a Baixada tinham por finalidade primeira em seu surgimento o abastecimento da capital e não o transporte dos moradores da região.

No que se refere às vinculações entre a política local e a violência letal, a Baixada apresenta uma longa história na qual o uso de expedientes violentos de poder foi uma das principais fontes de capital político para alçar lideranças locais aos cargos eletivos formais. O controle dos territórios por barões, coronéis, mandões, chefetes ou lideranças que atuam a partir de uma mescla de brutalidade e relações de clientela foi e ainda é uma fonte importante do poder local na Baixada. Ser "dono" de uma área, nessa gramática do poder, significa ter o controle dos ganhos econômicos decorrentes desse domínio, através do monopólio sobre o fornecimento de certos serviços, muitos deles de responsabilidade pública, como a oferta de água, transportes ou a garantia da segurança. Mas possuir esse tipo de poder vai além: o "dono" da área controla também um quantitativo de eleitores. Foi assim no passado. É assim no presente.

No passado, a atuação de matadores e grupos de extermínio fez emergir personagens que, pela atualização da herança coronelista que ainda encontrava ressonâncias depois do Estado Novo, tiveram grande proeminência local, chegando a figurar no cenário político nacional. É o caso de Tenório Cavalcanti, o Homem da Capa Preta. Ele emerge no cenário da Baixada, especificamente em Caxias, a partir de seus vínculos pessoais com político influentes na região. Chegado de Alagoas em 1926 e pertencente a uma família poderosa naquele estado, Tenório Cavalcanti é acolhido pelo deputado Natalício Camboim de Vasconcelos, seu tio e padrinho. Torna-se, por essa relação, próximo de Hildebrando de Góes, que dirigia o Departamento de Portos, Rios e Canais, órgão público que administrava àquela altura o saneamento básico da Baixada. A partir de sua atuação na gestão pública, ele passa a ter acesso ao negócio da venda de carvão e lenha – microeconomia muito característica da Baixada naquele período como um subproduto do loteamento predatório das antigas propriedades rurais. Tenório Cavalcanti, em vista dos ganhos econômicos decorrentes dessas atividades, chega a possuir 43 propriedades na região. A violência como marca de sua atuação foi resultado justamente do papel que desempenhou nos conflitos pela terra, tendo em vista que, nesse período, a Baixada vivenciava constantes confrontos entre jagunços pela definição da posse das terras[3]. O seu desempenho nessas relações violentas de poder fez a fama e a cama:

3 Para uma descrição detalhada desse processo, ver Alves (Idem, pp. 82-83).

vereador, deputado estadual e deputado federal, foram alguns dos cargos que o Homem da Capa Preta ocupou ao longo de sua trajetória política. Sempre munido de sua metralhadora apelidada de Lurdinha, arma que nunca deixou de portar mesmo ao frequentar as arenas públicas desde as casas legislativas locais ao Congresso Nacional. O porte dessa arma durante o exercício de suas atividades de parlamentar e de gestor do executivo municipal é, aliás, uma espécie de síntese simbólica da natureza do poder político que o levou à carreira pública. Uma trajetória marcada pela violência que fez com que ele acumulasse, entre 1928 e 1953, 47 ferimentos de bala e 8 prisões[4].

O contexto atual da Baixada, obviamente, é muito distinto daquele dos tempos de Tenório Cavalcanti. Mas a figura da liderança que emerge através do uso do poder armado e cuja influência ascende do local para o municipal, do municipal para o estadual e do estadual para o nível federal parece ser um modelo ainda presente na Baixada, como tentaremos mostrar.

O coronelismo teve como característica fundamental a constituição de uma lógica do poder na qual as esferas estadual e federal se alimentavam do poder dos coronéis nos contextos municipais. O poder dos coronéis garantia os redutos eleitorais locais que interferiam na vitória ou derrota dos candidatos aos cargos estaduais e federais[5]. Como define José Murilo de Carvalho (1997), esse foi um sistema político restrito ao contexto da República Velha. Esse sistema trazia no seu bojo, entretanto, práticas políticas que perduraram do Estado Novo aos dias atuais de nossa recente democracia, tais como o mandonismo e o clientelismo. O mandonismo consiste na atuação de um chefete local que controla determinado território, utilizando-se muitas vezes de meios violentos de poder. O clientelismo, por sua vez, consiste na adoção de uma prática de favorecimentos privados como elemento fundamental do poder local. Tanto o mandonismo quanto o clientelismo são recursos para a produção de poder político que em muitos contextos brasileiros ainda estão em voga.

A equação política característica da Baixada, por sua vez, é a seguinte: o controle armado do território resulta na obtenção de ganhos econômicos e no controle de votos; a obtenção de um reduto eleitoral resulta na capitalização de poder na esfera municipal, sobretudo, legislativa. Há, porém, um traço desse padrão de poder que as noções de mandonismo ou clientelismo não dão conta isoladamente: o poder de matar como fonte primária de autoridade. Tanto Victor Nunes Leal, ao tratar do coronelismo, quanto José Murilo de Carvalho, nos reparos terminológicos que fornece a esse conceito ao delimitar mais estritamente seu alcance e suas distinções com as noções de mandonismo e clientelismo, não privilegiam essa dimensão em suas análises. Eles enfatizam, em vez disso, o modo pelo qual os poderes locais, a partir de apropriações privadas, se vinculam com a constituição de esferas mais ampliadas. Os propósitos das argumentações desses autores, obviamente, são muito distintos das preocupações que permeiam o presente estudo. Isso requer justamente novas ênfases para os aspectos que constituem essas categorias políticas e o modo como podem operar para a interpretação do contexto aqui analisado.

O poder de matar era, certamente, um recurso importante e disponível para o coronel da República Velha, bem como o é para os chefetes e mandões contemporâneos. O assassinato figura, entretanto, como um recurso residual para os poderes passíveis de serem descritos pelas categorias de mandonismo ou clientelismo: fazer morrer, nas versões mais convencionais, parece um recurso extremo na falha das formas menos violentas de controle – como as relações pessoais e econômicas. Ao menos essa é a impressão transmitida na leitura da composição conceitual operada na literatura. No contexto empírico da Baixada, porém, o uso da força indica que o assassinato não é um recurso

4 Ibid. p. 84.

5 Ver Leal (1980)

residual ou extremo da constituição dos poderes locais que se estruturam na fronteira entre o legal e o ilegal. Pelo contrário. Matar é uma ferramenta ordinária e primária de poder. Poder matar é ter poder na Baixada Fluminense. Ou, invertendo a construção para reforçar o ponto: ter poder político na Baixada passa pela franquia ao direito de matar. Ao longo deste estudo, ganharão densidade os exemplos coletados em campo que corroboram essa perspectiva. Atenhamo-nos, por ora, a dois fatores que permeiam os vínculos entre o poder político e os homicídios: o caráter cotidiano e frequentemente impessoal – meramente quantitativo – das execuções; e o modo pelo qual essas dinâmicas homicidas compõem os repertórios da atuação dos grupos criminosos mais diretamente vinculados à política municipal, como as milícias e os grupos de extermínio. O modo pelo qual esses grupos consolidam seu controle territorial está diretamente relacionado com seu cotidiano homicida. Seja no fornecimento de segurança privada, seja nas sanções aos descumprimentos das regras que ditam nas áreas que controlam, ou ainda no que se refere à mera demonstração de força, poder matar é a principal moeda política desses grupos. Os grupos de extermínio, por exemplo, se consolidaram como forças locais pelo exercício do assassinato como ferramenta de poder. As milícias, da mesma forma, operam o poder de matar como o elemento que estabelece seu controle local. No padrão originário das organizações criminosas, os assassinatos em praça pública, com finalidades expiatórias, eram um recurso para a afirmação do poder local. Esse padrão homicida mais ostensivo, como indicam Cano e Duarte (2012), foi substituído por execuções mais discretas e silenciosas, mas nada indica que as mortes cometidas pelas milícias tenham se tornado menos corriqueiras. São recorrentes, nos modos de consolidação de poder desses grupos, a perpetração de execuções. Esse é o caso das chacinas, tão emblemáticas e frequentes na Baixada. Nessas execuções, os assassinos atiram a esmo contra moradores de determinados bairros. Mesmo quando não se tratam de chacinas, ao que parece, a aquisição de poder depende dos assassinatos como um recurso primordial, em complementaridade com os arranjos econômicos ou as relações de lealdade. A quantidade das mortes se converte em certo *quantum* de poder local. O assassinato opera, portanto, como uma espécie de *commodity política*, fazendo girar uma *economia política dos assassinatos*. Esse contexto no qual o homicídio é um recurso primário de poder, nos leva a descrever o nexo entre os homicídios e a política na Baixada como um *clientelismo homicida*, ou seja, *uma forma de controle territorial que visa produzir uma rede de favores privados para a apropriação da coisa pública, mas que tem o assassinato como o seu recurso primário e imediato de poder*.

As consequências desse padrão homicida para a coisa pública se encontram na esteira das caracterizações que Hannah Arendt descreve a respeito da violência como ação muda, corrosiva dos sentidos da experiência coletiva, logo, da política. Mas se considerarmos os assassinatos em questão somente por seu caráter de destruição de sentidos, corremos o risco de deixar de lado os significados brutais e específicos engendrados por essas configurações específicas de poder. No que concerne a essa preocupação, talvez seja mais produtiva uma abordagem que interprete o fazer morrer como fenômeno social. Em seu vasto volume sobre uma antropologia da morte, Louis-Vincent Thomas (1983) dedica um capítulo à morte matada, ou ao fazer morrer, como ele define. Nesse capítulo, Thomas descreve uma série de atos de fazer morrer que possuem significados sociais específicos em diferentes culturas. Desde a guerra, passando pela pena de morte, pelo parricídio, pelo genocídio, pelo regicídio etc., Thomas mostra que o fazer morrer pode possuir, a depender dos contextos sociais, um caráter constitutivo de padrões sociais, morais ou institucionais específicos. Em vista disso, ele distingue o homicídio dessas outras formas de fazer morrer. Ele restringe, dessa forma, os homicídios aos assassinatos de natureza mais particular, eventual e circunstanciada, definindo seis tipos: por prazer, por impulso, por preconceitos, por vingança, por

covardia e por desequilíbrio. Nós, analistas da criminalidade e da violência, tendemos a reproduzir a nomenclatura jurídico-criminológica para descrevermos eventos e contextos que esse léxico não alcança. Acabamos, com isso, de chamar de homicídio um conjunto muito amplo de fenômenos muito distintos entre si. Talvez devêssemos, então, nos aproximar mais de uma teoria social da morte matada como forma de apurar melhor o que as circunstâncias do fazer morrer definem nos contextos que estudamos. Não se trata, entretanto, de reproduzir as classificações de Thomas e limitar o termo homicídio aos mesmos tipos de assassinatos que ele classifica. Seguiremos, dessa forma, utilizando os termos homicídio e assassinato de modo genérico e com significados equivalentes. Mas teremos a preocupação de buscar entender a quais padrões políticos e sociais específicos essas mortes, extremamente frequentes e historicamente recorrentes, se vinculam. Ao estudarmos assassinatos na Baixada Fluminense, torna-se fundamental, assim, entender o modo pelo qual eles se articulam com o controle territorial e os modos de constituição dos poderes políticos municipais.

Na Baixada, um padrão de *clientelismo homicida* segue presente nas arenas municipais e se articula com outras práticas do fazer morrer que têm em comum com esse padrão a articulação com a operação de mercados ilegais. É recorrente que os parlamentares daquela região, em seus discursos, se remetam diretamente aos seus redutos eleitorais e nosso trabalho de campo apurou a permanência de um padrão que articula a formação de um reduto com desempenho do poder armado nessas localidades. Ainda é frequente, portanto, a atuação de políticos que emergiram a partir de sua própria atuação em grupos de extermínio ou milícias, bem como pelos benefícios de sua proximidade com esses grupos que definem, por exemplo, quem pode ou não fazer campanha nas áreas sob o seu controle. A permanência desse tipo de poder *clientelista homicida* se manifesta nas trajetórias de políticos como Zito, parlamentar e ex-prefeito de Caxias, sob o qual recaíram acusações (pelas quais não chegou a ser condenado) de envolvimento com execuções, ou de membros da família Abraão David em Nilópolis. Outro fato recente reforça a longevidade do modelo do político homicida encarnado de modo exemplar por Tenório Cavalcanti: seu neto, o político Fábio Tenório Cavalcanti Francesconi, presidente do diretório municipal do PTB em Duque de Caxias, foi nomeado no dia 16 de março de 2017, pelo prefeito da cidade, Washington Reis (PMDB), secretário especial de seu gabinete. Antes disso, o neto do Homem da Capa Preta ocupava o cargo de chefe de gabinete do Instituto de Pesos e Medidas do Rio de Janeiro (Ipem). Entre suas primeiras plataformas como secretário municipal, Fábio Tenório Cavalcanti defende a criação de um museu na cidade em memória de seu avô. Ele afirma: "O meu avô virou nome de rua em Pernambuco, Alagoas e São Paulo. Já em Caxias, não tem um beco sequer com o nome dele. No governo Zito, vendi a casa dele para a prefeitura transformar em museu, mas não chegou a sair do papel.". E ainda sugere que o museu poderia exibir alguns objetos de seu avô: "Seria bom mostrar alguns objetos dele. Só a capa preta que não coloco, é minha"[6].

Esse padrão de articulação entre a política e a violência convive hoje com outras lógicas homicidas, como a presença do tráfico de drogas e suas disputas territoriais. Nossa pesquisa de campo sugere, entretanto, que é importante a atuação das milícias e dos grupos de extermínio para os homicídios na Baixada e esses grupos criminosos estão fortemente implicados no que chamamos aqui de *clientelismo homicida*. Não pretendemos fazer uma análise que apure qual o peso quantitativo da atuação de determinados grupos criminosos para o total das mortes por homicídio na Baixada.

6 Ver a reportagem do Jornal Extra: http://extra.globo.com/noticias/extra-extra/neto-de-tenorio-cavalcanti-vira-secretario-em-caxias-quer-criar-museu-do-avo-21078593.html.

Procuramos, em vez disso, apurar nos materiais reunidos em nosso trabalho de campo como as narrativas dos nossos informantes descrevem as dinâmicas da criminalidade violenta e suas percepções sobre os homicídios na região. Tendo em vista essas narrativas, a observação do contexto contemporâneo e seu histórico, foi possível apurar, como tentaremos mostrar ao longo deste estudo, que essa articulação entre controle territorial, política municipal e poder armado é a chave para se compreender as dinâmicas mais profundas e duradouras dos homicídios na Baixada. Foi possível perceber, em vista dessa perspectiva de análise, que os assassinatos se vinculam com determinado modo de produção da ordem. Foi frequente, assim, entre nossos informantes, a reprodução de narrativas nas quais é possível identificar o homicídio como um recurso naturalizado de imposição de uma ordem, sob o pretexto do combate ao crime. É essa lógica homicida que abriga descrições de um passado supostamente pacífico na Baixada, um passado no qual vigia a ordem imposta pelos grupos de extermínio e matadores locais. Tal como aparece na seguinte fala de um vereador de um município da Baixada que entrevistamos: "*Quando você [, policial, vinha] trabalhar na Baixada Fluminense, [você constatava] que ali era uma casa de família! Não é mais! Isso era antigamente. Não é mais!*".

Ainda a título de introdução, vamos a algumas cenas – do passado e do presente, coletadas na bibliografia ou em nosso trabalho de campo – que formam um primeiro mosaico desse contexto do qual apresentamos as linhas gerais até aqui.

I. 2. CENAS

Cena 1

> *"(...) O que ficou conhecido na imprensa como o caso da rua das Rosas [ocorrido em agosto de 1974], tornou-se, porém, uma espécie de 'caso paradigmático' para a compreensão das ações dos grupos de extermínio praticadas pela polícia e noticiadas pelos jornais naquele período. Uma das vítimas era Pedro Paulo da Silva, 17 anos. A outra, nunca identificada, era um rapaz de 15 anos. Contra os dois foram disparados mais de 50 tiros de metralhadora; eles, porém, não tinham antecedentes criminais. Três dias depois do crime, quatro testemunhas eram apresentadas pelos jornais. Elas afirmaram que o carro dos assassinos era uma radiopatrulha da Polícia Militar de Nova Iguaçu. Raimunda do Espírito Santo era a mais determinada. Conhecia Pedro Paulo, que havia nascido e se criado em Vila de Cava, bairro de Nova Iguaçu onde estava localizada a rua das Rosas, e negava que ele fosse ladrão ou estivesse andando com más companhias. Sabia sim, que ele vendia giletes, pentes e balas no trem. Segundo Raimunda, eles gritavam pelo 'seu' Valdir (morador da casa vizinha à antiga barbearia onde estavam), pedindo pelo amor de Deus para não serem mortos. Os homens mandaram que eles ficassem de costas, com as mãos na cabeça, e depois vieram as rajadas de metralhadoras e tiros de outra arma. Dois dias depois, ao ser convocada pela delegacia de Nova Iguaçu para um depoimento sigiloso, Raimunda começou a mostrar-se reticente e temerosa de represálias. (...) Oito dias após o crime, uma nova versão surgiria. Os dois jovens teriam sido assassinados por engano numa vingança contra os assaltantes de um comerciante. Os assassinos seriam um sargento reformado da Marinha e dois soldados da Polícia Militar. (...) Para atenuar a culpabilidade dos dois soldados [, no julgamento,] ela [a polícia] pretendia apresentar os mortos como perigosos assaltantes. Desse modo, chegaram a falsificar ocorrências não apuradas para atribuir-lhes a autoria. (...) Ao final, o júri decidiu por quatro votos contra três pela absolvição dos acusados. (...) Cinco meses depois, o Tribunal de Justiça anularia a sentença, compreendendo que o júri fora realizado em condições anormais, com a sala da audiência tomada por uma assistência composta por 150 integrantes da*

Polícia Militar. Somente 4 anos depois do primeiro julgamento ocorreria o segundo. O conselho da sentença do Tribunal do Júri de Nova Iguaçu resolveu, no entanto, absolver novamente os acusados, pelos mesmos quatro votos contra três." (ALVES, 2003, pp. 131-134).

Cena 2

"(...) Na noite de 26 de julho de 2014, aproveitando-se de uma festa, o CV iniciou sua guerra de invasão a Imbariê, Santa Lúcia e Parada Angélica em confronto direto com o TCP, que controlava a área até então. Neste conflito, evidenciou-se um padrão que já havia se espalhado por toda Baixada: uma alta vitimização sem divulgação pela mídia ou registro policial. No caso, informações que vinham das comunidades, onde os confrontos ocorriam, deram conta de mais de 20 pessoas mortas, em poucos dias. Para a polícia e jornais, não passaram de sete. Houve a denúncia, por parte da população, da existência de um cemitério clandestino na localidade. A polícia, no entanto, escavou à margem desta área, encontrando apenas dois corpos. A existência de cemitérios clandestinos na Baixada é antiga. A eles somam-se os rios, com destaque para o Sarapuí e Guandu, na prática de ocultamento de cadáveres. Nas obras do Arco Metropolitano, ossadas encontradas foram analisadas na esperança de serem achados [vestígios] arqueológicos de povos primitivos que ali habitaram. Algumas, contudo, não passaram de ossadas recentes" (ALVES, 2016, p. 52).

Cena 3

"Na educação infantil [crianças de cinco a seis anos], na sala em que eu trabalho (...) não tem uma brincadeira, não tem um brinquedo que não vire uma arma. (...) Eles começam, às vezes me assusta, assusta outras pessoas, porque eles acabam reproduzindo passos desse quadro violento. Eu tenho um aluno que, brincando com o outro, ele diz que o pai é miliciano e ele pegou o brinquedo [imitando uma arma] e falou: 'Agora eu vou ser o miliciano. Você é o bandido e eu vou te pegar'. (...) Aí ele botou o brinquedo na cabeça [do outro menino], e fingiu que puxou o gatilho, fez o som do tiro e o outro caiu. Eles interpretaram a cena e o outro caiu fingindo que estava morto. E as crianças que estavam também brincando, mas em outras coisas, começaram a gritar: 'Morreu! Morreu! Morreu!' E o outro [que fingia ser o miliciano] foi lá pegou a criança pelo pé, arrastou e falou: 'Vou jogar dentro do Rio.'" A professora, depois de observar a brincadeira, chamou os alunos para conversar e problematizar a brincadeira. Aquele que dizia ser o miliciano, ouvia o que a professora dizia e só ria o tempo todo. "Teve um outro que eu pedi para guardar os brinquedos, ele falou que não ia guardar, eu insisti e ele olhou pra minha cara e disse: 'Vou encher sua cara de tiro.'" (Trecho da entrevista de uma líder comunitária e professora da rede pública de educação de um município da Baixada)

O que essas três cenas vistas em conjunto nos sugerem? Em primeiro lugar, uma trajetória longeva dos assassinatos no cotidiano da região. Na primeira cena, temos um caso que se tornou emblemático sobre o modo de atuar dos grupos de extermínio, ainda no século passado. A participação de policiais nesses grupos, os assassinatos como uma forma de controle dos crimes contra o patrimônio, principalmente, aqueles perpetrados contra estabelecimentos do comércio local. Está aí um padrão consistente e duradouro do *clientelismo homicida* na Baixada: a associação ilegal entre agentes de segurança pública e o setor privado local. Além disso, essa primeira cena traz outro elemento de longa duração no que diz respeito a esse padrão ilegal de controle da "ordem": a condescendência e, muitas vezes, cumplicidade do sistema de justiça criminal em relação à atuação desses grupos. Esse último fator é também uma consequência das articulações entre esses padrões de poder e a política local. Na fronteira entre o legal e o ilegal, as instâncias de controle e garantia da legalidade acabam por se tornarem fiadoras dos assassinatos ilegais sob o pretexto do controle da criminalidade.

A comparação entre a primeira cena e as outras duas representa também uma distinção entre as ressonâncias desses padrões antigos e de longa duração e as mudanças correntes no contexto contemporâneo. De um lado, temos o câmbio de um padrão de extermínio mais exibicionista e expiatório para um modo de atuação baseado no assassinato seguido de ocultação de cadáver. Por outro lado, temos a entrada em cena das disputas das facções do tráfico de drogas no cenário dos vínculos entre assassinato e controle territorial. Esse novo ator, entretanto, compartilha do *modus operandi* da ocultação de cadáver, atualizando a prática dos cemitérios clandestinos na Baixada. Essa prática histórica de desova em rios e ocultação de corpos é um fator que alimenta grande desconfiança dos ativistas e moradores da Baixada em relação aos números oficiais sobre homicídios na região.

Na última cena, temos, talvez, a expressão mais profunda e acabada de que uma prática qualquer se encontra impregnada no cotidiano: quando se manifesta nas brincadeiras infantis. Nesse caso, podemos ver como rotineira e naturalizada a presença das milícias na Baixada, bem como a difusão e conhecimento coletivo de suas práticas: o assassinato como via de produção de uma "ordem", manifesta na expressão de que quem é morto é o "bandido", a ocultação de cadáver como procedimento. A banalidade do assassinato, a arma como instrumento de imposição de uma vontade também é fortemente expressa pelo menino que, contrariado, diz: "Vou encher sua cara de tiro".

II. METODOLOGIA

A presente pesquisa contou com três recursos metodológicos principais: a análise dos dados oficiais sobre criminalidade violenta produzidos pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, a coleta e sistematização de notícias de jornal e outros veículos online sobre violência na Baixada e a permanência em campo para observações participantes e entrevistas baseadas em roteiros semi-estruturados.

Os dados analisados e o trabalho de campo realizado dizem respeito aos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti. Na impossibilidade de se desenvolver o trabalho considerando todos os municípios da Baixada, selecionamos essas quatro cidades por serem as mais populosas da região. Acreditamos que, pelo material resultante do nosso trabalho de campo, essa seleção fornece um panorama significativamente representativo da Baixada no que se refere ao fenômeno da letalidade violenta.

Os dados do ISP compreenderam um período de seis anos, de 2010 a 2015, com os registros referentes aos crimes violentos para os quatro municípios selecionados para a realização da pesquisa.

Foram coletadas ao todo 180 matérias em jornais e outras fontes na internet. Esse recurso foi utilizado como subsídio para a discussão que faremos sobre as mortes de pessoas associadas à política no contexto próximo às eleições municipais de 2016. Coligimos, em vista disso, um conjunto de matérias que tratavam desses casos, mas também sobre outros casos como base de comparação para a análise.

O trabalho de campo qualitativo contou com um período de visitas aos quatro municípios, num período que foi de março a dezembro de 2016. Foram produzidos pela equipe diversos relatórios de campo e registramos em áudio um total de 70 entrevistas em profundidade com atores da Baixada das mais variadas inserções, mas considerando três perfis principais: gestores e operadores públicos municipais (incluindo-se guardas municipais); moradores, militantes e representantes da sociedade civil local; e policiais civis e militares. Entre os gestores e operadores municipais, além das guardas, entrevistamos atores vinculados a todas as secretarias e órgãos que consideramos que de alguma forma se articulam com o problema aqui analisado, desde aquelas secretarias diretamente relacionadas ao tema da segurança ou da ordem públicas até as que mesmo que indiretamente são afetadas pelo tema da violência letal ou poderiam contribuir para sua prevenção ou redução. Destacam-se, no conjunto de atores do poder público municipal que entrevistamos, as entrevistas que realizamos com membros dos legislativos, tanto assessores quanto vereadores. Para as entrevistas em profundidade foram elaborados roteiros semi-estruturados de acordo com cada perfil que vão anexos a este trabalho.

O poder judiciário ficou de fora do escopo do trabalho de campo, não por sua irrelevância em relação ao tema. Seria muito produtivo escutar representantes desse poder, mas as limitações de tempo e de recursos para a pesquisa impediram que eles fossem incluídos em nosso repertório. Frisamos, entretanto, que esses personagens seriam importantíssimos para nossa análise, sendo essa uma lacuna no presente trabalho.

Será mantido o anonimato dos personagens que entrevistamos ou convivemos no trabalho de campo, independente de seu perfil. Nenhuma pessoa que tenha dado depoimentos para a pesquisa ou quaisquer outros tipos de informações será identificada nesse trabalho. Em vista disso evitaremos fazer referência a aspectos dos perfis dos informantes, de suas inserções ou trajetórias que poderiam vir a identificá-los. Omitimos, por essa razão, a relação completa das secretarias ou órgãos da gestão pública do executivo municipal que acessamos. Em relação aos gestores ou operadores dos executivos municipais, os identificaremos genericamente pelos termos “gestor/a”, ou “operador/a”, sem fazer referência direta sequer aos municípios aos quais pertencem, e distinguindo somente se são guardas municipais ou não. No caso das câmaras municipais, usaremos as categorias genéricas de “vereador/a”, “assessor/a”, sem identificar seus partidos ou os municípios aos quais pertencem. Os informantes da sociedade civil serão referidos pelos termos “morador/a”, “militante”, “representante da sociedade civil”, “ativista” etc., sem indicação de seus municípios de pertencimento. O mesmo é válido para os policiais que distinguiremos somente pelas categorias de “policial civil”, “policial militar”, “delegado”, “inspetor/a” etc., também sem revelarmos a quais delegacias ou batalhões pertencem. As referências geográficas, em geral, serão evitadas para que não seja possível identificar nossos informantes. Os gêneros dos personagens também poderão ser alterados para o mesmo fim. Eventualmente, para fins de uma narrativa mais consistente e clara, utilizaremos nomes fictícios para falar de nossos informantes e personagens observados no campo.

Somente nos casos em que tratamos dos casos de assassinatos de pessoas ligadas à política no contexto próximo às eleições de 2016 os personagens serão referidos por seus próprios nomes.

Essa preocupação com o anonimato busca manter o compromisso ético que estabelecemos em campo no convívio com nossos informantes, mas também objetiva garantir sua segurança. Isso é necessário tendo em vista a natureza da questão aqui analisada e o histórico pregresso da Baixada de execuções de lideranças comunitárias e políticas.

III. OS HOMICÍDIOS NA BAIXADA FLUMINENSE EM NÚMEROS E NARRATIVAS

Este capítulo busca apresentar um breve panorama da evolução da letalidade violenta na Baixada Fluminense, considerando a comparação com o estado do Rio de Janeiro. Para tanto, as análises remeterão aos dados quantitativos do Instituto de Segurança Pública (ISP) e aos dados qualitativos coletados na pesquisa de campo realizada nos quatro municípios da Baixada que selecionamos, entre março e dezembro de 2016.

Em relação ao trabalho quantitativo, consideramos os dados do ISP sobre letalidade violenta referentes ao período entre 2010 a 2015. Informações disponíveis no site da instituição também foram consideradas para descrever séries históricas mais amplas. A pesquisa qualitativa, por sua vez, trouxe a esse quadro interpretativo percepções de diferentes atores que moram ou atuam na Baixada Fluminense. As técnicas utilizadas ao longo dos dez meses foram observação e entrevistas em profundidade com gestores públicos municipais, representantes da sociedade civil organizada, moradores e agentes da segurança pública.

Buscaremos compreender como é possível associar certos discursos, como os que apontam o aumento da violência na região após o advento das UPPs, com as informações que os dados estatísticos fornecem. Não se trata de confrontar percepções e estatísticas, mas de buscar entre diferentes ferramentas de descrição da realidade evidências que auxiliem pesquisadores, ativistas e demais interessados a compreender a dinâmica das mortes nesta região.

Em seção dedicada à descrição das características das mortes e das vítimas destes homicídios, pretendemos contribuir e consolidar o conhecimento que já se possui sobre o viés social dos acometidos por essa violência, com ênfase na Baixada Fluminense e, em particular, nos quatro municípios mencionados.

III. 1. A DINÂMICA DA LETALIDADE VIOLENTA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SOB A PERSPECTIVA DA BAIXADA

Os anos finais da primeira década de 2000 foram celebrados pelas autoridades do Rio de Janeiro como marco de uma política de segurança que estava reduzindo consideravelmente as taxas de letalidade violenta no Estado. Apesar de ser constantemente relacionado à implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)[7] na Capital, tal resultado é desdobramento de um conjunto mais amplo de ações que inclui iniciativas como o Sistema Integrado de Metas (SIM)[8] à ação policial. Se a UPP é apenas parte da política de segurança dos últimos anos no Estado do Rio de Janeiro, certamente foi a iniciativa mais midiatizada do período. Propagandeada como pré-condição para a realização dos grandes eventos esportivos – a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas em 2016 – foi garantida pelo clima de estabilidade política e econômica que envolvia o país no período. Carro-chefe da popularidade da gestão Sérgio Cabral, as UPPs foram apresentadas como uma medida que visava retomar o controle do Estado sobre áreas há pelo menos duas décadas dominadas por grupos criminosos poderosamente armados. Diferentemente das políticas de segurança anteriores – que supostamente realizavam incursões nas favelas, mas não mantinham a presença posterior de policiais –, elas se baseiam em parte no conceito de policiamento de proximidade.

7 A primeira Unidade de Polícia Pacificadora foi implantada em dezembro de 2008 no Morro do Santa Marta. Sobre as Unidades de Polícia Pacificadora ver:

8 O Sistema Integrado de Metas foi implantado entre 2009/2010. Basicamente o SIM oferecia bonificações a batalhões e delegacias que diminuíssem o índice de letalidade violenta em suas áreas de atuação.

As UPPs geraram diversos questionamentos sobre os impactos nas comunidades que as recebiam e os efeitos naquelas que ficavam à margem da midiática política de segurança[9]. Por cumprirem um trajeto interessado na "preservação" da ordem e coincidente com um roteiro turístico, muitos críticos denunciaram as consequências perversas que tal seletiva intervenção poderia produzir em outras regiões, como a maior parte da Zona Oeste carioca, e municípios como os da Grande Niterói e da Baixada Fluminense.

A expectativa inicial do projeto de pesquisa que deu origem ao presente trabalho era buscar, através de diferentes vozes, subsídios que pudessem ser mobilizados na construção de políticas públicas voltadas para a questão das mortes violentas na região, aos moldes de um Programa de Redução de Homicídios na Baixada Fluminense, que seria encampado pelo Governo do Estado. No campo, nossa apresentação colocava em linhas gerais os propósitos da pesquisa e buscava, a partir de conversas informais e semi-estruturadas por um roteiro de entrevistas, a emergência de percepções sobre a dinâmica da violência na região com foco na questão dos homicídios. Nas primeiras incursões aos municípios pesquisados, as duas equipes de campo perceberam que a menção direta a um programa de redução de homicídios na região não produzia ressonâncias. Ou seja, muitos dos nossos interlocutores sentiam que nada ou muito pouco tinham a dizer sobre a dinâmica de mortes nos municípios em que atuavam ou residiam. Tal silêncio, por diferentes motivos, foi um dos primeiros dados que coletamos do campo. Diante das altas taxas de homicídios na Baixada, em particular nos quatro municípios onde atuávamos, esse silêncio gerou um incômodo e uma mudança na estratégia de abordagem desse tema. Nossa pesquisa passou a ser apresentada em termos gerais, com propósitos de redução da violência, para que dessa forma a questão da letalidade violenta pudesse ser abordada indiretamente. Dessa entrada em campo, resultou um dos primeiros achados da pesquisa. Percebemos que esse silêncio em relação à violência letal tinha relação com o perfil inicial dos primeiros entrevistados no trabalho de campo: os gestores e operadores públicos municipais. Foi possível perceber, a partir da forma pela qual descrevem suas atuações, que o tema da letalidade violenta é visto como um assunto das polícias estaduais e as prefeituras e casas legislativas teriam pouco a ver com o problema ou suas soluções. Predominam nos depoimentos desses atores sobre violência nos municípios da Baixada, o foco nos crimes relacionados ao patrimônio ou ao mercado de drogas ilícitas. Em resumo, os homicídios, em primeiro lugar, não foram narrados como uma questão para as intervenções das prefeituras e, em segundo lugar, não foram com frequência elencados pelos informantes desse perfil como um tema prioritário da questão da violência. É importante destacar que os policiais entrevistados seguem o mesmo padrão discursivo, priorizando os crimes contra o patrimônio em detrimento dos homicídios. Curioso notar a esse respeito que a maioria dos atores das prefeituras e câmaras de vereadores que entrevistamos são também moradores da Baixada e quando questionados sobre os problemas de segurança tanto dos seus locais de residência quanto de trabalho seguiam o mesmo tipo de discurso.

9 Moradores, pesquisadores e ativistas acompanharam a evolução das UPPs e denunciaram a preservação de uma prática policial que nada tinha a ver com o policiamento de proximidade afirmado nas diretrizes do projeto. As UPPs foram duramente questionadas e retratadas como um mecanismo perverso de militarização das comunidades onde estavam radicadas. No atual cenário de crise do estado do Rio de Janeiro, a continuidade desta política é dada como remota.

Ao contrário dos gestores e agentes públicos municipais, os moradores, militantes, ativistas e representantes da sociedade civil se referem à violência letal como um problema cotidiano e de primeira importância. Nem sempre, entretanto, se sentiam seguros para falar abertamente dos casos de letalidade violenta com os quais convivem no dia a dia.

Uma vez no território da Baixada, o questionamento sobre percepções de violência acionava narrativas que, em sua grande maioria, tinham como contexto a política de segurança do Estado[10] e, sobretudo, o advento das UPPs na Capital. A prioridade conferida à cidade do Rio de Janeiro e o descaso em relação às demais regiões foi um discurso dominante, pronunciado por diferentes interlocutores no campo desde representantes da gestão municipal até atores da sociedade civil organizada. Retratada como uma região violenta, a Baixada Fluminense seria, dessa forma, uma das mais prejudicadas pelo desequilíbrio gerado através da concentração de recursos e esforços na Capital. Tal narrativa é assertiva ao denunciar que o bem-estar promovido pela redução da letalidade violenta no território fluminense não teria sido compartilhado pelos moradores da Baixada. Não foi raro escutar de gestores, ativistas e residentes que a situação piorou muitíssimo com o advento das UPPs.

Os Gráficos 1 e 2 apresentam a evolução da taxa de letalidade violenta, mensurada pelo ISP, no estado do Rio de Janeiro, no período de 2000 a 2015[11].

Os municípios do estado são agregados em quatro regiões:

Capital = cidade do Rio de Janeiro.

Grande Niterói = São Gonçalo, Niterói e Maricá.

Baixada Fluminense = Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

Interior = demais municípios.

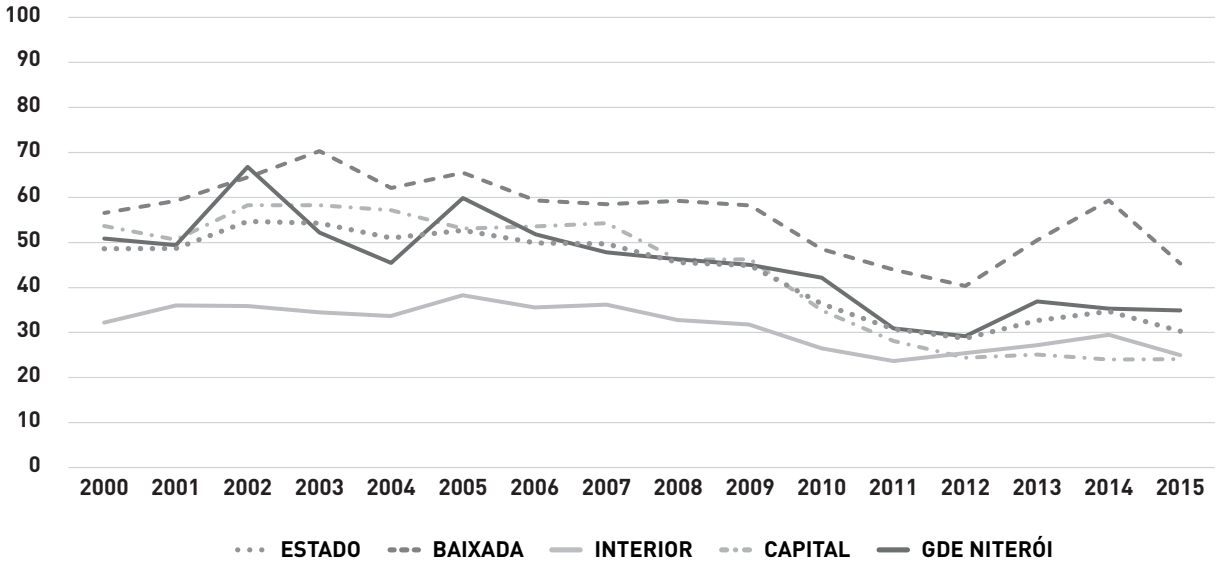
É importante ressaltar que os delitos contabilizados pelo ISP no cálculo da taxa de letalidade violenta são: homicídio doloso, roubo seguido de morte (latrocínio), lesão corporal seguida de morte e homicídio proveniente de oposição à intervenção policial. As variáveis "encontro de cadáver" e "encontro de ossada" não são consideradas para o cálculo da taxa de homicídios, apesar de indicarem mortes por causas externas. Isso se deve ao fato de que essas ocorrências resultam em crimes pendentes de tipificação por conta da dificuldade de se caracterizar a dinâmica do fato. A despeito disso, temos a informação de que o ISP realiza um trabalho de crítica desses dois tipos de ocorrência, considerando no cômputo dos homicídios os casos em que fica patente a possibilidade de ter sido um assassinato, como, por exemplo, a existência de perfurações por projétil de arma de fogo.

10 Adotaremos "Estado" com maiúscula para nos referirmos ao governo estadual e "estado" com minúscula para falarmos da unidade geográfica e territorial.

11 As taxas estão disponíveis no site do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro: http://www.isp.rj.gov.br/

O Gráfico 1 mostra a evolução das taxas de letalidade violenta. Nele é possível perceber que a Baixada Fluminense é a região com as mais altas taxas durante todo o período retratado. A partir de 2008, há uma queda substantiva das ocorrências de morte violenta na Capital e na Grande Niterói. Tendência observada também na média do Estado. Em 2010, 2011 e 2012 ocorre outro importante declínio da taxa, mas dessa vez a região da Baixada Fluminense acompanha o movimento. Após 2012, nota-se a evolução constante da taxa de letalidade violenta na Capital, enquanto nas demais regiões observamos acréscimos e decréscimos em tal indicador. Os valores registrados na Baixada em 2013 e 2014, por exemplo, são altos e remontam aqueles verificados no início da série.

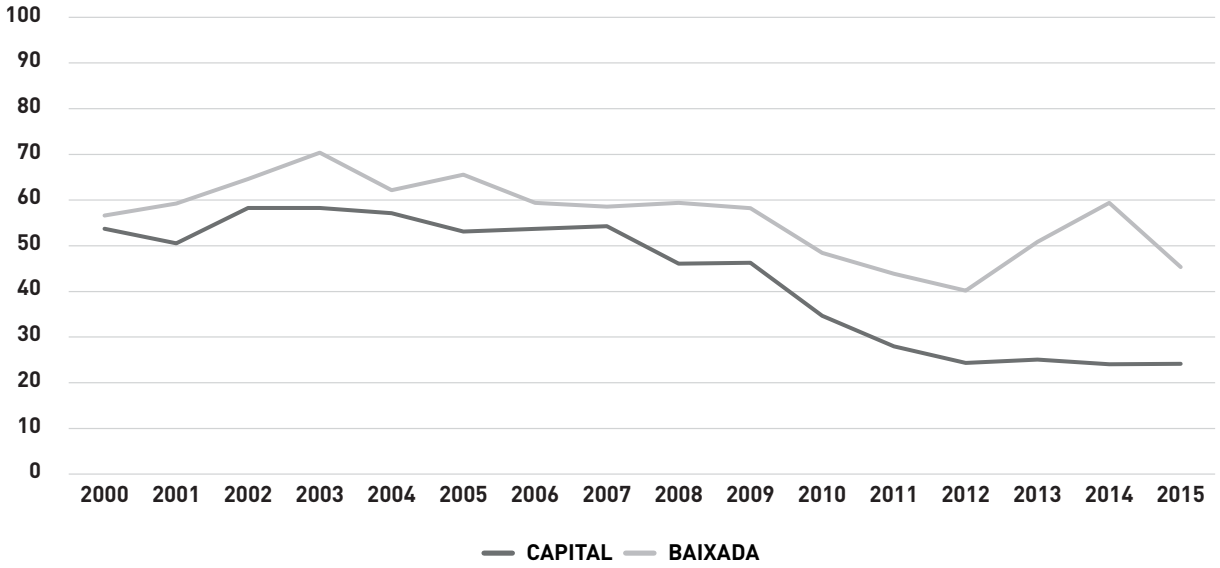
GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA TAXA DE LETALIDADE VIOLENTA POR 100MIL HABITANTES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR REGIÕES. 2000/2015.



Fonte: Dados do Instituto de Segurança Pública – RJ

Segundo a medição do ISP, percebemos que até mesmo a Baixada Fluminense se beneficiou em determinado período com a redução das mortes violentas no Estado do Rio de Janeiro. Tal ganho, entretanto, foi substancialmente menor do que o verificado na Capital. A redução também se mostrou mais inconstante nas demais regiões do que na cidade do Rio de Janeiro, como demonstram os anos finais da série. O Gráfico 2 focaliza a evolução da Baixada e da Capital apresentando os valores da taxa. No início da série, as regiões registravam valores altos, embora a Baixada sempre estivesse um pouco à frente da Capital nesta medição. De fato, no período coincidente com o advento das UPPs a cidade do Rio passa a registrar uma trajetória descendente no indicador de letalidade violenta, que se estabiliza em torno de 24 mortes violentas por 100 mil habitantes nos anos finais da série. Na Baixada, como já mencionado, também ocorre uma queda importante do número de homicídios, especialmente, nos anos de 2010, 2011 e 2012. Nos anos de 2013 e de 2014, entretanto, as mortes voltam a crescer, alcançando patamares do início da série.

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DA TAXA DE LETALIDADE VIOLENTA POR 100MIL HABITANTES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E NA BAIXADA FLUMINENSE, 2000/2015.



Fonte: Dados do Instituto de Segurança Pública – RJ

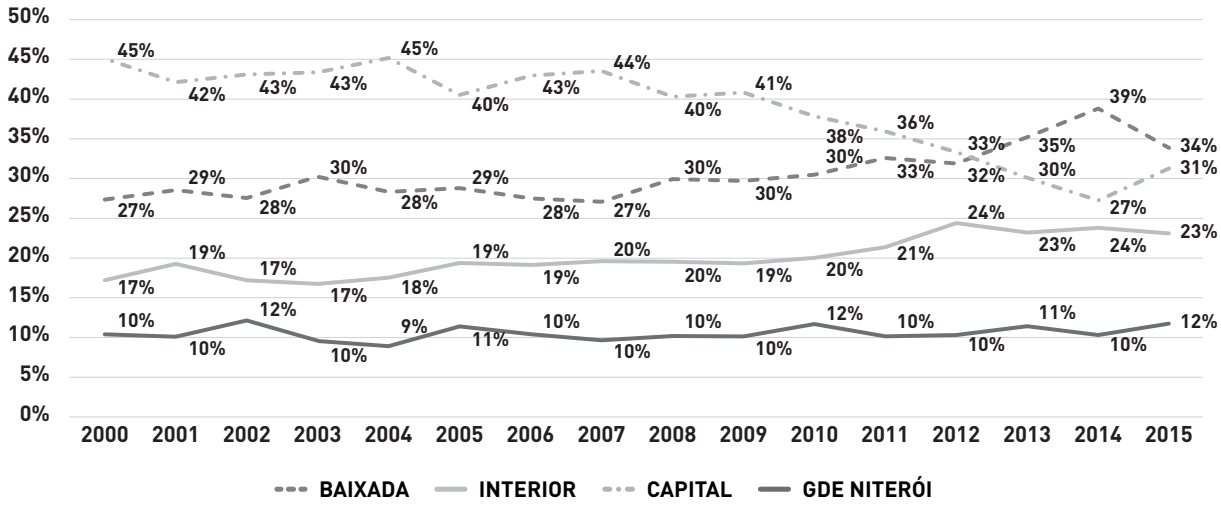
A frequente narrativa que aponta as UPPs como marco de uma piora nas condições de segurança pública na Baixada pode ser compreendida a partir de alguns elementos do discurso de nossos interlocutores. As estatísticas oficiais nos informam que não houve aumento da violência letal na Baixada nos últimos 15 anos, comparando-se o patamar inicial e o final da série. Esses dados demonstram também, contudo, que o ganho da região nos últimos anos foi menor e mais inconstante quando comparado à Capital. Não é exagero afirmar que a Unidade de Polícia Pacificadora foi a maior propaganda da gestão de Sérgio Cabral, também veiculada por algum tempo pelo Governo Federal como modelo a ser adotado para a segurança pública em nível nacional. A força da publicidade oficial obviamente reverberou no discurso de quem se sentiu apartado das benesses desse período. Em 2012, foram constatadas cerca de 40 mortes violentas por 100 mil habitantes, na Baixada, e uma taxa em torno de 24 mortes por 100 mil, na Capital. Outro fator importante, que contribui para a percepção de que a região ficou de fora dos avanços em segurança pública dos últimos anos, é o crescimento expressivo da letalidade violenta nos anos de 2013 e 2014.

É notório que a cidade do Rio de Janeiro concentra recursos e equipamentos públicos e privados, o que torna natural que ela seja eleita como ponto de comparação quando se pretende reivindicar mais investimentos e atenção do poder público. No caso da segurança pública, algumas retóricas já são célebres entre moradores de outros municípios do Estado, como a denúncia do aumento da criminalidade concomitante aos avanços na Capital e da suposta migração de criminosos para as suas cercanias. O Gráfico 3 retrata a participação percentual das regiões no total da criminalidade violenta do Estado. É interessante notar a dinâmica entre Capital e Baixada. No ano 2000, ocorreram 3.147 mortes violentas, na primeira região, e 1.915, na segunda. Em 2015, os números foram, respectivamente, 1.562 e 1.702. Como demonstrado nos gráficos, a diminuição da taxa de letalidade violenta no Estado não foi vivida por todos os seus moradores de forma equânime. No caso da Baixada, com exceções de alguns anos onde se verificou a diminuição expressiva de tal indicador, a feição geral do período é melhor representada por uma trajetória constante do que pelo declínio, tal como observado na Capital. Ademais, a dinâmica entre essas duas importantes regiões parece, de fato, ser compensatória. Quando se verifica a diminuição do número de mortes em uma percebe-se,

por outro lado, o aumento deste indicador na outra, como fica evidente ao final da série, entre os anos de 2012 e 2015.

Em um contexto onde a política de segurança era um dos grandes chamarizes do governo estadual, os moradores da Baixada perceberam o protagonismo da Capital na recepção de políticas públicas e investimentos sociais como extremamente danoso para a situação da região. A narrativa de que houve uma piora na violência vivenciada nestes municípios se vincula à percepção relativa de que a região ficou relegada a um momento onde a segurança pública estava no centro da intervenção política e dos "sucessos" do Estado.

GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO PERCENTUAL DA LETALIDADE VIOLENTA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO POR REGIÕES, 2000/2015.



Fonte: Dados do Instituto de Segurança Pública – RJ

Se observamos a amplificação dos índices de violência nas vozes dos nossos interlocutores da Baixada – índices que são, de fato, alarmantes –, assim retratados para denunciar a seletividade da política pública da última década, também constatamos outras modulações nesse discurso, que muito nos revela sobre a dinâmica do crime na região. Muitos reivindicaram um passado quase que idílico na Baixada Fluminense, que se contrapunha ao presente maculado pela implantação das UPPs na Capital. O mecanismo da memória, onde o tempo passado pode ser reinventado e mobilizado como um momento virtuoso ante o presente, é particularmente rico para compreendermos mudanças na dinâmica da criminalidade da região, que afeta consideravelmente a percepção destes atores sobre segurança. Em uma frase emblemática, já referida na introdução, um gestor municipal, ex-servidor da área de segurança, afirmou que a região era conhecida como uma "casa de família" entre policiais.

> *"Aqui nós chamávamos no jargão policial, na gíria, de* **casa de família**. *'Ah, o policial que trabalhava na Baixada é casa de família, tranquilidade'. Eu tive o desprazer de trabalhar em locais de muita atividade [...]Então, ali é uma área muito crítica, muito perigosa, confronto quase toda hora. Aí quando você vinha trabalhar na Baixada Fluminense, [o município] era visto como uma casa de família."* (Gestor municipal)

É importante notar na interpretação desse tipo de discurso que não se trata somente de uma consideração ao passado como menos violento que o presente. O uso da expressão "casa de família" permite identificar uma narrativa na qual existe uma contraposição entre o público e o privado. A "casa de família", no contexto de enunciação do trecho citado acima, descreve uma

determinada noção de ordem ou harmonia. A casa, entretanto, expressa o terreno das relações privadas, essencialmente domésticas. Tal comparação entre passado e presente define também, portanto, a valorização de um estilo de ordem pública resultante de soluções privadas, familiares. Reiterativamente, podemos nos remeter ao contexto apresentado de modo panorâmico na introdução deste trabalho para compreender os modos recorrentes de produção privada da ordem na Baixada Fluminense. Não é difícil de deduzir que a "casa de família", que figura na fala de nosso interlocutor, esteve vinculada, historicamente, com a atuação dos grupos de extermínio e, contemporaneamente, com as milícias. Esses grupos criminosos possuem relações com agentes e gestores de segurança pública e outras instâncias dos três poderes nos três níveis federativos. A "casa de família" representa, portanto, no discurso de nosso entrevistado, a idealização de um padrão ilegal de ordenamento da vida coletiva que possui raízes históricas na Baixada Fluminense. Esse padrão criminoso e as mortes a ele associadas são descritas simbolicamente no campo da normalidade. Já o cenário atual, com os rearranjos das redes criminosas, estaria sob o signo do anômalo, do mal.

Pode-se inferir, a partir disso, que as oscilações nas percepções sobre violência e segurança pública na Baixada não dizem respeito somente à concentração de benesses para a Capital, mas também pelas alterações nas dinâmicas da criminalidade violenta no contexto mais recente. A "casa de família", produto da estabilidade da atuação dos grupos de extermínio na operação do mercado da violência letal, é sucedida por um contexto de reconfiguração dos grupos criminosos, com ampliação da participação das milícias e do tráfico de drogas. Os relatos não são unívocos ao descreverem o passado como melhor do que o presente, embora muitos o façam assertivamente. Mesmo entre aqueles que percebem o presente como um melhor período em termos da violência, há a identificação de mudanças na dinâmica do crime, sobretudo do tráfico de drogas, mas também de transformações na atuação de grupos de extermínio e em razão da emergência das milícias. A Baixada vista como uma "casa de família" era o lugar dos grupos de extermínio, que mobilizavam policiais e civis em décadas passadas[12]. Se escutamos algumas vezes elogios e justificações ao controle da criminalidade feita através de tal mecanismo, por outro lado, as estatísticas e a fama da região atestavam que o efeito das execuções promovidas por tais grupos era devastador.

Os homicídios já existiam em larga monta em décadas pregressas, mas na percepção de muitos dos nossos interlocutores tinham a função moralizante de não deixar "bandido se criar" neste território. As mortes eram administradas pelos grupos de extermínio que – aludidos raramente sob essa nomenclatura – eram compostos por pessoas que residiam e controlavam a ordem dos bairros. Nessa chave, a "casa de família" era o local onde morria quem deveria morrer para o "bem" da população – percepção que se mantém nos dias de hoje. Se o perfil socioeconômico das inúmeras vítimas não incomoda aqueles que atuam ou vivem na região, as mudanças dos atores que administram as mortes parecem causar preocupação.

> *"Eu sinto que não está como era... nesses dois últimos anos, voltou. Não está como era. Mas, se voltou estamos no prejuízo... melhorou muito, mas de dois anos para cá nós tivemos mais notícias de homicídio sim. [...] e onde eu moro tem uma particularidade muito grande [...] tem uma turma ali que não deixa bagunçar o coreto, tem uma turma ali que a gente sabe quem é quem que os caras não deixam bagunçar. Então, quando aparece um ou outro ali a gente sabe que pode ter vindo daquele grupo, meio que uma* **limpeza da área**." (Gestor municipal).
>
> *"Era difícil ter marginalidade aqui, porque eles não... sei lá acho que tinham medo daquela fama da Baixada Fluminense. [qual fama?]* **De que aqui bandido não teria vez***, conseguir botar boca de fumo e eles viviam a vida deles lá no centro do Rio, nas favelas tradicionais*". (Gestor municipal)

12 Para compreender a dinâmica dos grupos de extermínio na região da Baixada Fluminense ver: ALVES, José Cláudio Souza. Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense. 1. ed. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003. 197p.

Na visão dos entrevistados, os grupos de extermínio perderam a força ou simplesmente não atuam mais na região. Escutamos sugestões sobre como a atuação das milícias poderia funcionar com algumas semelhanças à dinâmica dos grupos de extermínio. As diferenças, contudo, foram mais pontuadas, como a já conhecida exploração de determinadas atividades comerciais por milicianos. Na percepção geral o agente da criminalidade na Baixada é o tráfico, o *outro* com o qual é impossível ter qualquer empatia. O que mais assusta esses moradores quando o assunto é violência urbana parece ser a nova maneira como o tráfico de drogas se organiza na Baixada. O tráfico está territorializado, não opera mais em "estica"[13] e se mostra fortemente armado. O portador de toda desordem, violência e arbitrariedade, para a maioria dos entrevistados é, desse modo, o tráfico de drogas que surge como o *outro* a ser combatido e exterminado. Há, nas conversas, menções da atuação de grupos milicianos, especialmente na exploração ilegal de atividades comerciais, como a venda de terrenos e a prestação de serviços. O que mais causa pavor e/ou preocupação, entretanto, nos nossos entrevistados parece ser o que eles caracterizam como uma nova dinâmica na venda de drogas e na rotina de violências decorrente.

> *"Como eu te falei, mudou tudo. Antes a venda de drogas no município existia, é claro, mas era tido no jargão policial como 'estica', onde o camarada ia lá no Rio pegava uma quantidade de tóxico para vender aqui para os usuários. Então, não tinha a boca de fumo, porque a boca de fumo faz com que tenha que ter o elemento armado para guardar o que tem ali de valor que é a droga, dinheiro e etc., então o que existia era a venda para usuários. Com a entrada da UPP, com a impossibilidade deles trabalharem livremente lá fez com que eles [os os traficantes] fossem se instalando onde encontravam apoio. (...)"* (Gestor Municipal)

> *"A Casa Fluminense*[14] *fez um fórum para tratar sobre violência [...]. Vieram vários especialistas com dados que confrontavam com a realidade porque a gente sabia uma série de coisas. Por que aumentou a violência aqui? É por causa da UPP. Não tem 'Ah, mas o dado da polícia, o dado de não sei onde...' Não me interessa, eu sei que agora a gente tem um monte de fuzil dentro da comunidade. (...) Aqui sempre foi violento pelo seguinte: o poder público não estava presente e as pessoas tomavam o espaço do poder público na área de segurança. Lá atrás era polícia mineira que chamava, mas era sempre grupo de extermínio, então qualquer coisa: o menino roubava no bairro, matava, menino usava droga, matava, o menino não sei o que, matava, matava. E foi mudando de nome e chegou agora milícia e tráfico."* (Membro sociedade civil organizada)

Esses dois trechos de entrevistas assinalam, sempre com algum nível de articulação com as UPPs na Capital, a percepção de que as mudanças da violência na região se relacionam com os câmbios ocorridos nos últimos anos na presença e nos modos de atuação da criminalidade violenta. Isso será abordado detalhadamente mais adiante, mas esse tipo de percepção que acessamos no campo qualitativo serve já para uma melhor interpretação dos dados quantitativos que apresentamos aqui de modo panorâmico.

III. 2. PERFIL DOS HOMICÍDIOS E DAS VÍTIMAS

Os gráficos apresentados na seção anterior utilizaram as taxas de letalidade violenta que estão disponibilizadas no site do ISP. Tais dados nos permitiram demonstrar a evolução da letalidade violenta em uma série histórica mais ampla, uma vez que os microdados aos quais tivemos acesso

13 Expressão utilizada na gíria policial para designar um estilo de tráfico de drogas praticado de forma discreta, sem o uso ostensivo de armamento e sem a necessidade, portanto, de um controle territorial armado muito definido.

14 A Casa Fluminense se define como um pólo de uma rede de pessoas e organizações dedicado a fomentar ações compartilhadas voltadas à promoção de igualdade, ao aprofundamento democrático e ao desenvolvimento sustentável no Rio, alcançando por inteiro nossa "cidade metropolitana" comum. Mais detalhes consultar: http://casafluminense.org.br

correspondem ao período de 2010 a 2015. Com as informações desagregadas foi possível realizar análises descritivas sobre os tipos de homicídios e o perfil das vítimas que abarcassem dimensões que escapam à mensuração já sistematizada pelo ISP em seu site. A Tabela 2 apresenta o total de mortes registradas no Estado do Rio de Janeiro segundo as quatro regiões analisadas a partir de três categorias: homicídios (homicídio doloso, roubo seguido de morte, lesão corporal seguida de morte), intervenção policial (homicídio proveniente de oposição à intervenção policial) e encontro de cadáveres. As duas primeiras categorias representam os delitos que são considerados no cálculo da taxa de letalidade violenta do ISP. A inclusão na tabela do delito "encontro de cadáveres" foi uma opção da nossa pesquisa, pois acreditamos que número expressivo dessas mortes se relacione a atos de violência. Os percentuais encontrados para esse delito sugerem que, por mais que seja complicada a classificação desses eventos, há uma sub-representação importante na contabilidade da letalidade violenta no estado decorrente da exclusão do encontro de cadáveres e ossadas nessa mensuração.

Entre os anos de 2010 e 2015, o delito "encontro de cadáveres" correspondeu a 9,4% das mortes registradas no estado. A Baixada Fluminense com o menor percentual para tal categoria, 6,1%, enquanto o interior detém o maior percentual de 15,2%. Já para as mortes decorrentes de oposição à intervenção policial, o menor percentual encontrado pertence ao Interior, 2,4%, enquanto na capital verifica-se o percentual de 16,2%. No estado, quase 10% das mortes violentas foram decorrentes da ação policial. É importante lembrar que este percentual foi encontrado em uma época onde por alguns anos todas as regiões registraram quedas expressivas na taxa de letalidade violenta, que incorpora esse tipo de homicídio em seu cálculo. Como já mencionado, o ano de 2010 é marcado pela introdução do Sistema de Metas (SIM) à ação policial que foi apontado como um dos responsáveis pelos resultados positivos nos índices de violência nos anos subsequentes.

O tipo "homicídios", que agrega delitos como latrocínio e lesão corporal seguida de morte, correspondeu a 85,7% das mortes violentas na Baixada Fluminense, 5% a mais do que o percentual encontrado para todo o Estado no mesmo período.

TABELA 1: TIPOS DE MORTES VIOLENTAS REGISTRADAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010-2015.

	ESTADO	
	Frequência	Percentual
HOMICÍDIOS	28095	80,7
ENCONTRO CADAVER	3266	9,4
INTERVENÇÃO POLICIAL	3439	9,9

Fonte: Dados do Instituto de Segurança Pública – RJ

TABELA 2: TIPOS DE MORTES VIOLENTAS POR REGIÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010-2015.

	BAIXADA		INTERIOR		CAPITAL		GRANDE NITERÓI	
	Frequência	Perc.	Frequência	Perc.	Frequência	Perc.	Frequência	Perc.
HOMICÍDIOS	9626	85,7%	6921	82,4%	8504	74,8%	2961	79,6%
ENCONTRO CADAVER	683	6,1%	1279	15,2%	1021	9,0%	281	7,6%
INTERVENÇÃO POLICIAL	920	8,2%	204	2,4%	1837	16,2%	476	12,8%

Fonte: Dados do Instituto de Segurança Pública – RJ

Cerca de 59 mortes violentas por 100 mil habitantes, tal como o ISP mensura o indicador de letalidade violenta, foram computadas no território da Baixada Fluminense em 2014. O menor número dos últimos 15 anos, observado em 2012, dava conta de cerca de 40 homicídios por 100 mil habitantes.

Indo um pouco além do que já discutimos no início desse capítulo, retomaremos o tema do silêncio a respeito da violência letal por parte de nossos informantes. Imaginávamos que adentrar nesse campo com o propósito de colaborar com a construção de propostas visando à redução de homicídios na região nos colocaria algumas dificuldades, mas não esperávamos que o silêncio sobre essa situação fosse uma das principais barreiras a ser contornada. Não querer gravar depoimentos sobre mortes violentas pode ser, obviamente, justificado pelo temor das represálias no local onde se vive ou trabalha. O silêncio, contudo, não revelava apenas o medo de ser afetado pela dinâmica de assassinatos na Baixada, mas uma cruel indiferença e/ou naturalização ante ao destino da maioria das vítimas.

Os primeiros materiais de apresentação da pesquisa, cartas e roteiros de entrevistas, traziam explicitamente a informação de que se tratava de uma investigação com o propósito de atuar na redução de homicídios na região. Buscamos entrar nos municípios através da gestão pública. Em nossas conversas procurávamos uma interação que fosse confortável aos nossos interlocutores, já que mesmo com a utilização do gravador deixávamos à escolha do entrevistado se o mesmo deveria ou não ser ligado. Os crimes contra o patrimônio eram os primeiros ser a mobilizados como exemplos da escalada de violência pela grande maioria dos gestores. Raramente, como já comentamos, os crimes contra a vida apareceram espontaneamente nas entrevistas, salvo na fala de representantes de instituições da sociedade civil[15], militantes dos direitos humanos e de alguns moradores contatados posteriormente. Quando se colocava mais diretamente a questão, pautada através de informações oficiais, a reação muitas vezes era de naturalizar a dinâmica como decorrente do tráfico de drogas. Morre quem está envolvido com a criminalidade, especificamente no tráfico. De algumas vozes, escutamos que o problema dos últimos anos decorria do fato da polícia não estar atuando como deveria, ou seja, não estava fazendo operações que resultassem na morte de "bandidos".

Quando estávamos no campo, algumas mortes foram significadas de forma distinta nos municípios que atuávamos. Era o período eleitoral e uma série de assassinatos de pré-candidatos ocorreu nestes territórios. Este tema será tratado com mais detalhes em outro capítulo deste volume, mas o que queremos problematizar neste momento é que algumas mortes são sentidas, influem na percepção de violência destes cidadãos e promovem comoção. Outras, mesmo diante de questionamentos sobre violência e política de segurança pública, não valem lembrança. A diferença entre a naturalização dos assassinatos e a comoção reside, em muito, no perfil socioeconômico da vítima.

As equipes participaram de reuniões de conselhos e de comissões no legislativo direcionadas para a área de segurança e, na imensa maioria das vezes, as questões discutidas eram relativas a crimes contra o patrimônio[16]. Criar mecanismos contra roubos e furtos nos pareceu ser a grande vocação da gestão municipal no combate à violência dentro de seu território. Nas vezes em que homicídios foram pautados, a vítima despertava empatia ou era reconhecida como igual. Foi o caso da morte do representante do Conselho Comunitário de Segurança (CCS) e pré-candidato a vereador Anderson

15 Não buscamos um mapeamento exaustivo das instituições da sociedade civil que atuam nos quatro municípios nos quais estivemos fazendo trabalho de campo. Tivemos, contudo, a oportunidade de conhecer grupos que pautam a defesa de direitos humanos e se preocupam com os altos índices de letalidade violenta da região.

16 O Fórum Grita Baixada foi uma exceção a esse contexto. No período em que estávamos em campo, as discussões nesse espaço estavam voltadas a questão dos homicídios na região. Diversas ações foram empreendidas nos meses de 2016 por este grupo com o objetivo de denúncia e reivindicação urgente de reversão deste quadro. O dossiê "Um Brasil dentro do Brasil pede socorro" é um relatório sobre a situação na região e pode ser acessado neste endereço: http://forumgritabaixada.org.br/2016/09/27/relatorio-um-brasil-dentro-do-brasil-pede-socorro/

Soró, assassinado em Nova Iguaçu, e da médica Gisele Palhares, que atuava na mesma cidade e foi assassinada na Linha Vermelha.

A reunião do Conselho Municipal de Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania de Nova Iguaçu (COMSEG) realizada no dia 7 de junho, uma semana após a morte de Soró, foi exemplar nesse sentido. Logo no início da sessão, todos os presentes foram convidados a fazer um minuto de silêncio em respeito ao conselheiro do CCS, ponto apresentado por Arthur[17], também conselheiro do CCS-NI. Tal conselheiro que estava muito mobilizado pela morte do colega, relatou que logo que ficou sabendo do ocorrido se dirigiu ao local para prestar solidariedade à família. Acompanhou o longo processo de liberação do corpo no Hospital da Posse. Arthur clamou por justiça e pela investigação do caso. Fez uma comparação com a rapidez com que o caso de Patrícia Acioly foi solucionado. Demandou que o COMSEG fizesse um ofício para cobrar a resolução do caso. Em meio a sua fala, teceu críticas a ausência de representantes do CCS no velório do companheiro e apontou a ausência da Major Cláudia. Arthur é uma das figuras mais conservadoras que encontramos nos espaços de discussão de segurança pública em Nova Iguaçu. Sua voz sempre é ouvida clamando por mais polícia, punições e ações truculentas etc. A veemência com que fala das mortes de policiais, de seus pares e dos casos dos crimes contra o patrimônio para cobrar recrudescimento do policiamento na cidade nunca se repete quando o tema são os homicídios que atingem o perfil mais recorrente das vítimas – jovens, negros, prioritariamente, moradores de áreas periféricas da cidade.

A vítima padrão de morte violenta no estado do Rio de Janeiro é do sexo masculino, negra (preta ou parda) e possuí baixa escolaridade. Cerca de 1/3 tinha até 24 anos de idade. Na Baixada Fluminense o perfil se repete, assim como nos quatro municípios analisados separadamente com pequenas alterações.

ESTADO

- 91,7% eram do sexo masculino
- 72,8% das vítimas de homicídio eram pretas e pardas
- 59,1% não havia completado o ensino fundamental
- 34,5 das vítimas tinham até 24 anos

BAIXADA

- 90,1% eram do sexo masculino
- 74,6% das vítimas de homicídio eram pretas e pardas
- 52,2% não havia completado o ensino fundamental
- 36,7% das vítimas tinham até 24 anos

Os dados expostos acompanham o padrão nacional das vítimas de mortes violentas e expõe os equívocos de uma política de combate às drogas que elege como alvo a ser eliminado o jovem negro das grandes periferias. No relatório "Você matou o meu filho. Homicídios cometidos pela Polícia Militar na Cidade do Rio de Janeiro", elaborado pela Anistia Internacional em 2015, encontramos que 54% das pessoas assassinadas no Brasil eram jovens de 15 a 29 anos, 90% eram homens e 77% negros. Os ecos dessa dinâmica se refletem no aumento da taxa de letalidade violenta no país. "De 1980 a 2012, o número de homicídios no país aumentou de 13.910 para 56.337, e a taxa de

17 Nome fictício.

homicídios por 100 mil habitantes aumentou de 11,7 para 29. Isso significa um aumento de 143% na taxa de homicídios do período"[18].

As informações apresentadas anteriormente nos fornecem um retrato socioeconômico das vítimas de mortes violentas no estado do Rio de Janeiro. O homem negro de baixa escolaridade é majoritariamente o perfil mais atingido pela violência letal nos municípios fluminenses. Associados a tais características, ainda reiteramos que grande parte dessas vítimas são jovens que não ultrapassam a barreira dos 24 anos de idade. Na região da Baixada observamos o mesmo padrão encontrado para o estado.

As análises a seguir buscam observar as tendências na distribuição percentual das vítimas, segundo características socioeconômicas de ocorrências consideradas pelo ISP no cálculo de letalidade violenta. Os cruzamentos, portanto, apresentam a distribuição percentual das vítimas de mortes violentas no estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2010 e 2015 segundo sexo, cor, escolaridade e faixa etária.

No período estudado, cerca de 92% das mortes violentas do Estado do Rio de Janeiro atingiram indivíduos do sexo masculino. Entre os tipos de morte, aquelas decorrentes de conflito com a polícia sobem esse patamar para quase a totalidade dos eventos computados, 99,4% dos homicídios decorrentes de confronto com a polícia vitimaram homens no estado do RJ. Já os crimes de latrocínio são os que mais concentram vítimas do sexo feminino, algo como 10% das mortes. O latrocínio, ademais, atinge igualmente brancos e não brancos no estado.

As mortes decorrentes de confronto com a polícia vitimam, sobretudo, jovens. 64,7% das vítimas destas ocorrências possuíam até 24 anos enquanto o percentual agregado para mortes violentas contabilizou 34,5% de mortes nesta faixa etária. Se as vítimas de intervenção policial são, em sua grande maioria, jovens, os assassinatos vinculados a crime contra o patrimônio atingem majoritariamente adultos, 76,8% das vítimas possuíam acima de 30 anos.

A baixa escolaridade é uma característica das vítimas de homicídio doloso e de intervenção policial. Para esta ocorrência, o percentual é mais ressaltado, 67,5% dos mortos ainda não haviam completado o ensino fundamental. O latrocínio, por sua vez, atinge indivíduos com perfil socioeconômico diferente do padrão encontrado. O nível de escolaridade destas vítimas é mais uma evidência, já que 60,4% delas concluíram o ensino médio ou possuíam mais de 11 anos de estudo.

TABELA 3 – CRUZAMENTO TIPO DE MORTE E SEXO DA VÍTIMA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2010-2015.

	HOMICÍDIO DOLOSO		AUTO DE RESISTÊNCIA		LATROCÍNIO	
Sexo	**Contagem**	**Percentual**	**Contagem**	**Percentual**	**Contagem**	**Percentual**
Feminino	2183	8,5%	21	0,6%	90	10,9%
Masculino	23597	91,5%	3265	99,4%	739	89,1%

Fonte: ISP

18 ANISTIA INTERNACIONAL, 2015, p.9.

TABELA 4 – CRUZAMENTO TIPO DE MORTE E COR DA VÍTIMA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2010-2015

	TIPO DE MORTE					
	Homicídio Doloso		Auto de resistência		Latrocínio	
Cor	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual
Branco	6488	26,5%	584	19,1%	403	51,0%
Não Branco	18031	73,5%	2473	80,9%	387	49,0%

Fonte: ISP

TABELA 5 – CRUZAMENTO TIPO DE MORTE E FAIXA ETÁRIA DA VÍTIMA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2010-2015

	TIPO DE MORTE					
	Homicídio Doloso		Auto de resistência		Latrocínio	
Faixa etária da vítima	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual
= Menor de idade	1548	8,0%	243	14,7%	13	1,7%
= 18 até 24 anos	5574	28,7%	824	50,0%	80	10,3%
= 25 até 29 anos	3312	17,1%	250	15,2%	87	11,2%
= 30 até 50 anos	7260	37,4%	320	19,4%	340	43,9%
= Acima de 51 anos	1699	8,8%	12	,7%	255	32,9%

Fonte: ISP

TABELA 6 – CRUZAMENTO TIPO DE MORTE E ESCOLARIDADE DA VÍTIMA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2010-2015

	TIPO DE MORTE					
	Homicídio Doloso		Auto de resistência		Latrocínio	
Escolaridade	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual
Sem escolaridade	121	1,9%	4	,7%	5	2,0%
Ensino Fundamental Incompleto	3753	58,2%	386	66,8%	51	20,8%
Ensino Fundamental Completo	1153	17,9%	98	17,0%	27	11,0%
Ensino médio Incompleto	411	6,4%	29	5,0%	14	5,7%
Ensino médio Completo	782	12,1%	52	9,0%	83	33,9%
Acima de 11 anos de escolaridade	231	3,6%	9	1,6%	65	26,5%

Fonte: ISP

Essa desagregação dos dados da letalidade violenta nos revela, portanto, perfis nos quais contrastam os homicídios dolosos e as mortes cometidas pelas polícias, de um lado, e os latrocínios de outro. O primeiro fator distintivo desses dois pólos é a dimensão da articulação com crimes contra o patrimônio, ou seja, o tipo criminal mais enfocado nas narrativas de nossos entrevistados,

como já comentado mais acima. Os latrocínios, assassinato que decorre de um roubo, atingem um grupo mais velho, menos negro, mais escolarizado e menos concentrado no sexo masculino. Na outra ponta, quando a questão patrimonial não figura nas circunstâncias, temos o grupo mais recorrente dos homicídios vistos de modo agregado: jovens, negros, do sexo masculino e pouco escolarizados. Esse grupo, mais frequentemente atingido pela violência letal intencional, é ao mesmo tempo o menos visível nos discursos de nossos informantes, principalmente, quando se trata de gestores públicos municipais, políticos ou policiais. Quando se comparam os homicídios dolosos com as mortes perpetradas por policiais em serviço, esse perfil típico se torna ainda mais definido. Esse panorama reforça a percepção de que os perfis mais recorrentes de vítimas da violência letal intencional se encontram diante de um contexto no qual suas mortes são vistas com certa indiferença por parte das gestões públicas que também resulta em certa autorização tácita para matar por parte da polícia.

Apresentamos, a seguir, o mesmo panorama para a Baixada Fluminense. Os dados dessa região não destoam substantivamente do padrão descrito acima. Nesta região, também se verifica a grande concentração de homens, negros (pretos e pardos), de baixa escolaridade entre as ocorrências de homicídio doloso e mortes decorrentes de intervenção policial. Esta última, por sua vez, vitima também nos municípios da Baixada majoritariamente jovens de até 24 anos. Os crimes de latrocínio são os que atingem um perfil distinto do padrão de mortes violentas no estado e também nesta região. Há percentuais expressivos de brancos, indivíduos mais velhos e escolarizados entre as vítimas. Além de este ser o único tipo, entre os três descritos de mortes violenta, onde o percentual de mulheres atinge a marca de 10% entre os atingidos.

TABELA 7 – CRUZAMENTO TIPO DE MORTE E SEXO DA VÍTIMA, BAIXADA FLUMINENSE 2010-2015

	TIPO DE MORTE					
	Homicídio Doloso		Auto de resistência		Latrocínio	
Sexo	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual
FEMININO	605	6,7%	7	,8%	22	10,3%
MASCULINO	8366	93,3%	869	99,2%	192	89,7%

Fonte: ISP

TABELA 8 – CRUZAMENTO TIPO DE MORTE E COR DA VÍTIMA, BAIXADA FLUMINENSE 2010 -2015

	TIPO DE MORTE					
	Homicídio Doloso		Auto de resistência		Latrocínio	
Cor	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual
BRANCO	1946	22,5%	145	17,7%	94	46,5%
NÃO BRANCO	6692	77,5%	672	82,3%	108	53,5%

Fonte: ISP

TABELA 9 – CRUZAMENTO TIPO DE MORTE E FAIXA ETÁRIA DA VÍTIMA, BAIXADA FLUMINENSE 2010-2015

	TIPO DE MORTE					
	Homicídio Doloso		Auto de resistência		Latrocínio	
Faixa etária da vítima	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual
= Menor de idade	506	7,9%	52	16,2%	6	3,1%
= 18 até 24 anos	1973	30,8%	170	53,0%	27	13,9%
= 25 até 29 anos	1099	17,2%	37	11,5%	23	11,9%
= 30 até 50 anos	2320	36,2%	59	18,4%	78	40,2%
= Acima de 51 anos	504	7,9%	3	,9%	60	30,9%

Fonte: ISP

TABELA 10 – CRUZAMENTO TIPO DE MORTE E ESCOLARIDADE DA VÍTIMA, BAIXADA FLUMINENSE 2010-2015

	TIPO DE MORTE					
	Homicídio Doloso		Auto de resistência		Latrocínio	
Escolaridade	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual
Sem escolaridade	30	1,3%	1	,9%	1	1,4%
Ensino Fundamental Incompleto	1321	59,2%	82	70,7%	12	16,2%
Ensino Fundamental Completo	437	19,6%	17	14,7%	15	20,3%
Ensino médio Incompleto	136	6,1%	5	4,3%	4	5,4%
Ensino médio Completo	248	11,1%	11	9,5%	36	48,6%
Acima de 11 anos de escolaridade	59	2,6%	0	0,0%	6	8,1%

Fonte: ISP

As tabelas abaixo apresentam os dados sobre o perfil socioeconômico das vítimas de homicídio doloso, auto de resistência e de latrocínio separadamente para os quatro municípios nos quais realizamos a pesquisa de campo. Como já mencionado, não há grande discrepância entre as estatísticas observadas para a região da Baixada e para os quatro municípios isoladamente.

Em Belford Roxo, por exemplo, no período analisado morreram relativamente mais mulheres do que na Baixada como um todo. Entre 2010 e 2015, na região 10% das vítimas de latrocínio foram mulheres enquanto na mencionada cidade o percentual encontrado foi de 28,6%. A baixa frequência deste tipo de morte violenta deve ser ressaltada, contudo, para que tenhamos prudência com maiores conclusões ante tal resultado. Comparativamente à Baixada Fluminense, ainda destacamos que as vítimas de auto de resistência em Belford Roxo eram menos escolarizadas e as vítimas de latrocínio no período eram majoritariamente da cor branca.

Em relação à Duque de Caxias, os resultados são mais convergentes aos encontrados para a região como um todo. Comportamento que já era esperado dado o tamanho da cidade e o volume de eventos nela encontrado, ou seja, o impacto de Duque de Caxias para as estatísticas de segurança pública na Baixada é bastante relevante. No período em relevo, as vítimas de latrocínio em tal municipalidade possuíam menor escolaridade comparativamente ao padrão regional.

Nova Iguaçu é outro município populoso e com número elevado de mortes violentas tal como Duque de Caxias. O que significa que os padrões observados em tal cidade também impactam substantivamente as médias da Baixada como um todo. Para o período, observamos que as vítimas de latrocínio eram mais jovens em Nova Iguaçu do que na região. Cerca de 28% dos latrocínios registrados em tal cidade vitimaram pessoas com até 24 anos de idade, o percentual encontrado para a Baixada foi de 17%.

Por fim, destacamos São João de Meriti. Há dois percentuais que nos chamaram atenção em comparação com os percentuais da região. A grande maioria das vítimas de latrocínio em tal cidade, 73,3%, possuíam ensino médio completo enquanto na Baixada o percentual encontrado foi igual a 48,6%. Ainda sobre as vítimas de latrocínio, em São João a grande maioria dos vitimados por tal violência foram indivíduos de cor preta e parda (não brancos).

TABELA 11 – PERFIL DAS VÍTIMAS DE MORTES VIOLENTAS, BELFORD ROXO 2010-2015

	TIPO DE MORTE					
	Homicídio Doloso		Auto de resistência		Latrocínio	
	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual
SEXO						
Feminino	78	5,9%	1	,5%	4	28,6%
Masculino	1233	94,1%	209	99,5%	10	71,4%
FAIXA ETÁRIA DA VÍTIMA						
Menor de idade	79	8,4%	14	17,9%	1	7,1%
18 até 24 anos	314	33,2%	37	47,4%	3	21,4%
25 até 29 anos	151	16,0%	12	15,4%	2	14,3%
30 até 50 anos	346	36,6%	14	17,9%	5	35,7%
Acima de 51 anos	56	5,9%	1	1,3%	3	21,4%
ESCOLARIDADE						
Sem escolaridade	6	1,8%	0	0,0%	0	0,0%
Ensino Fundamental Incompleto	201	61,1%	26	86,7%	1	16,7%
Ensino Fundamental Completo	63	19,1%	3	10,0%	2	33,3%
Ensino médio Incompleto	20	6,1%	1	3,3%	1	16,7%
Ensino médio Completo	34	10,3%	0	0,0%	1	16,7%
Acima de 11 anos de escolaridade	5	1,5%	0	0,0%	1	16,7%
COR						
Branco	239	19,1%	36	19,1%	9	64,3%
Não Branco	1011	80,9%	152	80,9%	5	35,7%

Fonte: ISP

TABELA 12 – PERFIL DAS VÍTIMAS DE MORTES VIOLENTAS, DUQUE DE CAXIAS 2010-2015

	Tipo de Morte					
	Homicídio Doloso		Auto de resistência		Latrocínio	
	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual
SEXO						
Feminino	146	7,0%	4	1,3%	5	8,8%
Masculino	1951	93,0%	303	98,7%	52	91,2%
FAIXA ETÁRIA DA VÍTIMA						
Menor de idade	125	9,2%	21	23,6%	0	0,0%
18 até 24 anos	404	29,8%	47	52,8%	6	12,0%
25 até 29 anos	236	17,4%	6	6,7%	9	18,0%
30 até 50 anos	481	35,4%	14	15,7%	19	38,0%
Acima de 51 anos	111	8,2%	1	1,1%	16	32,0%
ESCOLARIDADE						
Sem escolaridade	6	1,7%	1	5,0%	0	0,0%
Ensino Fundamental Incompleto	207	58,8%	12	60,0%	3	21,4%
Ensino Fundamental Completo	64	18,2%	2	10,0%	6	42,9%
Ensino médio Incompleto	21	6,0%	2	10,0%	0	0,0%
Ensino médio Completo	45	12,8%	3	15,0%	5	35,7%
Acima de 11 anos de escolaridade	9	2,6%	0	0,0%	0	0,0%
COR						
Branco	448	22,1%	41	14,1%	24	45,3%
Não Branco	1576	77,9%	249	85,9%	29	54,7%

Fonte: ISP

TABELA 13 – PERFIL DAS VÍTIMAS DE MORTES VIOLENTAS, NOVA IGUAÇU 2010-2015

	Tipo de Morte					
	Homicídio Doloso		Auto de resistência		Latrocínio	
	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual
SEXO						
Feminino	146	6,3%	1	,8%	4	9,5%
Masculino	2185	93,7%	129	99,2%	38	90,5%
FAIXA ETÁRIA DA VÍTIMA						
Menor de idade	122	7,5%	7	11,9%	4	11,4%
18 até 24 anos	517	31,9%	32	54,2%	6	17,1%
25 até 29 anos	272	16,8%	7	11,9%	3	8,6%
30 até 50 anos	590	36,4%	13	22,0%	11	31,4%
Acima de 51 anos	120	7,4%	0	0,0%	11	31,4%
ESCOLARIDADE						
Sem escolaridade	7	1,1%	0	0,0%	0	0,0%
Ensino Fundamental Incompleto	346	56,4%	16	69,6%	0	0,0%
Ensino Fundamental Completo	77	12,6%	5	21,7%	5	41,7%
Ensino médio Incompleto	50	8,2%	0	0,0%	2	16,7%
Ensino médio Completo	77	12,6%	5	21,7%	5	41,7%
Acima de 11 anos de escolaridade	12	2,0%	0	0,0%	2	16,7%
COR						
Branco	508	22,4%	31	24,6%	21	51,2%
Não Branco	1757	77,6%	95	75,4%	20	48,8%

Fonte: ISP

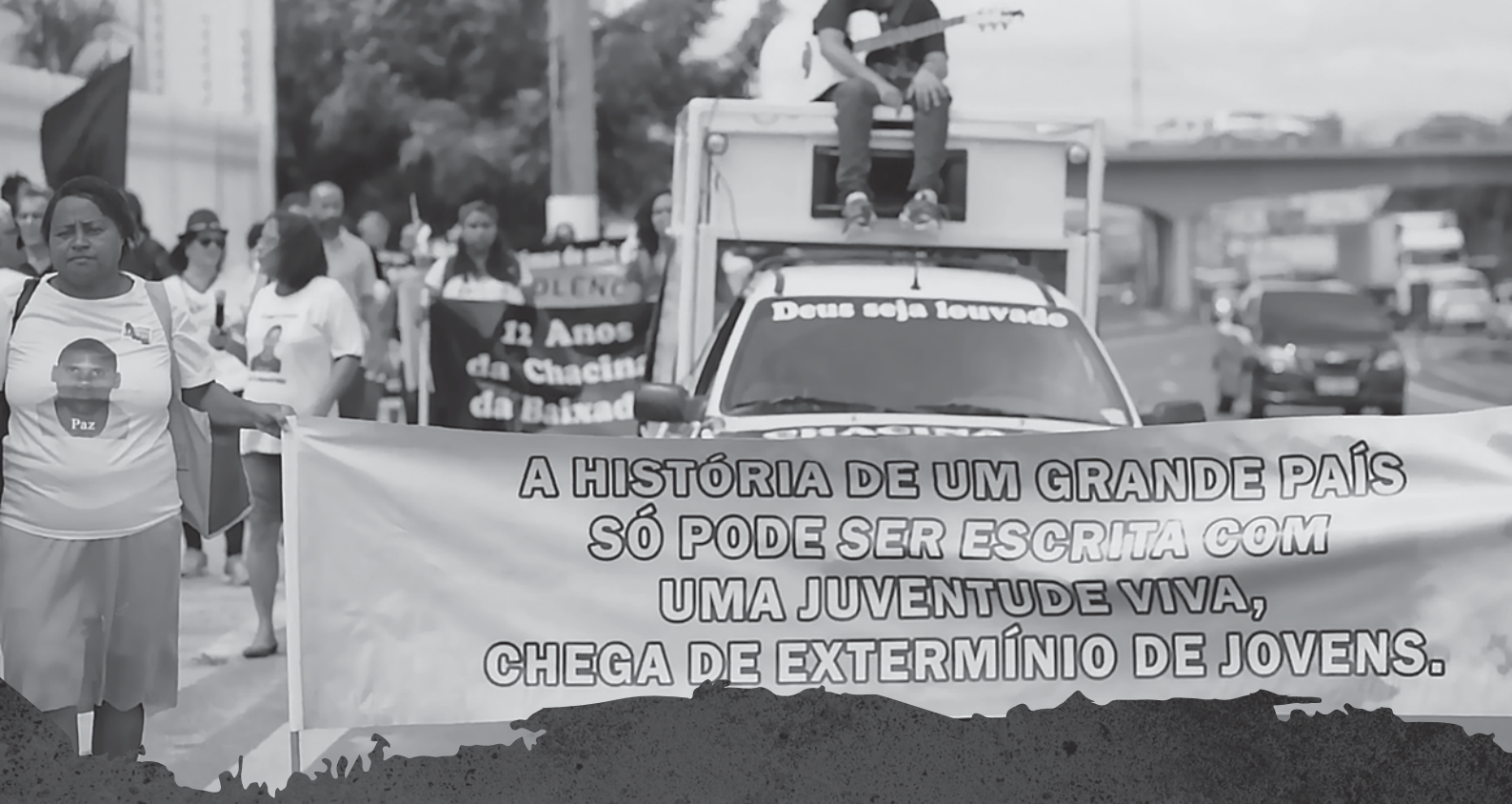
TABELA 14 – PERFIL DAS VÍTIMAS DE MORTES VIOLENTAS, SÃO JOÃO DO MERITI 2010 -2015

	Tipo de Morte					
	Homicídio Doloso		Auto de resistência		Latrocínio	
	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual	Contagem	Percentual
SEXO						
Feminino	56	6,3%	1	1,1%	2	6,9%
Masculino	827	93,7%	89	98,9%	27	93,1%
FAIXA ETÁRIA DA VÍTIMA						
Menor de idade	64	9,7%	4	12,1%	1	3,6%
18 até 24 anos	229	34,7%	19	57,6%	4	14,3%
25 até 29 anos	124	18,8%	4	12,1%	4	14,3%
30 até 50 anos	193	29,3%	6	18,2%	11	39,3%
Acima de 51 anos	49	7,4%	0	0,0%	8	28,6%
ESCOLARIDADE						
Sem escolaridade	5	2,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ensino Fundamental Incompleto	131	52,4%	7	63,6%	4	26,7%
Ensino Fundamental Completo	58	23,2%	3	27,3%	0	0,0%
Ensino médio Incompleto	18	7,2%	1	9,1%	0	0,0%
Ensino médio Completo	28	11,2%	0	0,0%	11	73,3%
Acima de 11 anos de escolaridade	10	4,0%	0	0,0%	0	0,0%
COR						
Branco	180	21,2%	12	15,0%	10	37,0%
Não Branco	669	78,8%	68	85,0%	17	63,0%

Fonte: ISP

Esse primeiro panorama nos levou a três questões mais gerais que atravessam as dinâmicas dos homicídios na Baixada Fluminense nos últimos anos: (ii) as possíveis influências das reconfigurações da criminalidade violenta na região, principalmente, com certa retração dos monopólios dos grupos de extermínio; (ii) um silêncio a respeito da violência letal intencional que articula fatores como a distância das intervenções municipais para o controle desse problema e a indiferença em relação ao perfil mais recorrente das vítimas; e (iii) o aspecto patrimonial como uma variável importante para as mudanças nos perfis das vítimas bem como nas percepções acerca delas.

A partir dos próximos capítulos, nos deslocaremos do panorama para uma análise mais aproximada e mais enfocada no material coletado nas entrevistas. Essas três questões gerais serão aprofundadas e outros temas de análise emergirão.



IV. PERCEPÇÕES SOBRE OS HOMICÍDIOS E CRIMINALIDADE VIOLENTA

O material das entrevistas que realizamos nos fornece um registro bastante rico do contexto vivido por nossos informantes acerca da criminalidade homicida. A partir desse conjunto de depoimentos, podemos compreender melhor o paradoxo entre a frequência e o caráter cotidiano dos homicídios na Baixada Fluminense e os silêncios acerca do tema que encontramos entre os agentes públicos. É possível extrair ainda percepções mais detalhadas sobre como ocorreram as reconfigurações da criminalidade violenta nos últimos anos, considerando, ainda, os depoimentos que estabelecem narrativas que têm o período posterior à expansão das UPPs na capital. Abordaremos, além disso, relatos acerca dos grupos criminosos presentes na Baixada, seus modos de atuação, e suas tensões e articulações com atores do poder público, possibilitando uma interpretação da violência letal intencional não como fenômeno difuso, mas como matéria prima para mercados que movimentam circulação de outros bens políticos e patrimoniais.

Em relação a esse último aspecto, acreditamos que o mosaico dos depoimentos aqui coligidos permite identificar a existência de determinados lugares sociais para a violência letal intencional que resultam na operação de certos mercados. Ter o poder de matar significa participar da aquisição e acumulação de outros poderes e bens. Temos, assim, um conjunto de dinâmicas homicidas cuja causalidade não pode ser avaliada apenas a partir de categorias genéricas e isoladas: o racismo, as distâncias e hierarquias sociais, o preconceito de classe, a violência estatal são todos eles elementos que, seguramente, concorrem para as incidências de homicídios na região, mas nenhum deles isoladamente dá conta de fornecer uma síntese compreensiva das questões mais decisivas para a magnitude da letalidade intencional na Baixada. As noções jurídicas e criminológicas também não dão conta de fornecer um quadro compreensivo consistente desse tipo de violência. As próprias categorias de "homicídio" e "violência letal intencional" dão nome às resultantes de fenômenos de naturezas muito distintas – elas descrevem, por exemplo, tanto o caso de um pai que mata os próprios filhos quanto o desfecho de uma disputa territorial de grupos criminosos concorrentes.

O que está em jogo é a tentativa de se identificarem os fatores responsáveis pelos padrões mais recorrentes no conjunto das mortes violentas intencionais na Baixada Fluminense. Pelos depoimentos recolhidos nas entrevistas, o elemento de síntese que identificamos como mais eficaz, do ponto de vista analítico, e mais coerente, do ponto de vista empírico, consiste na *articulação entre os modos de operação dos mercados ilegais e suas fronteiras com os poderes constituídos no Estado*. Temos, assim, um vetor que comporta: *os confrontos nos quais figuram facções, grupos criminosos e atores estatais; as redes ilegais de cooperação entre essas instâncias; e o clientelismo homicida, com o controle sobre um eleitorado e sobre os serviços e bens públicos a eles fornecidos*. *Todas essas dimensões têm como operação de base o cometimento de homicídios dolosos como ferramenta para a aquisição de bens políticos e patrimoniais*.

IV. 1. O COTIDIANO DAS MORTES

Em contraste com as primeiras impressões do trabalho de campo junto aos gestores e agentes municipais, a continuidade da pesquisa trouxe outras percepções a serem consideradas em nossa análise. Ao aprofundarmos a entrada de nossa equipe no contexto de investigação, a partir das entrevistas e conversas com moradores, líderes comunitários, representantes da sociedade civil etc., chama a atenção o caráter cotidiano, quase banalizado, dos assassinatos na Baixada Fluminense. São comuns as falas que tratam dos homicídios dolosos como algo que acontece quase todo dia ou semana. Essas falas indicam que a banalidade é o operador que resolve o paradoxo da frequência exacerbada conjugada com baixa visibilidade. De tão recorrentes e cotidianas essas mortes deixam de chamar a atenção, deixam de ser investigadas, problematizadas, evitadas.

Diz-nos um ativista que entrevistamos:

> *"Se você pergunta [ao jovem] se o bairro [que ele mora] é violento, o menino fala que não. Só que a maioria dos amigos já morreram, um monte de gente já foi assaltada, uma série de coisas violentas e o cara meio que vê isso como normal."*

Outro depoimento que obtivemos nas entrevistas fala não somente da recorrência dos casos, mas também do perfil mais comum nessas mortes cotidianas: os jovens:

> *"Já perdemos muitos jovens aqui... muitos jovens. Perdemos agora um recentemente aqui [...] perdemos um outro ali a cem metros. [...] Já perdemos vários jovens aqui nas redondezas por balas perdidas, trocas de tiros com policiais, com traficantes... Isso aí é frequente, a violência é demais aqui na nossa região. Já perdemos muitos jovens, já perdemos até as contas. Finais de semana sempre um, mas um, mais dois [jovens assassinados]."* (Líder comunitário).

Importante notar que nosso interlocutor está falando do contexto do local onde ele mora que se trata de uma área periférica do município. Ele se refere, portanto, a jovens, pobres e, provavelmente, de baixa escolaridade como personagens dessas mortes que ocorrem toda semana. Esse perfil é determinante também para a banalização das mortes. Trata-se de um grupo social que – a despeito de ser o público, em geral, em qualquer parte do mundo, mais vulnerável quando se trata de homicídios –, no Brasil, especificamente, está submetido a fortes estigmas. A população negra, jovem e moradora de áreas periféricas no Brasil é recorrentemente identificada com categorias de acusação. Essas narrativas estigmatizantes têm como foco semântico a criminalização desses grupos. São recorrentes nas reportagens dos grandes veículos de comunicação sobre eventos violentos envolvendo esse perfil social – sobretudo nos casos em que se trata de ocorrências nas quais as polícias são autoras de mortes ou ferimentos contra esses jovens – que se termine a notícia com a informação de que os personagens possuem "passagem pela polícia". Essa informação, em geral, é absolutamente irrelevante para a avaliação do caso específico que é narrado, mas esse tipo de recurso retórico parece ter o objetivo de atenuar o peso das violências sofridas pelos jovens ou de isentar de responsabilidades os autores dessas violências.

Um policial civil que conhecemos ao longo de nossas atividades de pesquisa no campo da segurança pública, costuma contar uma história que é bastante ilustrativa dos mecanismos de criminalização e estigma que recaem sobre os jovens negros e moradores de periferias. Ele conta que, logo no início de sua carreira como policial civil, estava trabalhando no patrulhamento de um bairro da zona sul do Rio de Janeiro com outros dois colegas na viatura. Em determinada altura, avistaram dois jovens brancos e, provavelmente, moradores de uma área de classe média do bairro. Esses jovens pareciam estar fumando maconha. Os policiais pararam a viatura, abordaram os dois rapazes e constataram que realmente portavam um cigarro de maconha. A atitude dos policiais foi apreender a droga e passar um sermão nos dois: falaram como era negativo usar drogas, como isso poderia atrapalhar as vidas deles etc. Depois da bronca ridiculamente tutelar, os rapazes foram liberados. No mesmo dia, mais adiante na rota de patrulhamento dos policiais, eles passavam por uma rua de acesso a uma favela do bairro e identificaram outros dois jovens fumando um baseado. Dessa vez, os dois eram negros e, provavelmente, moradores da favela nas adjacências. A postura dos policiais foi completamente diversa da situação anterior. Insultos, agressões físicas, humilhações, ameaças compuseram o conjunto de ações dos policiais contra os dois usuários de maconha. Esse dois pesos e duas medidas, como dissemos, sintetizam as posturas recorrentes no Brasil na direção daqueles que são os principais atingidos pela violência letal intencional. A ação da polícia, no caso narrado, mas também em geral, é o reflexo de uma postura essencialmente violenta da população em relação a esse grupo social.

Vejamos outro depoimento do mesmo líder comunitário da citação anterior:

"Tem as duas coisas. Têm pessoas que são envolvidos, outros que não são envolvidos. Têm as pessoas que estão passando na hora, que são os inocentes, que não têm nada a ver com o 'babado'. Às vezes a gente vê o que está acontecendo, lá embaixo, na cidade [do Rio de Janeiro], as pessoas no meio das balas cruzados, dos tiros cruzados e pega num inocente... a mesma coisa acontece aqui na Baixada. São pessoas que realmente estão envolvidas com o tráfico, outros não estão envolvidos e acabam perdendo a vida por causa de uma coisa que não tem nada a ver. E isso é o vem acontecendo frequentemente aqui na nossa região."

Temos nesse trecho um elemento importante para a compreensão dos significados presentes nas mortes dos jovens na Baixada: a figura do "envolvido". Essa categoria sintetiza a retórica que parece querer definir as mortes desses sujeitos como aceitáveis ou menos graves do que as mortes de pessoas "inocentes", assim como ocorre nas reportagens que se referem às fichas criminais dos personagens. Se recair sobre a pessoa assassinada o pertencimento à condição de "envolvido", sua morte se torna, retoricamente, uma consequência de suas próprias "escolhas" ou ações. Dispersam-se, portanto, as atenções sobre esses casos. Não são feitas investigações ou diligências adequadas. Há pouca repercussão jornalística. Os autores raramente são identificados. Se forem policiais, raramente são punidos ou investigados, se aceitando tacitamente as alegações de que o policial matou em defesa própria.

As famílias dos mortos são ignoradas pelo Estado. Ao se mobilizarem para cobrar justiça por parte das autoridades, são ameaçadas e perseguidas, muitas vezes, pelos próprios autores das mortes de seus filhos e familiares que não são processados ou respondem aos processos em liberdade[19].

Se o autor do crime é outro jovem também identificado como um "envolvido", também é baixa a sensibilidade social em relação a essas mortes, sob uma narrativa difusa que parece afirmar "eles que se matem por lá". Se o homicídio foi cometido por um miliciano ou grupo de extermínio, o silêncio é decorrente do medo. Quando não se trata de medo, está em jogo certo acordo moral com os homicidas: eles estariam botando ordem na área, fazendo uma "limpeza", como aparece num depoimento que citamos no capítulo anterior, matando quem deve morrer.

Às famílias, com frequência, se recusa inclusive o acesso aos corpos pelo uso de técnicas de ocultação de cadáver como as desovas em rios da região. Nosso informante citado acima, ainda que não compartilhe dessas narrativas impregnadas por moralidades que tornam as mortes de jovens negros e pobres irrelevantes, ou mesmo necessárias, reproduz as categorias de estigma e acusação em sua fala[20].

Em todas as hipóteses referidas acima, a categoria de "envolvido" serve como um neutralizante retórico do curso social dessas mortes. Vistos como pessoas que podem ou devem morrer, esses jovens passam a figurar como aspecto central de um mercado homicida. Os discursos estigmatizantes operam, em primeiro lugar, uma redução dessas pessoas à condição de "coisa". Há, em segundo lugar, um mercado de aquisição de poderes pelo exercício do poder de matar. Esse poder é o elemento que lastreia a conquista de um território e, logo de um mercado de bens e serviços ilegais, e de votos. Reduzidos social e retoricamente a meras quantidades, a morte desses jovens passa a ser o aspecto central de um *mercado homicida*. Esse mercado é o elemento estruturante de uma perversão política muito comum no Brasil, histórica e contemporaneamente: uma moralidade que prioriza o patrimônio em detrimento da vida como valores. As mortes cotidianas e banalizadas de jovens são operadas como meio para o controle, manutenção e aquisição de mercados que têm como fim último a produção de ganhos financeiros e patrimoniais para seus gestores e operadores. Esse é o horizonte de expectativas dos traficantes de drogas, dos milicianos, dos policiais corruptos, dos membros dos grupos de extermínio, dos políticos cujas

19 Esse roteiro de violações de direito tão recorrentes e de baixíssima visibilidade é destrinchado de modo muito preciso pelo relatório da Anistia Internacional intitulado "Você matou meu filho" (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015).

20 Sobre estigma, categorias de acusação, e comportamentos desviantes as referências fundamentais se encontram nos trabalhos de GOFFMAN (1981), BECKER (2008) e VELHO (1985)

carreiras decorrem dos votos conquistados pelo controle territorial armado de determinadas áreas das cidades, todos eles personagens centrais dos conflitos que concorrem para a alta incidência de mortes na Baixada Fluminense e outras regiões brasileiras.

Uma ativista que entrevistamos fala de uma dinâmica que é bem expressiva da redução do valor da vida em vista da aquisição de mercadorias, mesmo no caso de bens de pouco valor.

> *"Há anos atrás... Porque aqui matava criança de doze, treze, catorze anos. (...) Final de semana era dia de morrer sim. O moleque entrava na boca, na sexta, muitas vezes no sábado e no domingo ele dava a volta na boca, ele morria. Até na mão de um colega igual a ele, do tamanhozinho dele. É o quê? A ansiedade. Comprava sapatos de marca, comprava, aquela vontade de ter, aí não tinha responsabilidade nenhuma, ia lá e comprava. Você sabia que ele tinha que prestar conta. Então, houve muito isso. Não só aqui como em todas as favelas. [...]. A Zona Sul, Copacabana, Ipanema, está cheio disso. Mas eu falo do que eu vivi aqui."*

É importante notar a seguinte frase desse trecho: "*Final de semana era dia de morrer sim.*" Ela expressa a incidência das mortes não como algo episódico, mas quase sistêmico, uma consequência do modo de operação de um negócio, a "boca". Quando fala do elemento desencadeador do conflito que resulta nessas mortes recorrentes, ela às associa a uma "ansiedade" pela aquisição de mercadorias como um "sapato de marca", uma "vontade de ter". O sujeito reificado, reduzido à quantidade, desprovido de atributos socialmente valorizados, é sugado pela roda viva do mundo das coisas.

Ainda no que se refere às consequências retóricas e morais associadas à noção de "envolvido", um de nossos entrevistados, ator da sociedade civil organizada, fala de como perdeu três sobrinhos vítimas de homicídio:

> *"Três sobrinhos meus já foram assassinados. (...) Envolvidos com drogas. Um sobrinho meu, simplesmente, estava olhando a arma que o menino estava mostrando para ele. Quando a polícia chegou e viu ele, e identificou ele com a arma na mão. Ele nunca tinha usado uma arma, ficou escondido atrás do caminhão. Mataram ele. (...) Agora eu pergunto: a culpa é do policial? Ele tinha 17 anos. A culpa é do policial? Não. Por quê? [O policial pensa:] 'Antes da minha mãe chorar, chora a mãe dele. Porque ele está com a arma na mão. Ele vai atirar em mim.'"*

Esse personagem descreve uma cena que possui um caráter trágico, insolúvel. Seu sobrinho foi morto injustamente. Já o policial que o matou tampouco é culpado do assassinato que cometeu. Em seu discurso, a ação do policial se justifica pela autodefesa: "*Antes da minha mãe chorar, chora a mãe dele*". Essa sentença indica o quão recorrente são os homicídios no cotidiano das operações do crime e seus contatos com as instâncias legais e ilegais presentes no poder público. Elemento de baixo custo no conflito entre forças do crime e do Estado, matar e morrer são resultados frequentes nessas relações. Ao reconhecer o ponto de vista do policial como compreensível e legítimo, nosso informante não está reproduzindo a lógica do baixo valor da vida dos jovens negros e periféricos na Baixada. Ele está, na verdade, reconhecendo que as origens do problema são mais amplas do que a circunstância concreta que provoca aquele encontro no qual matar ou morrer são os resultados iminentes e inevitáveis.

Esses enredos marcados pelos homicídios como desfecho não se restringem aos contextos e modos de operação do tráfico de drogas. Uma de nossas entrevistadas, membro do movimento negro, perguntada se já teve algum caso que resultou em morte por causa da milícia que controla a área em que ela vive, responde: "Sempre tem. Quase toda semana". Mas ela diz que essas mortes nem sempre são visíveis, seguindo o padrão retratado por Cano e Duarte no livro "No Sapatinho"[21]. Nesse livro, eles descrevem as mudanças nos modos de operação das milícias destacando que nos últimos anos, principalmente depois do contexto da CPI que resultou na prisão de alguns de seus

21 CANO & DUARTE (2012).

principais líderes, esses grupos deixaram de lado as execuções públicas e expiatórias que lhes eram características e passaram a adotar um modo de atuação mais discreto, voltado para a ocultação dos cadáveres em seu padrão homicida. Segue sendo alta, entretanto, adesão à prática do homicídio como recurso de poder para esses grupos.

Outra ativista da Baixada que entrevistamos fala da recorrência dos homicídios como algo característico tanto de tráfico quanto da milícia:

> *"A minha área é dominada pelo tráfico e agora pela milícia. Então, assassinatos – homicídios – e tiroteios é o pão de cada dia. Não tem semana onde não tenha toque de recolher. Alguém desses grupos de traficantes ou da milícia morre. Então, eles obrigam o comércio a fechar as portas. E para entrar nessas áreas você tem que entrar com as luzes do carro apagadas, os vidros abertos e só a luz interna acesa. E, se entra um carro que não é da área, é barrado pelo tráfico, principalmente, tráfico."*

Já outro ativista que entrevistamos compara a alta frequência de homicídios na sua região com a magnitude dos dados oficiais:

> *"[...] o que mais me abala é a questão dos homicídios. Por exemplo, na semana passada, executaram um cara próximo à minha casa. (...) Eu não ouvi os tiros porque eu estava vendo alguma coisa na televisão, mas eu vi que meu cachorro estava latindo muito. Aconteceu alguma coisa. Depois eu vendo na página [da cidade, na internet], a quatrocentos metros da minha casa, estava um rapaz de vinte e dois anos, caído lá, foi assassinado. A gente não sabe o que aconteceu. Foi execução, com vários tiros. Então, isso aí me abala. A quantidade de execuções sem investigação, sem nada, e que ocorrem diariamente. A gente não vê diariamente, porque acontecem em pontos distintos do município, mas a gente sabe que todo dia tem um caso na Baixada. E eu acho interessante – não no sentido de legal, mas no sentido de comparar os dados – é que às vezes parece que os números do ISP são inferiores àquilo que a gente vê de fato. Porque a gente fica sabendo de vários casos e aí quando a gente vai ver os casos registrados, a gente não consegue ver [a mesma proporção]."*

Para ele, o número elevado de homicídios computados pelo ISP não é compatível com a quantidade que ele observa no cotidiano, que seria maior. Em todas as falas de nossos entrevistados, de toda forma, a violência letal intencional é prioritariamente decorrente das operações e conflitos entre grupos criminosos – tráfico, milícias e grupos de extermínio –, bem como de suas relações e confrontos com as forças policiais e outros poderes constituídos na esfera governamental.

Será importante para a análise aqui proposta não somente essa constatação, mas a forma pela qual nossos informantes valoram e descrevem os modos de atuação de cada um desses grupos e também os expedientes discursivos aos quais recorrem para falarem do cenário da violência na Baixada Fluminense.

IV. 2. DEPOIS DAS UPPS

Como vimos no capítulo anterior, o contexto da instalação das UPPs na capital é amplamente comentado por nossos entrevistados como um marco para a expansão da violência na Baixada Fluminense. Não há dúvidas de que a concentração dos investimentos de recursos na capital do estado aprofundou as assimetrias no campo da segurança pública nas relações entre os municípios da região metropolitana e a cidade do Rio de Janeiro. Queremos explorar nessa seção, entretanto, não o panorama metropolitano, mas as modulações dos discursos de nossos entrevistados ao falar das reconfigurações da criminalidade violenta na Baixada após o contexto das UPPs. Os relatos que sistematizamos mostram que:

(i) Nos últimos cinco anos, pelo menos, os moradores da Baixada perceberam mudanças no tráfico de drogas que vão desde a percepção de que a quantidade de traficantes e de confrontos

entre facções aumentaram, até a constatação de que o aspecto mais visível é o aumento da quantidade de armas nas mãos do tráfico.

(ii) O tráfico é retratado como uma nova força criminosa, exterior à Baixada; nossos entrevistados indicam, contudo, que, há mais de uma década, esse grupo operava pela forma da "estica"[22], sem controle territorial e sem uso ostensivo de armamento pesado.

(iii) Associada à lógica da migração dos traficantes, há, em algumas falas, um discurso sobre a necessidade de fortalecimento dos efetivos policiais da região.

(iv) Algumas narrativas desses câmbios nos modos de operação do tráfico estão impregnadas de uma retórica na qual o problema exclusivo da segurança pública e da violência na Baixada se refere à presença e à atuação dos traficantes de drogas, sem que se diga muita coisa a respeito das milícias ou dos grupos de extermínio.

(v) A não identificação desses dois últimos tipos de criminalidade violenta como um problema de segurança pública na região chega, em algumas falas, a definir, ao contrário, que eles seriam parte das "soluções" para as questões de insegurança, o "jeito" doméstico da Baixada de manter a segurança.

(vi) Esses discursos, em geral, na comparação entre o passado e o presente, narram a Baixada da época áurea dos grupos de extermínio como uma região pacífica, muitas vezes, descrita de modo idílico.

(vii) A presença do tráfico também teria ampliado a corrupção policial aos moldes dos "arreglos" acordados entre esses dois grupos.

Esse último ponto é o caso da seguinte frase de um vereador que entrevistamos na pesquisa, que atualmente é empresário do ramo do comércio, mas antes de entrar para a política era policial: "Tudo aconteceu depois da UPP. Antes a gente era muito feliz aqui na cidade." Essa versão romântica de uma Baixada pacífica, além de ser, obviamente, uma ficção, conota certa adesão moral e discursiva aos métodos ilegais de atuação dos grupos de extermínio como estratégias de poder que se nutrem de um discurso de produção privada da ordem e "controle do crime". A Baixada só pode ser retratada como um lugar pacífico em seu passado recente se o sujeito de tal raciocínio não considera a atuação dos grupos de extermínio como criminosas, restringindo esse problema à presença do tráfico de drogas.

Na entrevista com um assessor parlamentar da Baixada, temos um relato de que as UPPs representam uma mudança completa nas dinâmicas locais do crime. Isso, principalmente, em vista da entrada do tráfico na região:

> *"Mudou tudo. Porque antes a venda de drogas no município existia, é claro, mas era o que no jargão policial é chamado de 'estica', onde o camarada ia lá no Rio, pegava uma quantidade de tóxico pra vender aqui para os usuários de drogas. Mas não existia boca de fumo. O elemento não vinha aqui. Porque a boca de fumo faz com que tenha que ter o elemento armado pra guardar o que ele tenha ali de valor, a droga, o dinheiro etc. Então, o que existia era venda, venda pra usuários. Com a entrada da UPP, o que aconteceu? A impossibilidade deles trabalharem livremente lá, eles foram se instalando aonde encontravam apoio. Bandido do Rio tinha um conhecido que morava numa comunidade aqui, por exemplo, o cara traficava em Madureira, mas tem um amigo que morava aqui, ele entra na casa dele, começa a trazer o apoio que vem lá do Rio, armamento e monta uma boca de fumo. Aí a coisa muda de figura. Hoje o que está acontecendo na Baixada? A Baixada tem tanta boca de fumo quanto o Rio de Janeiro."*

22 Tráfico discreto, em pequenas quantidades, sem uso ostensivo de armamento.

Um oficial de polícia que atualmente é secretário de uma prefeitura da região é enfático ao definir o tráfico como o principal problema de segurança da região:

> *"O maior problema hoje é o tráfico de drogas na cidade. E o tráfico de drogas gera muita violência, gera muito confronto. A gente vê muitos jovens serem abatidos. Muitos negros serem abatidos. Muita gente pobre... (...) A Baixada (e você pode anotar o que eu estou falando), com o advento das UPPs, houve um incremento muito grande da violência na Baixada Fluminense. [...] Então, na medida em que você fortalece as UPPs no município do Rio de Janeiro, a mutação da criminalidade é visível e isso traz uma violência maior e aumenta o número de homicídios e de latrocínios aqui na cidade."*

Como se nota nesse trecho, não há uma palavra sobre a presença das milícias ou dos grupos de extermínio. Isso foi assim ao longo de toda a entrevista que durou cerca de uma hora. Essa entrevista mostra uma transposição da retórica oficial sobre violência na capital: a ênfase no tráfico como vetor da violência em uma região na qual os homicídios ocorrem em larga escala desde períodos muito anteriores à expansão da presença ostensiva e armada desses grupos criminosos.

Ainda na linha de um retrato de uma Baixada pacífica no passado, temos o seguinte trecho de uma entrevista que realizamos com um vereador da região:

> *"Eu lembro que antigamente você tinha o respeito da sociedade e também da própria vagabundagem, do meliante, do bandido, do criminoso. Então você tinha um respeito. Você percebia que eles respeitavam também. O próprio viciado em drogas, ele não fumava maconha onde tinha crianças, onde passavam mulheres, eles não ficavam à vista, eles procuravam se esconder pra fazer. Então, ao longo do tempo, isso tudo foi mudando, foi acabando o respeito. Uma coisa é você ter o bandido e o policial e eles não se dão, cada um está de um lado. Eu não estou dizendo que eles tinham que se dar, que ser amigos, não é isso. Mas tinha um respeito. Hoje não tem respeito. Muito da criminalidade, e também acabou por causa da corrupção, a própria polícia também acabou se perdendo um pouco. Eu acho que não é a maioria da polícia, é a minoria, mas o respeito foi acabando e a criminalidade foi crescendo. Lá atrás você não tinha o bandido com fuzil. Hoje você vê [...] o bandido com o fuzil. Muitos."*

Esse vereador, que vem de uma carreira como operador do sistema penitenciário, fala de um contexto inicial de respeito que teria se perdido. Sua fala também se refere a alguns modos de regulação típicos dos grupos de extermínio: a proibição e punição de crimes como roubos e furtos e a interdição do uso de drogas nas ruas. Ele traz outra variável relacionada à presença dos traficantes: a adoção de práticas de corrupção por parte dos policiais na pactuação de acordos com o tráfico. Antes, o envolvimento de policiais em práticas criminosas na Baixada se restringia a suas relações com os grupos de extermínio e com os chefetes locais desses grupos. Agora, há também os acordos estabelecidos com o tráfico.

Já um vereador entrevistado, que também é comerciante, e, na altura da pesquisa, presidia uma das Câmaras Municipais da Baixada, levanta outra dimensão do argumento do tráfico como ameaça: a necessidade de ampliação dos efetivos policiais.

> *"[Atribuo o aumento da violência a] um programa fracassado, na minha opinião, que é a UPP. Porque você não prende ninguém. Você não acaba com nada. Aquilo tudo é mentira. Porque nas comunidades você vê a menos de 200 metros da UPP armamento passando pra cima e pra baixo e o policial, muitas das vezes, refém dessa máquina que foi criada para gerar voto. Que isso nada mais é que eleitoreiro. Pra dizer que a comunidade foi pacificada, não foi nada. Esse assistir às televisões da vida. Quanta violência tem todo dia, toda hora, a qualquer horário, a qualquer momento. Quando você não prende, não socializa, quando você não tenta dar emprego a essa população, como vai ser?*

Você só enxota. Enxota dali ela vai pra outro lugar. E vai pra onde? Vai pra Baixada Fluminense. Vai pra Região dos Lagos. Não fica na Capital. Porque a Capital vai receber uma Olimpíada, uma Olimpíada que não é nossa. Onde no período da Olimpíada, se hoje nós temos poucos policiais, no período da Olimpíada vamos ter menos ainda. E vai ficar lá tomando conta de gringo. Vai ficar lá tomando conta de pessoas de fora. E a gente aqui? Vamos pedir socorro a quem? Fica também outra pergunta."

Em outro trecho, ele prossegue no argumento da necessidade de aumento dos efetivos policiais com o aprofundamento das assimetrias entre a Baixada e a capital no contexto das UPPs e dos grandes eventos:

"A primeira queixa hoje da Baixada, eu vou dizer [...] é a questão da segurança. Porque, pelo nosso entendimento, é humanamente impossível, com aquela quantidade de policiais que tem no batalhão, você tomar conta de uma população de mais de 600 mil habitantes. Essa conta não fecha."

Certamente, os efetivos policiais da Baixada Fluminense são desproporcionais ao contingente populacional da região. Mas os discursos por ampliação de efetivos, como presenciamos muitas vezes nas reuniões dos Conselhos Comunitários de Segurança e outros conselhos de segurança nos municípios, estão carregados do silogismo conservador para se lidar com a violência no Brasil: segurança é uma questão de policiamento, o tráfico é o maior operador do crime, produzir segurança pública consiste, portanto, em ampliar os efetivos e os armamentos policiais no emprego da guerra contra o tráfico.

Há, entretanto, outros discursos que apontam o aumento da violência, mas não o relacionam com a atuação específica de algum grupo criminoso, como é o caso do seguinte trecho de uma entrevista com uma gestora municipal:

"Eu sou moradora [da Baixada] há quase 40 anos. E o índice de violência lá aumentou bastante. Eu posso dizer que ficou mais crítico de 2010 para cá. Ali era uma cidade que você podia descer no Centro [...] e ir caminhando para o meu bairro a pé, tranquilamente, a qualquer hora. Hoje em dia, você não pode fazer mais isso. Você podia manusear seu aparelho de telefone naturalmente no seu portão, a qualquer hora do dia. Hoje, você não pode fazer mais isso. A padaria do meu bairro tem que fechar às sete horas da noite, não pode fechar às vinte e uma horas."

Assim como no trecho acima, a maioria dos gestores municipais entrevistados, ao serem questionados sobre a violência nas localidades em que trabalham e moram, apontam os crimes contra o patrimônio como o âmbito mais visível das mudanças que indicam aumento da criminalidade depois do contexto das UPPs. Dentro desse padrão recorrente, foram os moradores, ativistas e representantes da sociedade civil os atores que, ao falarem das mudanças nos últimos anos, também narram a ampliação dos números de mortes.

Um gestor público municipal, membro de um vice-presidente de um dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública que acompanhamos durante a pesquisa também tocou no ponto da migração do tráfico:

"Hoje a nossa cidade sofre muito com a questão da violência porque com esse projeto chamado Unidades de Polícia Pacificadora, acabou despejando aqui na cidade uma classe de criminosos nunca vista antes. Acredito que não seja só em [...]. Acredito que seja em outros municípios também. Um projeto que não deu certo no estado do Rio de Janeiro, um projeto que é nítido que apresentou a força e não a inclusão. E a questão da violência hoje dentro da minha cidade se dá por falta de políticas de inclusão."

Chama a atenção nessa fala, entretanto, não só a constatação de que o tráfico migrou com as UPPs, mas também a descrição desse grupo criminoso como uma presença estranha à Baixada, "uma classe de criminosos nunca vista antes". O tráfico é visto como um problema também por seu caráter exógeno à região. Mais uma vez, podemos nos remeter às "soluções" privadas e domésticas da Baixada para os problemas de criminalidade, como ocorre no trecho em que discutimos a narrativa da região como uma "casa de família".

Em contraste com as percepções que apontam para uma migração de traficantes, há também um depoimento de uma de nossas entrevistadas, uma gestora municipal, que associa o atual cenário a quadros locais de criminosos:

> *"Eu fui perguntar ao batalhão quantos bandidos morreram, quantos foram presos, que não tivessem moradia fixa aqui no município. Você vai lá e três, quatro. A maioria é de [...]. Bom, então da onde é que é essa violência? Não é nossa cria? Não é nossa? Não é um problema que nós do município temos que resolver? Falo tanto o poder público quanto a sociedade civil. (...)"*

Não foi possível apurar na presente pesquisa se essa impressão pode ser confirmada empiricamente. Chamamos, entretanto, a atenção que o procedimento adotado por nossa entrevista para indagar o batalhão local pode servir de referência para investigações que procurem apurar a validade da hipótese da migração de criminosos da capital como um marcador discursivo das mudanças da violência no restante do estado. Não sabemos se há dados razoáveis e acessíveis com essas informações, mas os endereços de residência dos detidos por delitos violentos pode ser uma boa referência para apurar se o cenário atual dos crimes no interior e na região metropolitana se deve a quadros exógenos a essas regiões ou a mudanças internas dos grupos criminosos locais.

Em uma reunião que tivemos com a equipe de inteligência de uma das Guardas Municipais dos municípios que estudamos, para fins de coleta de informações para a pesquisa, um dos participantes também falou da migração criminosa. Ele, contudo, se referiu não somente à migração do tráfico, mas também de milicianos.

> *"Por mais que a gente diga 'a Baixada é violenta', mas também lembrando que essa violência que estamos recebendo hoje é oriunda lá de baixo [, da cidade do Rio,] também. Do Rio pra Baixada (...) Aí você hoje tem: uma grande quantidade de milícia – que vieram juntos [do tráfico], também aproveitaram – e esses bandos, essas facções. (...) E a Baixada paga por isso."*

Ele segue a linha de associar um cenário atual de aumento da violência a uma intervenção de criminosos externos à Baixada, vindos da capital. Mas ele trata de uma mudança na qual o elemento decisivo é uma chegada em conjunto do tráfico e da milícia. Ainda que as milícias sejam pouco referidas nessas narrativas sobre as reconfigurações da criminalidade local, obtivemos alguns depoimentos que confirmam que elas também figuram entre as novas formas de criminalidade na Baixada. O trecho a seguir, de uma entrevista com um ativista atuante e residente na Baixada, traça uma espécie de linha do tempo nessas reconfigurações. Temos aí também um bom apanhado dos personagens implicados nos confrontos associados aos altos patamares de violência letal intencional na região.

> *"Por que aumentou a violência? É por causa da UPP. (...) Eu sei que agora a gente tem um monte de fuzil dentro da comunidade. Não tinha. Aqui sempre foi violento. O problema é o seguinte: o poder público não estava presente e as pessoas tomavam o espaço do poder público, que era a segurança. Lá atrás era a polícia mineira que chamava, mas era sempre grupo de extermínio. O menino roubava no bairro, matava. O menino usava droga, matava. O menino não sei o quê, matava, matava... Aí foi mudando de nome, chegou agora milícia e tráfico. Só que era sempre assim. Tu falava: 'Pô, só se você fizer alguma coisa de errado que você vai morrer'. E coisa de errado era até fumar maconha.*

Se você fumar maconha, você vai morrer. Hoje em dia acho que não tinha ninguém vivo. Se todo mundo que fumasse maconha aqui morresse, não tinha mais ninguém vivo. Mas esses grupos desde antes, só conseguiram espaço porque o poder público sempre foi ausente. Atualmente, é um tipo de violência que a gente não está acostumado. Então, a gente não sabe nem como lidar. Porque são pessoas que não são da comunidade. Muitos dos meninos daqui foram pro Rio, ficaram no tráfico, quando a UPP foi ocupar as favelas, eles tinham a missão de voltar (...) e aí eles chegaram aqui, já conheciam tudo, conheciam morador, mas foram como um monte de gente que não conhecia ninguém, não respeitaram, aí começa a morrer gente, começam os abusos, começa uma onda de assalto assustadora. E tudo isso, eu tenho certeza, por uma omissão mesmo do poder público. É um descaso do poder público. Só que é um descaso histórico com a Baixada Fluminense. E, ao mesmo tempo que chega essa galera do tráfico, cria-se a demanda e a oportunidade desses grupos paramilitares: 'Não, que eu vou acabar com o tráfico! Vou trazer segurança pra comunidade!'. E aí num primeiro momento parece que realmente o cara vai trazer paz, trazer segurança, mas em pouco tempo a gente vê que ele está violentando as pessoas da comunidade, tanto quanto o outro grupo. Então, o que eu defendo é o seguinte: a presença do Estado. Só que muitas vezes eu sou criticado. Eu fui comprar um hambúrguer lá perto de casa e o rapaz do hambúrguer tava falando, dando graças a Deus que um outro rapaz lá tava no bairro e tava fazendo a segurança do bairro. E esse cara não vai entender se eu chegar pra ele e falar: 'Cara, quem tem que estar aqui é a polícia, fazendo a segurança preventiva. O estado tem que estar etc.' E ele não vai entender porque nunca teve. O cara está com cinqüenta anos e sempre foi assim. Então, todo tipo de violência é praticada aqui. E qualquer coisa que falam que aconteceu aqui, as pessoas acreditam. Anteontem, tava uma onde de que teve uma chacina em [...]. Todo mundo ligou. Todo mundo. Eu falei: 'Cara, morreu na média. Morreu uma menina aqui atrás, lá em [...], morreu dois em [...], morreu na [...]'. Mas essa onda de que está tendo carro atirando a esmo nas pessoas, isso não é verdade. Porque eu cheguei em casa agora vindo do shopping e passei por todo o trajeto que estavam falando e eu não vi gente na rua, gente morta. Só que a coisa viraliza tão rápido pelo WhatsApp que as ruas ficaram desertas porque qualquer coisa, boato, que dizem todo mundo acredita. E polícia veio? Nunca."

O processo narrado por esse informante, em resumo, se delineia pela presença inicial dos grupos de extermínio, utilizando seus expedientes de controle da população, com execuções de pessoas que cometessem furtos ou usassem drogas. O momento atual é marcado pela chegada das milícias e do tráfico, ambos externos à Baixada. Ele fala do fato de que as regras dos grupos de extermínio eram conhecidas e que agora não se sabe mais como funciona o controle que os novos grupos estabelecem nos territórios. É importante notar que ele não relata apenas uma migração dos "de fora" para a Baixada, mas um refluxo migratório: jovens que saíram na direção do Rio para ingressarem nas facções, retornam após o contexto das UPPs e as perdas de mercado na capital. Esse relato sugere, ainda, que, por mais que as milícias tenham chegado recentemente à região como grupos exógenos, elas parecem reproduzir o modo de operação dos grupos de extermínio, pelo menos no que se refere à tentativa de se impor como um grupo que "combate" os bandidos e fornece segurança para a população.

Não foi possível apurar de modo muito detalhado os padrões de interação entre as milícias e os grupos de extermínio. Na mesma reunião com um grupo de inteligência de uma Guarda Municipal à qual já nos referimos, um dos participantes dá algumas pistas de como essas novas configurações ocorrem.

"Na Baixada a velha guarda ainda prevalece. Não no total, mas nos principais locais, já tem uma raiz. Então, para a pessoa chegar ali, ela tem que ter realmente uma credencial. Tem que ter uma indicação forte. (...) Então, tinha lá o grupo de extermínio. E hoje tem a milícia, mas a milícia já tem mais essa característica de ser da velha guarda. Uma milícia que tem características do grupo de extermínio. (...) Então, eles começaram a cobrar por esses serviços como 'gato-net', essas coisas,

tem essas modificações. (...) Tem essa garotada que está chegando também, mas é uma garotada credenciada pela velha guarda."

Teríamos, então, um duplo processo: pessoas dos grupos de extermínio que adotaram padrões de operação das milícias e milicianos introduzidos na região com a chancela dos grupos de extermínio. Não foi possível apurar se efetivamente esse modo de entrada das milícias se verifica na prática. Mas esse modelo de chancelas por parte dos membros das "velhas guardas" dos grupos de extermínio parece bastante plausível. Esse tipo de criminalidade possui uma história de longa duração na Baixada e dificilmente a chegada das milícias representaria uma ruptura ou substituição desses grupos da "velha guarda".

Não se está aqui querendo amenizar as consequências perversas para as dinâmicas homicidas de uma expansão do tráfico de drogas em termos de controle territorial e de emprego de armamentos. O que intriga é a presença de uma narrativa que indica o tráfico como o único problema de segurança. Nossa interpretação desse tipo de discurso é que a presença do tráfico opera como uma espécie de cortina de fumaça para a atuação das milícias e dos grupos de extermínio. O tráfico é descrito como o problema visível e mais grave, tirando o foco das milícias que atuam de modo mais silencioso. Há, além disso, outro ganho por parte das milícias: a identificação do tráfico como o inimigo a ser combatido. De modo muito similar aos padrões dos grupos de extermínio, se configura, então, um apelo a uma moralidade pública: o combate do mal, da "bandidagem", dos verdadeiros criminosos, como uma via de legitimação daqueles que colhem ganhos políticos de sua associação com o controle territorial de grupos ilegais armados.

Ainda que não tenha sido possível testar a hipótese da migração criminal para a região, pelo conjunto de relatos aqui registrados, não resta dúvida que as dinâmicas da criminalidade na região passaram por mudanças principalmente nos últimos cinco anos. Duas circunstâncias parecem ser decisivas nesse cenário: a alteração do modo de atuação do tráfico de drogas, com maior emprego de armas e controle territorial, inclusive, com instalação de 'bocas de fumo'; a presença das milícias como atividade criminosa que possui certas continuidades com os grupos de extermínio. O que interessa, portanto, nesse cenário é menos a lógica da migração em termos populacionais, mas das reconfigurações de mercados e negócios da criminalidade local que adota padrões mais próximos àqueles empregados em diversos bairros da capital. Passemos, então, a tratar especificamente das possíveis implicações dessas mudanças para as práticas homicidas na Baixada na atualidade.

IV. 3. OS HOMICÍDIOS E OUTRAS FORMAS DE CRIMINALIDADE VIOLENTA: A VIDA E O PATRIMÔNIO

Quando se trata, especificamente, dos homicídios cometidos por esses grupos criminosos, um padrão recorrente é a ocultação dos cadáveres. Isso reforça a tônica dos silêncios que giram em torno desse tipo de violência tão presente na região. Tudo ocorre como se poder matar fosse um fator importante para a operação e conquista de mercados ilegais. É importante que haja um conhecimento difuso dessas práticas, mas seus vestígios são apagados como forma de impedir as possibilidades de apuração desses crimes. Isso indica, por um lado, uma mudança nos padrões de impunidade dos autores, que seguem sendo publicamente reconhecidos, mas, por outro lado, atesta a adoção de um novo estilo de prática homicida que é essencial para a manutenção das mortes intencionais como elemento central das práticas criminosas.

Uma ativista local que entrevistamos define da seguinte forma essas práticas:

> *"O problema aqui é que a maioria dos homicídios não entra nas estatísticas porque eles assassinam as pessoas e os corpos desaparecem. Até se fala de que esses corpos são utilizados para o tráfico de órgãos. Isso é o que se comenta. Eu não tenho provas. Mas uma família aqui, eles estavam contando pra gente que o rapaz estava envolvido com o tráfico. Depois ele conseguiu um trabalho. E ele estava celebrando [por ter conseguido o trabalho], em um bar, o primeiro salário dele e desapareceu. A família começou a procurar e recebeu uma mensagem de que se eles continuassem com a busca a família toda ia desaparecer. E não encontraram o corpo. Outro relato é de um pai que só pôde enterrar a cabeça do filho porque o resto do corpo desapareceu."*

Já um representante de um grande sindicato patronal, muito ativo nos espaços de participação da sociedade civil na Baixada, comenta um vasto repertório de crimes que acometem a região nos dias de hoje, mas quando indagado sobre os homicídios, só admite a ocorrência desses delitos violentos associados ao latrocínio:

> *"Olha, homicídio... homicídio muito em função do latrocínio. Latrocínio sim. Homicídios pura a simplesmente, eu acho que tem diminuído um pouco, mas eu não tenho a estatística porque eu não pude ainda sentar com o delegado. [...] Nós tivemos sim alguns homicídios nos últimos três meses, mas em função da guerra do tráfico, entre as facções."*

Logo em seguida a essa declaração, único momento em que falou de homicídios em uma entrevista de quase duas horas, ele muda de tópico e passa a tecer comentários sobre a estrutura das delegacias da região. Esse personagem, a cujo depoimento para a pesquisa voltaremos a nos referir em outros pontos desta análise, alega ter vasto acesso a informações relacionadas aos crimes na região. Sua fala é repleta de detalhes sobre como os grupos criminosos atuam na Baixada. Ele retrata o contexto narrado como uma "verdadeira guerra", mas se limita a indicar como elementos desse conflito os crimes contra o patrimônio e, quando é instado a comentar a respeito dos homicídios, os vincula diretamente ao latrocínio e restringe suas ocorrências aos eventos relacionados às disputas entre as facções do tráfico.

Não foi incomum encontrarmos essa postura tanto entre gestores municipais quanto entre representantes da sociedade civil que parecem participar intensamente das ações do poder público na região. Esse padrão discursivo presente nesses dois perfis de entrevistados é mais nítido naqueles que parecem possuir vínculos com a política institucional local. Interpretamos essa postura como certa adesão moral às práticas homicidas, típicas dos grupos de extermínio, que operam um mercado no qual o patrimônio é considerado um valor superior à vida: isso quando se trata de descrever o valor dos bens morais e materiais e daqueles que potencialmente atentariam contra esses bens. Ao que parece, essa retórica é fundamental para a exclusão das execuções rotineiras nos mercados ilegais, como retratamos no início deste capítulo, do repertório das preocupações públicas acerca da segurança pública.

Outro entrevistado, gestor municipal de uma prefeitura da Baixada, atuando especificamente no campo da prevenção da violência, nos traça um panorama bastante amplo das reconfigurações recentes da criminalidade.

> *"A gente não tem um feedback em relação (...) às motivações [dos homicídios]. Há uma narrativa que ganhou força nos últimos anos, por conta das UPPs, de que o tráfico estaria migrando para cá. E isso seria uma das explicações do aumento da violência, sobretudo, da violência letal. Isso tem a ver com o fato de que os índices de latrocínio são muito baixos. Nós tivemos anos em que só houve um latrocínio. Agora, os [índices] de execução são muito altos. O que a gente não consegue perceber seria as motivações de autoria. A gente não tem esse feedback. Pelas narrativas do Conselho [Municipal*

de Segurança Pública], (...) são duas autorias específicas – tirando casos, por exemplo, de violência doméstica que também é alta etc. (...) A gente não sabe dizer quais são os grupos concorrentes. O que nós sabemos é que a atuação de grupos de extermínio é muito forte, historicamente. A gente não sabe se eles estão se profissionalizando e se convertendo em milícia. A gente não tem essa informação, mas é possível, é bem possível. E a gente não sabe dizer a penetração real do tráfico de drogas aqui. Que houve um aumento, houve. Porque os delegados que participaram do [conselho municipal], que iam eventualmente às reuniões e os policiais civis, e também o mapa da violência mostra isso, que a apreensão de entorpecentes é muito grande. Então, houve um aumento da circulação de drogas. E também houve um aumento na apreensão de crianças e adolescentes. Há sim testemunhos de circulação de traficantes armados. (...) A gente não sabe exatamente a que ponto a milícia explora o tráfico de drogas, de que maneira ela está estruturada. Uma outra coisa que chamou a atenção, mas que foi combatido pela Polícia Civil aqui, eram esses escritórios de empréstimos [(agiotagem)]. Era muito forte na Baixada Fluminense, principalmente, em [...]. (...) E isso foi sendo estourado [pela PCERJ] porque isso era um braço financeiro da milícia. Agora, quando a gente fala em milícia, a gente tem que entender que, pela nossa percepção, que não se trata de um grupo visível, muito claro e organizado, como, por exemplo, uma organização política atuando no Legislativo. Me parece, ainda, que eles têm resquícios de uma atuação ainda muito semelhante à dos grupos de extermínio que atuam aqui na Baixada desde a década de 1940."

É importante notar que de modo distinto do discurso do representante do sindicato patronal referido anteriormente, os casos de latrocínio são baixos na região. Ele fala, ainda, de um padrão já conhecido na atuação das milícias: o fato de operarem o mercado de venda de drogas ilícitas e as práticas de agiotagem como mais um fator de sustentação econômica das milícias.

Um gestor de uma Guarda Municipal da Baixada que entrevistamos atuou durante algum tempo junto a uma unidade do Instituto Médico Legal da região. Ele narra que, na sua experiência, a maioria das perfurações por arma de fogo que observou nos cadáveres com os quais lidou no IML era decorrente de disputas do tráfico de drogas ou outras disputas territoriais entre as facções e as milícias. É curioso perceber um agente público ao receber um corpo no IML muito dificilmente poderia deduzir a natureza do confronto que ocasionou aquelas perfurações por arma de fogo. Em vista disso, só é possível supor que ele tivesse acesso às informações de contexto dessas mortes por outras fontes, muito possivelmente policiais. É plausível, ainda, que as execuções realmente operem pelo procedimento de ocultação de corpos, chegando ao IML somente as mortes em confrontos. Pode ser, ainda, que se trate apenas do endosso a um discurso já consagrado, mas carente de comprovação empírica.

Ainda que o tráfico recorra às execuções sumárias com ocultação de cadáveres, esse padrão parece ser mais característico das milícias e dos grupos de extermínio. Uma de nossas entrevistadas, que vive numa área que já foi dominada por traficantes e agora é comandada por uma milícia, relatou que o tráfico desova corpos nos rios, mas costuma autorizar as famílias a procurarem esses corpos depois que as cenas das execuções já estão descaracterizadas. Uma ativista da Baixada no seu depoimento define as execuções com ocultação de cadáver como algo característico especificamente das milícias: *"Falam que a milícia é a responsável por essa questão dos homicídios com desaparecimento dos corpos."*

O personagem que talvez melhor tenha sintetizado a equação de que os crimes contra a vida são uma forma de controle ilegal das ocorrências de delitos contra o patrimônio foi um vereador que entrevistamos que é policial reformado e comerciante:

"O índice de homicídios melhorou muito, até porque tem pouco miliciano hoje na cidade. Quando tinha muito miliciano, tinha muito, muito... tinha mais homicídio, mas tinha menos bandido. Hoje

tem muito bandido e pouco homicídio. Hoje tem muito assalto. O índice de homicídio é bem menor do que antes. Assim, pelo o que a gente sente nas ruas. Dificilmente a gente vê pessoas mortas, como antigamente você via três ali, dois ali. Hoje você não vê isso não. Você vê muito é assalto."

Ao que parece, essa fala opera uma indistinção entre as figuras do miliciano e do matador do grupo de extermínio. Seu discurso descreve explicitamente o uso do homicídio como uma via de controle de crimes como os assaltos. Interessante notar também que ele distingue as figuras do "miliciano" e do "bandido". No seu relato para a pesquisa, os crimes como os assaltos são narrados como o aspecto mais preocupante do cenário de violência na Baixada. Ele parece apresentar certa indiferença em relação aos homicídios e no trecho acima não esboçou nenhum sinal de desaprovação do homicídio como forma de controle dos crimes contra o patrimônio. Apesar de descrever o cenário dos homicídios hoje como mais controlado do que no passado, seu discurso narra, o tempo todo, uma Baixada nos dias atuais como mais violenta do que no passado.

O mesmo guarda municipal que falou mais acima de sua experiência no IML retrata o contexto dos homicídios hoje como mais brando que no passado:

"Hoje nem tanto. Hoje eu acho que está tudo mais camuflado. Na década de 1990 era mais rasgado. Então, eu cresci num ambiente em que eu saia da minha casa, até o trajeto da padaria para comprar o pão, eu via três corpos com o lençol em cima, com a velinha do lado lá... e era assim. [...] Teve pessoas que jogavam bola comigo na adolescência que foram assassinadas [...] Na época você tinha aquele grupo de extermínio, aquela coisa toda que era muito divulgada. Hoje em dia já não tem. Essas pessoas que ainda continuam atuando, eu acredito que elas continuam atuando, mas hoje elas não botam a cara para dizer 'isso fui eu, eu sou o cara'... Não larga em qualquer lugar mais [os corpos dos assassinados], procuram esconder. Quando eu trabalhava no IML [...], por exemplo, teve uma denúncia de um corpo dentro de um poço [...]. Aí a gente ficou no plantão lá esperando chegar esse um corpo. Só que quando o bombeiro tirou um corpo tinha outro, quando tirou o outro tinha outro, quanto tirou outro tinha outro... no final eram sete corpos."

O caso narrado no trecho acima atesta a recorrência das práticas de ocultação de cadáveres como uma especialidade dos homicídios dos grupos de extermínio e de suas atualizações pelas milícias. Essa prática acompanha uma tendência de atuação mais discreta como é característico das milícias, pelo menos nos últimos anos[23].

Esse mesmo guarda municipal, sem definir se fala de uma milícia ou de um grupo de extermínio, narra o uso do homicídio como um elemento de imposição de uma "ordem". Às ameaças de que se "bagunce o coreto", a resposta desses grupos é uma "limpeza da área":

"[No bairro X] tem o pessoal que não deixa bagunçar o coreto. Tem uma turma ali que a gente sabe que eles não deixam. Então, vira e mexe quando aparece um ou outro alí, a gente sabe que pode ter, vindo dali daquele grupo, meio que uma limpeza na área."

O modo de execução dessas "limpezas" segue a lógica daquilo que tem que tomar conhecimento público – para que saibam que tem alguém que faz essa "limpeza" – mas que deve acontecer com uma alta dose de discrição. Esse tipo de ordenamento ilegal dos territórios, muitas vezes, funciona sob a lógica de que é necessário que todos saibam que algum chefete é o responsável por essas "limpezas", porque ele é reconhecido como o "dono da área", mas que a ele não possa ser imputada nenhuma morte por ele cometida ou perpetrada em seu nome. Na prática, todos sabem que aquele personagem é um matador, mas sua imagem pública é a do benfeitor local. Esses chefetes, de modo

23 Ver CANO & DUARTE, *op. cit.*

recorrente, constroem carreiras políticas que têm por base o controle do eleitorado local. Esse arranjo configura especificamente o que chamamos aqui de *clientelismo homicida*.

Há um caso concreto de um vereador que entrevistamos que possui todos os indícios de se enquadrar nessa situação. Ao ser perguntado sobre como é, em termos de violência, a área na qual ele possui sua base eleitoral, ele afirma:

> *"Graças a Deus, eu não tenho do que me queixar. Deus honra muito aquele povo ali, com relação a essa parte da violência. Podemos dizer que o que temos de maior lá são os furtos comuns, simples (se é que podemos dizer que o furto é simples e comum, que não é). Mas, Graças a Deus, não temos muitas mortes, assassinatos. Não temos nada desse tipo lá não. Sem termos um batalhão [de Polícia Militar], sem termos um DPO [Destacamento de Policiamento Ostensivo], sem temos uma cabine de polícia. Graças a Deus! Um lugar rodeado de Morro, propício a ter muitos problemas, mas Deus cuida daquele lugar."*

Esse vereador é comerciante com negócios no mesmo bairro de sua residência e reduto eleitoral. Em contraste com essa narrativa de uma paz sagrada nessa área, ao fazermos uma pesquisa com o nome do local na internet as quatro primeiras páginas de resultados trazem somente links de notícias sobre eventos violentos, principalmente mortes. Um desses resultados é a notícia da morte de um traficante. A matéria traz o rosto da vítima ensangüentado em close e diz:

> *"Traficante [...] (chefe do tráfico do [...]) é morto em [...]*
>
> *Na noite desta quarta-feira (18 de junho), o traficante [...], apontado pela polícia como chefe do tráfico do [...] foi morto em [...]. O corpo foi encontrado dentro de um veículo no bairro [...].*
>
> *Segundo informações, ele teria sido morto por traficantes da [...]."*[24]

Em um comentário da notícia, na página do veículo online, um anônimo corrige a reportagem, indicando que o morto era parte do grupo de extermínio naquele bairro. O comentário completo é o seguinte:

> *"Ele morreu na rodoviária em [...], e morreu 2 hrs da manhã de ontem pra hoje, e ele era do grupo de extermínio de [...], não tem nada com [o bairro referido na matéria], pq ele não gostava de favela. Só das drogas que usava delas! Engraçado, que teve maior queima de arquivo com pessoas que fumavam maconha, ele batia nas pessoa com cabo de ferro, ATOA.*
>
> *Um já foi, agora só falta o resto da tropinha que está matando todos [do bairro]!*
>
> *Tem vários, mais o primeiro é o [...], ele que manda em tudo...*
>
> *O segundo é o [...], que tomou 4 tiros e foi se recuperar, mais já está em [...]. Fora que tem o [...], o [...], que é P2, [dá uma lista de nomes que suprimimos], que esconde arma pros milicianos [...], o [continua a lista], e tem muito mais [...] é só pesquisar !*
>
> *O policial [escreve o nome do policial] e os bostas que trabalham com ele, principalmente o [...] que recebe propina do milícias de [dá uma lista de bairros] e etc...*
>
> *E ainda tem o policial [escreve o nome do policial] que é o dono da milícia do [escreve o nome do bairro], ainda tem o [mais um nome] que mata quando o [outro nome] manda, e nessa milícia, tem o [dá outra lista de nomes]. Se policiais HONESTOS pesquisassem, não teria tanta morte, tanta propina...*

24 Como definido no Capítulo metodológico, ocultamos as referências aos locais para não possibilitar a identificação dos personagens.

Fora que ainda tem os vereadores [informa um lista de nomes de vereadores, entre eles, o nosso entrevistado] "SÓ GANHAM A ELEIÇÃO COM DINHEIRO DE TRÁFICO, ATÉ EU TENHO COMO PROVAR"

Vê se existe justiça nesse país chamado BRASIL!

Fora do Dr° [mais um nome], que é da milícia, e advogado de todos eles pra não serem presos, principalmente do [outro nome] que tá preso de novo !

Ah já ia me esquecendo do [mais um nome], que não mata... manda matar

Atitudes têm que serem tomadas... Será que falta mais alguém morrer?"

Não estamos considerando esse comentário anônimo como uma evidência inquestionável do envolvimento de nosso personagem com grupos armados ilegais na região. É importante notar, entretanto, a riqueza de detalhes e a quantidade de nomes listados nesse texto online. A narrativa do vereador, de toda forma, não condiz com as demais informações sobre o bairro do qual ele fala na entrevista que nos concedeu.

Outro personagem que entrevistamos possui um perfil no qual se conjugam o acesso a um reduto eleitoral específico e a atuação de figuras proeminentes do mundo político partidário fluminense. Esse informante é gestor de um órgão municipal e tem uma trajetória que agrega a participação como liderança comunitária e a assessoria política a candidatos ao legislativo municipal. Ao falar de como entrou para a carreira da política institucional indica como marcador inicial o cargo que ocupou de presidente de uma associação de moradores de um bairro no município. Diante dessa informação, perguntamos se ele era morador daquele bairro e ele respondeu que não:

"Eu fui pra lá de acordo com algumas movimentações político-partidárias. Fiquei lá durante dois anos, com um trabalho bem bacana, assessorado pelo nosso hoje deputado [estadual – e cita o nome de um deputado muito conhecido no estado do Rio de Janeiro], uma pessoa que me ajudou muito lá na minha gestão, por intermédio do nosso secretário de administração [...]"

Esse personagem, portanto, que hoje ocupa um cargo de confiança em uma prefeitura da Baixada Fluminense, começou sua carreira presidindo a associação de moradores de um bairro em que ele nunca residiu, tendo contado com a intervenção de um conhecido político da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – ALERJ. No decorrer da entrevista, ele evitou falar de violência e quando tocou nesse tema o tratou de forma abstrata sem fazer referências a casos concretos.

Um gestor municipal, com quem nos reunimos para uma entrevista com a finalidade de coletar informações sobre violência letal para a pesquisa, quando perguntado sobre essa dinâmica criminal nas discussões do Conselho Municipal de Segurança, afirma:

"Isso é tabu. Não se fala nisso." E continua: "Existe uma percepção, no meu ponto de vista, trazida pelas lideranças comunitárias, pela sociedade civil organizada e até mesmo pela política de sempre culpar o tráfico de drogas pelas execuções. Até pelas execuções políticas. (...) Mas associar as execuções à formação de quadrilhas [como as milícias e os grupos de extermínio], desde que eu estou lá é tabu. Isso não se fala sistematicamente."

Mais uma vez, há um dado que indica o padrão de que a violência, inclusive a letal, é imputada mais diretamente aos confrontos envolvendo o tráfico e que as mortes de autoria dos grupos de extermínio e milícias são conhecidas, mas a respeito delas é preciso manter certo silêncio.

Um delegado de polícia da região que entrevistamos, ao tratar das mudanças na criminalidade violenta que se articulam com a ampliação da presença do tráfico e da milícia, apresenta elementos para que se compreenda uma mudança no padrão das execuções para um modelo mais discreto.

Esse processo estaria vinculado, segundo, ao fato de que os homicídios hoje são mais investigados do que antes, assim os grupos de extermínio teriam optado por adotar uma lógica de homicídios mais próxima dos padrões atuais das milícias.

Vejamos um trecho dessa entrevista:

> *"Eu vejo milícia mais forte ultimamente aqui na Baixada Fluminense. Tempo que eu trabalhei, tinha-se, mas não era tão forte. Hoje em dia eu vejo que eles estão com mais força do que tinham aqui. Tráfico também cresceu. (...) Hoje em dia tem tráfico no [...] que é o pior lugar de lá da área. (...) Então, também cresceu o tráfico. Então, quer dizer: nesses dois grupos houve um crescimento aqui no município. (...) O grupo de extermínio sempre foi muito forte aqui. Hoje em dia acredito que não tenha muito não. Porque tinha um pensamento de que 'Está matando bandido, vamos deixar'. Hoje em dia eu acho que todo homicídio é investigado, então, quando o grupo de extermínio começou a matar muito, a investigação vai sobre eles e acabam pegando penas altas. Então, eu acho que começou a se combater mais os grupos de extermínio."*

O relato de um morador e líder comunitário que chamaremos pelo nome fictício de Roberto foi o mais abrangente que encontramos nas entrevistas no que diz respeito à caracterização das formas de atuação das milícias na Baixada e como a letalidade violenta figura nesse cenário. Esse líder comunitário mora em um condomínio construído pelo Programa Minha Casa Minha Vida e nos conta que esse conjunto de edifícios é controlado por milicianos:

> *"Eles [os milicianos] estão lá presentes. Estão administrando o local. Tem a síndica que não é envolvida com eles, mas que vive sob a pressão deles. Eles impõem lá a regra deles e que você tem que seguir. [...] [Os milicianos] conseguiram alguns apartamentos dentro do condomínio, expulsando pessoas da comunidade, ampliando a casa de alguém que eles conheçam [...], expulsaram algumas pessoas que, segundo eles eram envolvidos com o tráfico, então, não têm lugar ali, botaram pra fora e assumiram a casa. Aí, na hora do cadastro, eles botaram alguém da confiança deles e conseguiram alguns apartamentos dentro do condomínio, não só administrando, mas mandando."*

Esses milicianos controlam o fornecimento de gás, TV a cabo e a venda de cestas básicas. Se o morador adquire qualquer desses índices fora das mãos deles, é ameaçado e punido. Segundo Roberto:

> *"Já ameaçaram jogar o botijão de gás pelo quinto andar, escada abaixo: 'Você vai devolver ou eu vou jogar você daqui do quinto andar, vai rolar até lá embaixo você e o botijão. Pede desculpa, pede o dinheiro de volta que a gente vai trazer o seu botijão'".*

Roberto nos conta ainda que essa milícia possui muita proximidade com os policiais do batalhão local: *"[A polícia] está lá, conversando, festejando, tomando cerveja com eles. Vem muitas pessoas fardadas lá."* E que de modo distinto do padrão comum de atuação, essa milícia ainda participa do mercado de venda de drogas ilícitas: *"Eu escuto muitas coisas de milícias em outros lugares também, mas tem coisas que eu acho muito atípicas em relação a outras milícias. Eu nunca ouvi dizer de drogas, de venderem, incentivarem, mas aqui eles vendem."*.

Segundo Roberto, essa milícia possui um vínculo com o deputado estadual: *"Nessa área aqui tem um dono que toma conta e é um deputado"*. Ao ser perguntado se esse controle político dos bairros é comum na Baixada, ele responde que sim: *"Ou vereador ou deputado."*

Antes de se tornar um condomínio do Minha Casa Minha Vida, o bairro em que Roberto mora era uma comunidade ocupada pelo tráfico. Roberto narra, passo a passo, a história das sequências de domínios territoriais por parte dos grupos criminosos:

"A área em que eu moro era dominada pelo tráfico. Na época do domínio pelo tráfico, eu vou dizer para você: muito violento. A gente viu muita coisa, a gente vivenciou muita coisa. A gente teve muitas perdas. Aí, teve um período que a gente ficou sem nada [, sem o domínio de nenhum grupo criminoso], graças a Deus. [...] De uns quatro anos pra cá, nossa área voltou a ser dominada pelos milicianos. Então, a gente voltou a ter coisas iguais, coisas piores, coisas melhores, da época em que tinha o tráfico. [...] Não é melhor, não é pior, mas a diferença é que como a gente viveu muito tempo [com o tráfico]. Então, agora, faz quatro anos que a gente começou a conviver com um grupo que a gente não sabe como que é. [...] Eu convivi uns quinze anos com o tráfico e agora estou convivendo agora há uns quatro com a milícia. [...]"

Roberto é professor e já atuou no campo das políticas de proteção da criança e do adolescente. Por conta dessa presença recente das milícias no seu bairro, fala que isso tinha impacto no seu trabalho no campo da infância. Ele se dizia receoso de fazer encaminhamentos, por exemplo, ao Conselho Tutelar.

"Existe o medo, existe o medo porque você não sabe realmente quem é quem. Antes era mais dado. Na minha juventude, em que eu andei bastante, ia muito na casa dos meus colegas (...) era muito dado, não era muito velado. Você sabia assim: esse é traficante, esse é policial, esse é um policial corrupto, aquele é um trabalhador (...) Eu acho que era mais dado, bem mais transparente. Hoje em dia você não sabe mais quem é quem. Então, existe o medo da própria escola de que, 'Ah, vai chegar lá no Conselho Tutelar, o Conselho vai falar com os caras, daqui a pouco estão aqui na escola, estão atrás da professora, estão atrás da orientadora, da diretora... Então, tem esse medo, que é fato."

Ele presenciou, além disso, a execução de dois rapazes pelos milicianos, seguida da desova dos corpos em um rio local:

"A primeira vez que eu os vi em ação, eu não consigo tirar da minha cabeça. [...] Eles pararam com um carro [...], e jogaram dois jovens no muro da nossa casa. Tiraram do carro, os meninos chorando, amarrados, e os meninos tentando falar e eles mandando calar a boca, e dando na cara, e chutando. Foi tão rápido. O carro chegou e já desceram chutando. [...] Aí, daqui a pouco a gente escuta os tiros. Foi horrível. Eu vi dois jovens ali. [...] E ali a já sabia que não ia ficar só naqueles chutes. E aí, daqui a pouco você escuta os tiros. Tiro, tiro,tiro,tiro,tiro,tiro,tiro. Muito tiro. Não faço ideia de como ficaram os corpos daqueles. [...] Segundo pessoas que conheciam os dois jovens, eles não eram envolvidos com nada. [...] Eles foram assassinados e jogados dentro do rio."

Além do perfil criminoso associado aos homicídios que podemos apurar da narrativa de Roberto, há outra modalidade homicida por parte dos grupos de extermínio que, provavelmente, se conjuga com a lógica da "limpeza da área" discutida mais acima. O jornal "Extra" em sua versão digital traz no dia 03 de março de 2017 a notícia de que a Polícia Civil teria identificado um segurança do comércio de uma rua de Nova Iguaçu que seria responsável pela execução de moradores de rua[25]. Segue um trecho da reportagem:

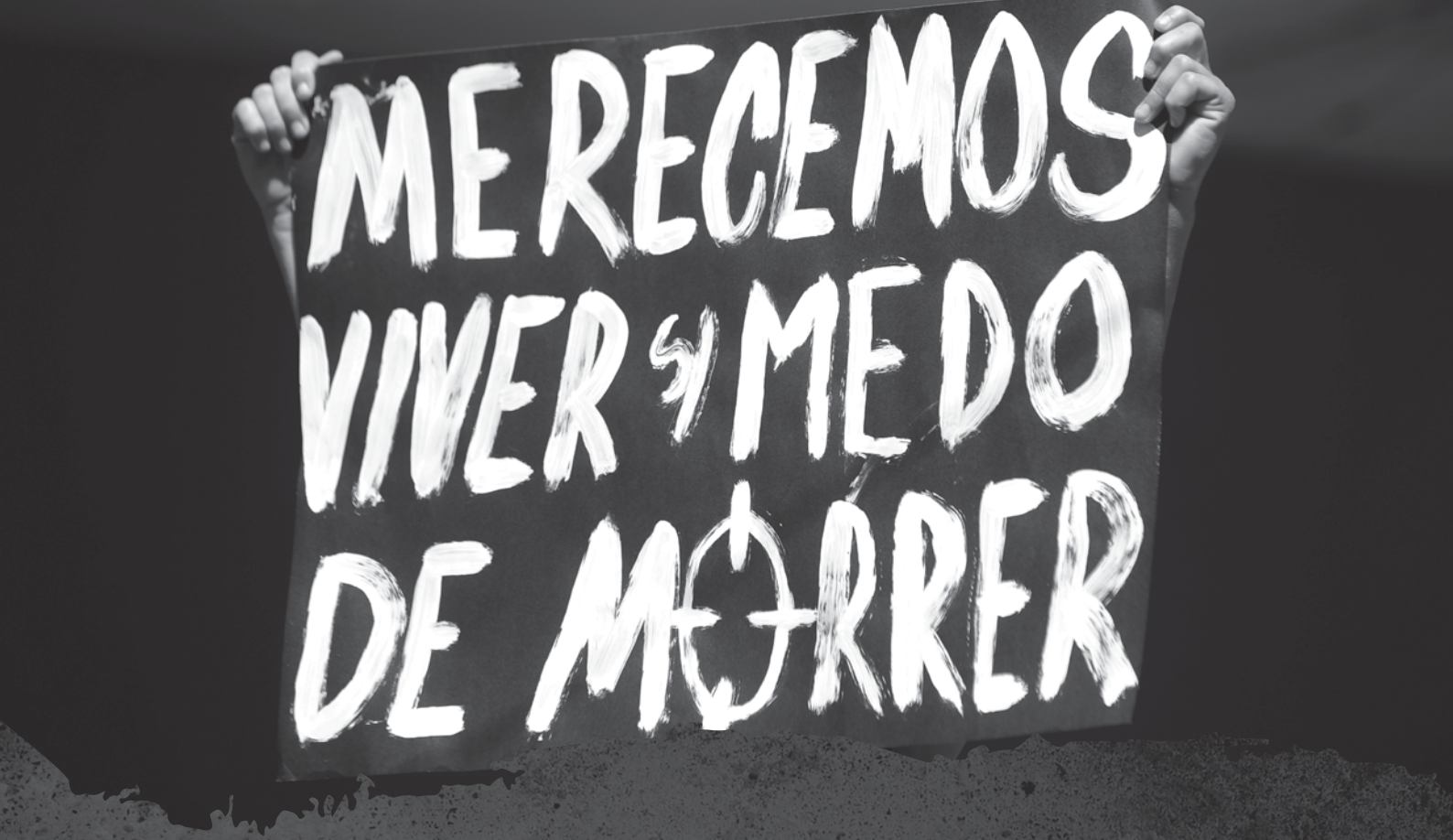
"A Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense já identificou o suspeito de executar dois moradores de rua e ferir outros dois, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, na madrugada desta quinta-feira. O mandado de prisão contra Rodrigo Tibúrcio Barbosa foi expedido na noite desta sexta-feira. Ele permanece foragido. Os moradores de rua foram baleados enquanto dormiam, na Avenida Governador Amaral Peixoto, próximo ao Viaduto de Nova Iguaçu. Um carro passou atirando contra as vítimas. O crime ocorreu a uma distância de 140 metros da 52º DP (Nova Iguaçu). Anderson Santos e Diogo Cardozo Grilo não resistiram aos ferimentos. Alex Sandro Fonseca e uma adolescente de 16 anos foram encaminhados para o Hospital da Posse, na Baixada Fluminense."

25 Link da matéria: http://extra.globo.com/casos-de-policia/policia-civil-identifica-que-assassino-de-moradores-de-rua-em-nova-iguacu-seguranca-de-comercio-da-regiao-21009505.html

Sintetizando-se as tendências gerais das mortes cometidas pelos grupos criminosos da Baixada Fluminense, a partir dos relatos de nossos entrevistados, é possível perceber que:

(i) As mortes decorrentes das circunstâncias em que os traficantes são autores estão mais frequentemente referidas em casos de confronto por disputas territoriais, bem como com a polícia; além disso, há casos relatados de execuções por parte do tráfico como retaliação a dívidas adquiridas com a "boca" e outros acertos de contas.

(ii) Os homicídios cometidos pelas milícias compartilham da lógica do que estamos chamando de *clientelismo homicida*, com a operação de mercados ilegais e com o controle de eleitorados que garantem a articulação com os poderes políticos estatais; essas mortes são narradas como execuções que estão associadas ao uso de métodos de ocultação de cadáveres. Como parte da lucrativa rede de serviços ilegais operados pelas milícias, identificamos também as execuções associadas à noção de "limpeza", ou seja, assassinatos de pessoas que representem alguma desordem local do ponto de vista dos clientes dos serviços milicianos, como alguns comerciantes.



V. O TRABALHO POLICIAL: CORRUPÇÃO, PRECARIEDADE, AUTORIZAÇÃO PARA MATAR

O trabalho policial é um fator que produz impactos consideráveis quando se trata dos problemas da violência no Brasil. O debate sobre segurança cidadã travado, principalmente, no nível federal nas últimas décadas tem como um de seus argumentos centrais a defesa de um ponto de vista de que as soluções para esse campo não se restringem às atuações das polícias. No campo das soluções, portanto, devemos reduzir as ênfases nos modos tradicionais de intervenção policial. Isso porque essas formas de atuação são parte do problema. A depender de como as forças de segurança pública desempenham suas atividades, temos oscilações consideráveis no campo das dinâmicas da criminalidade violenta. O contexto das UPPs, por exemplo, mostrou que alterações nos padrões do trabalho policial produziram efeitos de curto prazo para a redução dos homicídios. Mesmo diante de todas as contradições e fragilidades dessas práticas de policiamento implantadas desde o final de 2008 em determinadas áreas da capital[26], esses impactos foram percebidos rapidamente. A interpretação mais imediata desse cenário se dirige à redução da presença de traficantes armados que reduziria os confrontos e, logo, as mortes. Mas esse contexto também nos leva a pensar no papel ativo das forças policiais no cenário dos confrontos e das mortes violentas no Rio de Janeiro. Não foi somente o modo de atuação do crime que sofreu alterações nos primeiros momentos das UPPs, foram também as práticas policiais. Entender como as polícias desempenham suas atividades é, portanto, indispensável à compreensão de contextos relacionados à violência.

Os relatos que coletamos sobre como atuam as polícias na Baixada Fluminense definem três imagens centrais:

(i) A polícia como violenta e corrupta, envolvida com os grupos milicianos ou pactuando o "arreglo" com o tráfico.

(ii) A polícia vítima da precariedade com que são tratados por parte do Estado.

(iii) E a aceitação de uma autorização para matar como recurso banalizado nas práticas policiais.

Ao que nos parece, essas três dimensões são bastante expressivas da realidade do policiamento na Baixada. Não há, necessariamente, uma relação de oposição entre a questão da corrupção do trabalho policial e a precariedade das condições para o seu desempenho. Pelo contrário, em algumas narrativas de nossos entrevistados, a circunstância da corrupção tem como elemento central a precariedade das condições de trabalho que tornaria praticamente impossível o cumprimento das funções de acordo com seus horizontes formais e legais. A precariedade, além disso, se apresenta como uma alavanca para a obtenção de ganhos em atividades ilegais. Há, então, um círculo vicioso, no qual esses lucros do mercado ilegal são também fomento para a manutenção da corrosão das condições de trabalho. Um operador fundamental do credenciamento das polícias na rede de bens criminais é o uso excessivo da força, em última análise, a autorização para matar[27]. Sem essa prerrogativa, ou seja, se utilizarem a força dentro dos limites legais, seu valor na participação dos mercados ilegais seria consideravelmente diminuído.

26 Um conjunto de críticas e discussões sobre as UPPs pode ser acessado em: RODRIGUES & SIQUEIRA (2012); CANO, BORGES & RIBEIRO (2014); MUSUMECI (2015)

27 O trabalho de ALVES (2003) e o relatório da ANISTIA INTERNACIONAL (2015) são bons exemplos sobre como o uso ilegal da força por parte das polícias possui certo respaldo do sistema de justiça criminal, principalmente no que se refere à falta de atuação do Ministério Público e do Judiciário na fiscalização, investigação e punição dos desvios da prática policial, seja na participação nos mercados ilegais, seja no uso indevido da força.

V. 1. MERCADOS ILEGAIS E USO EXCESSIVO DA FORÇA

Para uma ativista da Baixada que entrevistamos: *"A população afirma que a polícia está envolvida tanto com a milícia quanto com o arrego do tráfico."* Essa militante narra, ainda, uma prática de cobrança de propina por parte dos policiais a comerciantes ambulantes da região:

> *"Efetivamente estão envolvidos. Lá na minha área, os comerciantes – [...] ali é uma área comercial e tem muito vendedores ambulantes – e eles [os vendedores] falaram que a Polícia Militar passa lá para receber propina. Eles falam 'Olha, amanhã, se não me pagar a propina, eu recolho a mercadoria'".*

Essa percepção da corrupção é compartilhada por outra entrevistada, também do movimento social:

> *"Tem muitos policiais que estão envolvidos em grupos de extermínio, grupos de milícia. Então, quando você vai pedir ajuda a um policial na rua, você pensa que está falando com um policial e, quando você vai ver, não é um policial – mesmo ele fardado. Está acontecendo muito isso. Então, a gente não está sabendo defini-los direito, diante dessa situação."*

Outra moradora entrevistada relata um caso de discriminação por parte de um policial ao fazer uma revista em um ônibus na Baixada:

> *"Tem certas atitudes que eu não consigo compreender. E o que eu não compreendo, eu não participo. Eu preciso compreender, por exemplo, quando o policial entra no ônibus pra fazer uma abordagem, e só os negros ficam em pé. Só os negros são hostilizados, levam tapa na cara. Então, eu não consigo entender essa dinâmica. Eu já estive com o meu filho e meu marido, lá em [...]. Meu marido, vindo do trabalho, ele com uma bolsa com a marmita, as coisas no colo, eu com a minha neném no colo, o policial entrou, olhou assim. 'Levanta!'. Eu olhei pra um lado, olhei pro outro, meu marido levantou. Aí fiquei esperando pra ver quem ele ia mandar levantar. 'Levanta'. Outro negão. O ônibus cheio. Por incrível que parece. Se fosse hoje eu teria até feito uma foto. Todas as pessoas que ele levantou eram negras. E tinha um bandido dentro do ônibus, o qual ele estava procurando. E aí eu estou olhando pra cara dele. 'A senhora está me olhando assim por quê?'. 'Porque eu estou esperando o senhor acabar de mandar as outras pessoas levantarem do banco. 'Como assim?!'. 'O senhor está vendo que só tem negros em pé?!'. 'A senhora está me desafiando?!'. 'Não. Eu estou chamando o senhor para a razão. Porque meu marido, por exemplo'. Levantei peguei a bolsa dele e sacudi assim. 'Aqui dentro tem a marmita. Está até azeda'. 'A senhora senta e a senhora fica calma, porque eu estou cumprindo com o meu dever'. 'Ok. Todo respeito com o senhor'. E me sentei. Aí o ônibus todo. Porque você tem que primeiro falar. O ônibus todo começou: 'Mas está errado! Realmente. Só tem negro'. Mas todo mundo viu que só tinha negro em pé. Então, a partir dessa cena, eu não acredito... Eu acredito. Então, eu prefiro... Eu digo, eu não sou amiga de bandido e também não sou de polícia. Se eu não sou amiga de bandido, também não sou de polícia. E eu não estou generalizando nem um lado e nem o outro."*

Esse caso de discriminação é semelhante à abordagem policial aos jovens usuários de maconha negros e brancos que narramos no capítulo anterior. É importante notar aqui que os sujeitos sobre os quais se exercem a força excessiva e o poder de modo discriminatório são, prioritariamente, aqueles que fazem parte do perfil prioritário das vítimas de homicídio. A imposição do poder arbitrário manifesto nas pequenas agressões e atos discriminatórios, no cotidiano da atuação policial, acaba por ser uma reafirmação, um *memento*, de quem é o público que figura como alvo da *economia homicida*. Essa postura violenta no modo de lidar com a população se associa a um *ethos* policial já antigo na região. Um morador, um senhor já idoso, que chegou a trabalhar como empregado em antigas fazendas da Baixada, em condições análogas à escravidão, nos conta sobre um tipo de abordagem comum na sua juventude no qual os policiais definiam os critérios de "seleção" daqueles sobre os quais imporiam sua força ilegal.

"Meio pai era daqueles matutos, cheio de calos na mão... Isso mostrava que ele era trabalhador. Até porque, na cultura aqui do município, a polícia pegava e olhava a mão dos jovens e adolescentes e se tinha calo na mão era trabalhador e se não tivesse era bandido. Era assim que acontecia aqui [na cidade]."

Em uma entrevista que realizamos com dois representantes de um Conselho Comunitário de Segurança Pública, um deles relata com detalhes a articulação entre o exercício abusivo do poder e o uso ilegal da força como elementos de participação em um mercado criminoso. Ele nos conta:

"E tem os chamados 'arregos'. Como é que eu tenho uma guarnição de dez homens, oito homens, que está de plantão naquele dia, vou deixar de pegar R$10 mil, R$15 mil, pra rolar um baile, se eu não ganho isso por mês? Porque o Estado não me oferece isso. Então, é mais fácil deixar acontecer um baile ali, pegar essas R$15 mil, R$20 mil, botar no bolso e está tudo certo. Mas muitas das vezes dá ruim. Como já deu várias vezes lá no Santuário. O batalhão liberou, mas esqueceu de avisar ao BOPE. Quantas vezes aconteceu isso! A guarnição liberar, o comandante liberar, mas esqueceu de avisar ao BOPE. (...) O BOPE deixa acontecer. O BOPE entra depois que estiver acontecendo. Como eu já vi várias vezes lá, uma correria, pisoteado, chinelo... O BOPE chega: 'Teu celular?', 'Teu pai? Teu pai sabe que você está aqui? Não sabe não? Peraí. [faz o gesto como se estivesse telefonando]' O policial militar, tem muito excelentes policiais. Mas tem muito pilantra no meio também. Tem muito pilantra no meio. Você passa numa operação dessa aí, você sai com R$10, R$20, R$30, R$40. Porque é a facilidade. Eles tomam um Rio Card seu, se deixar. Eles tomam o tíquete refeição."

Essa narrativa nos mostra uma rede que articula desde as guarnições que fazem o trabalho "na ponta", como dizem os policias no jargão próprio, o comando e o BOPE. A liberação do baile é marcada por um acordo no qual operam as possibilidades latentes de violência que se revertem no valor financeiro da negociação. *O elemento da barganha não é a negociação entre o ilegal e o legal, mas e equilíbrio tenso entre guerra e paz*[28]*, entre violência* e *mercado*. O policial não traz a lei para a mesa de negociação, mas seus potenciais de uso da força desimpedidos dos constrangimentos legais. Perceba-se que, de maneira distinta daquilo que os clássicos da economia política prescreveram, o mercado não opera como um processo nivelador de relações civilizadas e não violentas. No contexto aqui estudado, pelo contrário, mercado e violência são duas mãos invisíveis que se cumprimentam e engendram uma realidade que tem a brutalidade e a corrosão do público como elementos constitutivos.

Nosso entrevistado citado no trecho acima prossegue:

"Eu falei para o comandante isso uma vez numa reunião. Falei: 'Coronel, vocês invadiram tal lugar. Fulano quando esteve lá, ele totalizou, contou, mais de cinqüenta fuzis. Vocês prenderam quantos traficantes, quantos fuzis foram presos [apreendidos] lá dentro?'. Isso eu tava vendo aqui duas pistolas e um 38. E os fuzis que foram presos [apreendidos]? Prenderam [apreenderam] sim. Prendeu [apreenderam] mais vai voltar. Ele prende [apreende] de manhã, quando for meio dia: 'Ó, vai querer? Tá aqui. São R$50 mil. E muitas e das vezes acontece de um traficante que é preso na boca: 'Ó, o traficante está aqui. Se não me der R$50 mil, tal hora, vai pra dura'. Gente houve um caso, foi em Caxias isso aqui, que os caras prenderam um traficante e o cara foi [levado] pra dentro do batalhão. O cara ficou preso lá e eles ficaram negociando com os traficantes de dentro da viatura."

Temos aí mais um exemplo da reversão da violência em ganhos financeiros. Os fuzis apreendidos são, algumas vezes, revendidos para o tráfico e mesmo a prisão de alguns chefes pode ser explorada como moeda de negociação. Esse tipo de prática é narrado pelo entrevistado não para expressar

28 Essa lógica possui longa trajetória na história da formação cultural brasileira. A esse respeito ver o livro de ARAÚJO (1994), uma interpretação da obra de Gilberto Freyre.

casos episódicos, mas para caracterizar aquilo que ele descreve como se operasse por uma lógica sistêmica. De fato, tivemos acesso a relatos de práticas semelhantes e outros contextos. A negociação de valores para que não se consumem prisões de traficantes também é um fato já noticiado pela imprensa em outras ocasiões[29]. Trata-se, assim, de um mercado e, como qualquer mercado, precisa de recorrência, previsibilidade. O equilíbrio entre *mercado* e *violência* é também, portanto, o equilíbrio entre previsibilidade e imprevisibilidade.

Em outra entrevista, um ativista da Baixada também narra um cenário marcado pela corrupção policial:

> *"Hoje em dia você vê mais carro de polícia. Antigamente não tinha mesmo. Uma vez eu fui assaltado, a única vez que eu fui assaltado na minha vida, (...) e eu fui na delegacia de Polícia Civil dar parte. Chegaram mais dez pessoas que foram assaltadas pelos mesmos dois meninos, num carro. E aí as pessoas andando pela delegacia. E aí que viram que era muita gente que foram lá ver. Os caras já deviam estar muito longe. Polícia Militar, carro de Polícia Militar, nos lugares mais perigosos, você não via. Aí agora, um tempo atrás, que tinha o RAS, que aí você via um carro de polícia parado num lugar realmente violento, mas o carro tava vazio. Ficava parado, com o giroflex ligado e sabe-se lá onde os policiais estava. Pro lado de cá, de vez em quando, os policiais fazem ronda, mas acredito que deve ser igual dentro de favela: o cara vai pega o arrego, o dinheiro dele, e vai embora. A polícia está muito corrompida. O cara não faz o serviço dele. Ou ele está ali pra matar o outro, ou está pra extorquir, mas pra fazer o trabalho dele ele não está. Todo o sistema está corrompido. É difícil você acreditar que tem jeito, que dá pra consertar o que está aí, eu acho muito difícil acreditar nisso."*

Mais uma vez, temos as práticas de "arrego" como contrapartida das possibilidades de uso violento da força. Esse ativista nos indica que as práticas de extorsão e homicídios são os elementos que indicam não somente a corrupção policial em abstrato, mas a descaracterização do trabalho policial na prática. A seguinte passagem da citação acima é muito expressiva a esse respeito: "*O cara não faz o serviço dele. Ou ele está ali pra matar o outro, ou está pra extorquir, mas pra fazer o trabalho dele ele não está.*"

O caráter sistêmico do mercado do qual participam os policiais corruptos é reconhecido também por um vereador que presidiu uma Câmara Municipal da Baixada por alguns mandatos e também é empresário:

> *"A polícia mais bem preparada do Brasil e talvez do mundo é a carioca. E ela não precisa de tecnologia, ela sabe tudo. Porque eles buscam o arrego com todos eles. A polícia sabe tudo. A polícia mais bem informada que tem é a do Rio de Janeiro. E não precisa de tecnologia não. Eles sabem tudo."*

Ainda que as bandas podres das polícias sejam compostas por uma minoria dos contingentes policiais na Baixada, temos motivos para acreditar que são elas que dão as cartas a respeito das formas de atuação policial na região. Isso se deduz do fato de que a participação de policiais em mercados ilegais é narrada como sistêmica e, assim, cotidiana e recorrente. Sabemos que essas práticas de corrupção dependem da chancela dos supervisores, oficiais e comandantes, numa rede que atravessa da ponta ao comando. Por isso, se há relatos de práticas de corrupção tão difusas, podemos considerar que elas são decorrentes também das orientações dos gestores do policiamento na região.

29 Como nessa matéria de 2014: Http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/10/proprio-bandido-e-quem-comanda-batalhao-revela-policial-militar-no-rj.html. Para se compreender alguns modos de corrupção policial, o trabalho de SOARES (2000).

V. 2. PRECARIEDADE E CORROSÃO DO TRABALHO POLICIAL

Comparando-se os perfis de nossos informantes no trabalho de campo no que diz respeito a suas opiniões e relatos sobre o trabalho policial, temos um contraste evidente. Assim como ocorreu nas oscilações entre falar e calar sobre os homicídios, predominam entre os moradores e atores da sociedade civil as narrativas que fazem alusão à corrupção e à brutalidade policiais. Já os gestores públicos municipais, políticos (alguns desses gestores e políticos também policiais da reserva ou ex-policiais), assessores policiais e, é claro, os próprios policiais, orientam seus discursos por uma retórica que gira em torno da insuficiência de contingente e da precariedade das condições de trabalho.

É importante notar nesse painel de percepções que as práticas policiais de participação nos mercados ilegais possuem certa retaguarda retórica por parte do poder público. Nem tanto pela aprovação das práticas de extorsão, mais pela aceitação do desrespeito aos limites do uso da força. Essa última dimensão do problema, como já argumentamos, é o elemento mais profundo do contexto geral da corrupção policial por ser o fator que os credencia nos mercados ilegais e que organiza as fronteiras entre mercado e violência.

Há, dessa forma, falas que são elogiosas ao trabalho desempenhado pelas polícias na Baixada que salientam que é o possível (ou mais que possível) a ser feito diante da estrutura e do contingente disponível. Nessas entrevistas os policiais aparecem referidos como "coitados" que se sacrificam em condições desumanas para fazer um trabalho de baixa qualidade.

Uma gestora pública se refere à polícia como "tadinha". E afirma que falta combustível para as viaturas e equipamento essenciais ao trabalho. Ela prossegue: *"Alguns secretários fizeram uma vaquinha para dar papel pro delegado, porque nem papel tinha pra fazer uma ocorrência"*.

Esse problema de baixo efetivo é referida com frequência, como consta no depoimento de um deputado federal que entrevistamos:

> *"Hoje, [...] passa por uma dificuldade porque tudo, tudo, tudo termina no aumento do efetivo [policial]. Se você tiver uma ocorrência de algum caso, você vai tirar três, quatro policiais para fazer essa ocorrência. A gente já perde aí uma parte do município sem policiamento. Porque nós temos tão poucos que a gente não pode deslocar ninguém. Nós temos trinta e cinco [policiais] por dia. (...) Nós dividimos o município em quinze regiões. Se você dividir o número de policiais pelo número de regiões que nós temos – e qualquer bairrozinho pequeno de [...] tem trinta mil habitantes –, aí você coloca aí três, quatro, policiais, cinco policiais, para tomar conta de trinta mil habitantes."*

Um policial que entrevistamos, morador da Baixada, também expressa o cálculo

> *"O que acontece: um policial para um número de x de habitantes. Então, o efetivo dos batalhões é um efetivo pequeno. A estrutura é pequena para a demanda que necessita. Então, claro que a gente não vai ver o policial passando na nossa rua 24 horas por dia. Até porque a área é grande e o número de policiais é pequeno. Mas eu acho que sempre que existe a necessidade da intervenção da polícia, ela responde com as armas que tem.* A gente joga o jogo que está na mesa. *Então, eu vejo a polícia presente. Claro que hoje em dia você vê cidadãos ligando para o 190 pra tirar gato da janela, pra tirar gato da árvore. A Polícia Militar hoje suporta uma carga que não é dela. Todo serviço social tem que ser da Polícia Militar, todo serviço de educação tem que ser da Polícia Militar."*

Esse cálculo simples não traduz, entretanto, a totalidade dos significados implicados nos discursos que cobram mais policiamento para a Baixada. Para se compreender melhor esse tema é necessário que se abordem algumas dimensões retóricas que vinculam a constatação dessa precariedade com uma moralidade que zela não só por uma ampliação quantitativa das polícias, mas para uma

hipertrofia qualitativa de determinados modos de fazer policiamento. Afinal, como afirmado no trecho citado acima, há um "jogo que está na mesa".

Outro gestor municipal, membro do Conselho Comunitário de Segurança de sua cidade ressalta o crescimento desordenado em contraste com o pouco efetivo policial para qualificar o trabalho do Batalhão de Polícia Militar como um "milagre":

> *"O trabalho do batalhão hoje, é um trabalho bacana. O trabalho do delegado também é um trabalho muito profissional. Só que eles fazem milagre. Porque trabalhar com uma equipe limitada, trabalhar com uma delegacia que só possui quatro viaturas. Como conter a violência em um município com aproximadamente 600 mil habitantes, cinco distritos, um corpo eleitoral de quase 350 mil eleitores, uma cidade que cresce de forma acelerada na questão habitacional com o projeto do Programa Minha Casa Minha Vida? Onde tem um crescimento desorganizado na questão urbana, as famílias deixam as crianças com tempo ocioso entregues ao destino. O policial, muitas vezes é com essa criança que ele vai se deparar, em determinada situação. Acredito que hoje, por mais integrado que estejam, precisam de uma atenção do Estado com mais carinho."*

Houve, ainda, depoimentos que associam o aumento da violência à pouca quantidade de policiais nos batalhões. É interessante nesses discursos observar que trazem embutidos um argumento – mais ou menos explícito a depender do interlocutor – que deseja a ampliação dos efetivos não com o foco na melhora das condições de trabalho dos policiais, mas no pouco resultado do trabalho policial. Essas falas, por vezes, resvalam em uma retórica que define uma correlação de forças em um campo de batalha, sempre reiterando o problema da violência como uma questão de acirramento do confronto. Nesses discursos, também se apresenta certa anuência, ou condescendência com as práticas de uso ilegal da força por parte das polícias.

Encontramos o exemplo desse tipo de discurso na entrevista de um oficial de polícia, ao qual já nos referimos anteriormente, que atua como gestor municipal na Baixada:

> *"Limitada [a ação da polícia]. Aí a gente volta a falar de UPP. Se você tem uma comunidade, por exemplo, vamos citar o Morro Dona Marta, em Botafogo, onde você tem lá 10 mil, 12 mil habitantes para 300 policiais, aí você tem o Batalhão de [...] com 600 mil habitantes para 300 policiais. Então, a relação policial/habitantes é mais de 1 para cada 2 mil habitantes. Então, é uma coisa assim assustadora porque o Batalhão tem 300 policiais, mas em atividade você não tem 200, têm outros serviços, policiais que estão afastados, têm os que estão de férias, os que estão doentes, os que estão à disposição. Então, a proporção entre policiais militares e a população é infinitamente menor do que da Zona Sul e das UPPs. Nisso, a polícia fica limitada. Tem poucas ações... na verdade não tem poucas ações... ela tem até ação de mais... ela está é limitada pela fragilidade do efetivo, nesses confrontos, nesses combates, nesse policiamento ostensivo, na presença da Polícia Militar. E agora, com a falência dos Estado, aqueles policiamentos complementares que tinham... tinha o RAS, que era aquele Regime Adicional [de Serviço], que os policiais de folga completavam o efetivo das unidades e recebiam um salário extra, acabou. Então você fica limitado apenas àquele efetivo micro dos batalhões... e aí a atuação da polícia é pouca. Por mais esforçado, com mais competente, por mais valente, guerreiro que ele seja, o policial militar, ele não é onipresente."*

Sua fala se inicia pela afirmação do argumento do limitado efetivo policial na Baixada, recorrendo, inclusive, à comparação com as UPPs. Ao final desse trecho, ele faz referência a alguns atributos que considera positivos ao policial, mas que não dão conta de resolver as lacunas que essa falta de efetivo produz. Para ele, o policial "esforçado", "competente", "valente", "guerreiro" não poderia dar conta do cenário de escassez do número de policiais. Importante notar que nessa frase há uma gradiente de atributos, do menos valorizado para o mais importante. Essa gradação culmina na figura do guerreiro. Como se sabe, o personagem do policial guerreiro reúne qualidades que vão

desde o anacrônico repertório valorativo do *ethos* militar até a definição do excesso do uso de força como um fator definidor do trabalho policial[30].

No trecho a seguir da mesma entrevista, isso fica mais explícito:

> *"O aumento de violência se dá por diversas formas. Conforme eu te falei, primeiro, pela necessidade que o batalhão tem de ter um reforço de policiais. Se você tem uma unidade de polícia, restrita, com pouco efetivo, há um aumento maior. Como você tem uma violência maior, você vê policiais assassinados. Por exemplo, nós já tivemos, esse mês, dois policiais militares aqui do batalhão mortos em confronto. Isso estimula aos PMs o confronto também. Então, à medida em que morre um policial, ele vai buscar não a vingança... mas uma forma de... a gente pode até chamar de vingança... mas não seria o termo... ele vai buscar uma forma de... mostrar que a gente não tá morto, que a gente precisa de confronto, que a gente precisa de combate. Então, se você tem uma polícia boa, bem montada, em uma cidade com condições de ser policiada, a violência diminui, automaticamente o homicídio diminui. No final do ano nós tivemos uma jovem que – da sua idade mais ou menos, uns 21, 22 anos – que ela foi assassinada aqui em um assalto – foi muito divulgado – quando ela veio pro réveillon, ela sofreu um assalto aqui... Então uma menina como você, tão jovem, morreu aqui brutalmente, até pela ausência de polícia. Se nós tivéssemos uma cidade bem policiada, com certeza, aqueles marginais não estariam aqui e ela não seria assassinada. Então, essa retração da polícia... E mais ainda, a falta de apoio, a polícia não tem apoio, as autoridades constituídas, a partir do Governo do Estado, governador, secretário de segurança, eles não dão apoio aos policiais. A ideia maior é de punição. [O certo seria] punir quem merece, e apoiar a quem precisa... Eu lamento profundamente porque a gente tem uma imagem muito ruim da instituição. Só que as pessoas esquecem que a polícia, o policial militar, ele entrou na corporação como um meio de vida e não como um meio de morte. Então, todo mundo vê a gente como um boneco que pode ser reposto a qualquer momento. Ninguém vai ver o policial como uma pessoa que tem alma, que tem coração, que tem família, que tem mulher que tem filho, que tem mãe, que tem pai... Então, a gente só vê o policial com aquela idéia de que está vestido de farda, corrupto, violento. A gente nunca parou pra ver o policial do outro lado. Então, a gente só vê punição. Eu acho que quem merece punição é quem erra. Agora o policial merece carinho, merece conforto, necessita de apoio e não tem... não tem. No dia em que morre um policial, vem a banda da Polícia, vem aquela salvaguarda, aquele pelotão de tiro de festim, aquelas honras fúnebres, o corneteiro tocando aquela marcha e todo mundo chora, e a viúva fica desamparada, por seis meses, oito meses, não consegue receber a pensão. E isso é porque o policial está desamparado. A pensionista está ferrada, desculpe o termo, está desamparada."*

Nosso interlocutor, ao narrar o quadro de precariedade das polícias, trata da questão das mortes de policiais e da resposta a essas mortes. Ele chega a quase falar que essa resposta seria a vingança, mas titubeia e se corrige em tempo. Mas a emenda sai pior que o soneto: ele diz que não se trata de vingança, mas de demonstrar que não se está morto, de reiterar a necessidade do combate. Logo a seguir a esse apelo contido pela necessidade de que as polícias respondam às agressões sofridas pelas ações dos criminosos com a retaliação igualmente violenta, calcada na ideia do combate, ele critica o que chama de uma postura punitiva do Estado em relação ao policial. Ele fala de se punir não o policial, mas a quem merece.

É muito curioso notar que a fala desse personagem possui uma dimensão bastante capciosa: ele emula um humanismo cínico para afirmar a necessidade de um tratamento mais humano na direção do policial, mas essa retórica traz embutida em si uma justificação sutil das práticas ilegais que se vinculam à reprodução histórica de um *ethos* guerreiro. Ao longo dos anos, passamos a notar certa recorrência entre os policiais do uso desse tipo de estratagema retórico. Em nossas interlocuções nas pesquisas no campo da segurança pública, nos deparamos, vez por outra, com esse modo discursivo. Sabe-se que, ao longo das últimas três décadas, a partir das pressões da

30 Sobre os dilemas da cultura militar para as polícias, ver o trabalho de RODRIGUES (2011).

sociedade civil e da abertura de quadros das polícias brasileiras para a lógica menos violenta e mais vinculada aos princípios legais que a legitimam em casos específicos, houve uma expansão das disciplinas relacionadas aos direitos humanos nos currículos de formação policial. Ocorre que, como nos ensina Lynn Hunt[31], para que a gramática dos direitos humanos se reverta em práticas políticas e sociais, é necessário um tipo específico de sensibilidade, a empatia. É preciso, portanto, que haja uma adesão valorativa para que os direitos se traduzam no real. Um processo muito distinto ocorre na apropriação da retórica dos direitos humanos como no caso do nosso entrevistado citado acima: reforça-se a necessidade de olhar o policial com humanidade para legitimar e autorizar a reprodução de um repertório de atuação desumanizador.

Note-se que esse discurso pela redução de uma postura punitiva na direção dos policiais diz se tratar de um apelo pela melhora da suas vidas, mas não está associada a nenhum elemento concreto do que significaria esse implemento para além da ampliação da efetividade – por meios duvidosos – da redução da criminalidade. Em outro trecho de sua entrevista, esse gestor afirma que a precariedade seria ainda maior na Polícia Civil.

> *"Polícia Civil, hoje, está mais esfacelada do que a Polícia Militar. Se você vai na delegacia de [...], por exemplo, ele não tem nem uma máquina impressora. Ele não tem combustível pra viatura rodar, ele tem um efetivo reduzido... Então, a missão precípua da Polícia Civil que é investigar... e ela não consegue investigar porque não tem recurso. Como é que você vai investigar uma coisa se você não tem recurso. Então, ela não tem recurso, não tem como investigar. Então, vale o esforço do delegado, vale o esforço do agente, mas isso só não é suficiente. Não tem tecnologia, não tem efetivo, não tem equipamento, não tem papel! Eu tive semana passada na delegacia de [...] e não tinha uma impressora funcionando. Então, a atuação é muito fraca, não porque nós temos bons profissionais, mas que não temos condições de trabalho."*

Um assessor parlamentar de um vereador que é policial militar reformado fala das dificuldades do contexto atual do policiamento, através de uma comparação com o passado:

> *"Eu não acredito que tenha uma caça ao policial militar. Agora o que acontece é o seguinte: não está havendo mais tanto respeito, não tem mais medo do policial militar como tinha antigamente.* ***Antigamente a polícia, por ter uma forma diferente de operar de trabalhar, a polícia era mais unida, mais coesa; quando, por exemplo, existia um crime contra um policial militar, o batalhão inteiro se reunia até pegar aquele camarada. Mas não era pra fazer justiça não, era pra fazer cumprir a lei, prender o camarada,*** *às vezes, na forma da lei. E hoje não existe mais isso. Hoje é tão banal você encontrar uma pessoa morta na rua, alguém morrer é uma coisa tão banal que já se descarta até a importância."*

Para ele, no passado, havia mais respeito pelo policial. Na mesma frase, ele utiliza "respeito" e "medo" como categorias sinônimas. Não é preciso ser nenhum especialista em ética para que se saiba que essas são noções de significados completamente distintos – e até antagônicos se avaliadas do ponto de vista da história das ideias políticas[32]. O fato é que o medo não deveria ser um componente da legitimidade e da autoridade policial. A frase que grifamos no trecho acima não necessita de maiores torneios argumentativos para que se perceba que o que ele queria dizer na verdade é que, antigamente, quando morria um policial, tinham que morrer alguns bandidos. Para que se chegue a essa conclusão, basta reparar na presença histórica desse código informal de equivalências homicidas[33].

31 HUNT (2009)

32 Basta ver a discussão sobre o "esclarecimento" como difusão de uma ética autonomista, bem como as reflexões de Hannah Arendt sobre a autoridade.

33 Ver ALVES (2003).

No outro extremo desse *continuum* de visões sobre o trabalho policial, encontramos as falas que descrevem o serviço prestado pela polícia como heróico. Se, de um lado temos a imagem dos coitados precarizados, de outro, há, portanto, a alegoria do herói, meio espartano, meio estóico. Um tanto pateticamente e em contraste com as narrativas heróicas tradicionais, esses discursos sobre o heroísmo policial se desenvolvem como base na descrição de um cotidiano marcado pela vilania, pelo pequeno, pelo precário e, por vezes, canhestro, no que diz respeito aos feitos e situações dos personagens. Aprendemos com o historiador Jean Pierre Vernant[34] que a condição do herói e a condição humana são excludentes entre si: tornar-se herói, como Heitor, é sair do mundo dos homens, se libertar de suas precariedades. Como resultado, essas falas, ao invés de se dirigirem para a superação das indigências às quais os policiais são submetidos, acabam por reforçar suas razões. Como é o caso abaixo no depoimento de um vereador dado para a pesquisa:

> *"Posso dizer que são verdadeiros heróis. Porque você imagina hoje o que a gente escuta aqui. As reclamações que chegam... você imagina,* ***o policial hoje, ele não pode dar um tiro. Ele tem que preencher diversos documentos e responde até a inquérito por isso. Então, ele tem que só receber [tiros].*** *Você imagina, hoje é comum na sociedade, erradamente, julgar e prejulgar a todos. Muitas vezes ouvimos falar que o polícia é ladrão... toda vez que morre uma criança na favela foi o polícia que matou. Quer dizer, então, o bandido ele tem uma mira boa, só o policial é que erra. O policial que trabalha, que foi preparado, quem lá as suas atribuições, que tem os estandes de tiro, que tem tudo pra fazer... quando tem uma intervenção policial em qualquer comunidade, quando morre alguém, foi o policial que matou e nunca o bandido. Quer dizer, o que a gente enxerga de fora é que existe uma proteção. O povo muitas das vezes não pode nem falar a verdade porque a polícia vai embora e a comunidade fica lá. Então, existe um problema muito grave com relação à sociedade e esse preconceito que precisava acabar. Não é só com polícia não. Com político também. Até mudando de assunto rapidamente. Todo político é corrupto? Todo político é ladrão?! Será que ninguém presta ou o sistema está errado? [subindo o tom] Fica uma pergunta. Porque é muito fácil condenar. Hoje virou moda. As criancinhas aprendem na sala de aula que político não presta. Porque o salário do professor é o menor. Porque o professor não é valorizado. Mas o professor não é valorizado por quê? Isso tudo tem um porquê. Isso o Brizola já dizia lá atrás. Brizola foi o que tentou acabar com tudo isso e acabaram com o homem. Tentou dar educação de qualidade, merenda de qualidade. A criancinha entrava de manhã e só saia à noite da escola, deixando o pai e a mãe trabalhando. Nós não tínhamos essa quantidade de problemas que temos hoje, nas comunidades."*

Do ponto de vista numérico, os efetivos da Baixada parecem ser inferiores aos padrões razoáveis de policiamento. Os discursos que denunciam as fragilidades institucionais das polícias aqui analisados deixam de lado qualquer discussão sobre reformas institucionais, qualidade de vida dos policiais e mudanças no padrão de policiamento. Eles apontam para o aprofundamento da brutalidade que, como vimos, são um elemento decisivo para a filiação das práticas policiais aos mercados ilegais, inclusive no que diz respeito aos padrões de confrontos territoriais e execuções por acerto de contas ou demonstração de poder.

34 Ver VERNANT (1980).

VI. OS EXECUTIVOS MUNICIPAIS: GESTÃO, PARTICIPAÇÃO E LACUNAS NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

Uma das perspectivas iniciais da presente pesquisa consistia na possibilidade de se estabelecer um enfoque no qual se reafirmasse a concepção de que as instâncias municipais devem possuir responsabilidades no campo da segurança pública, sobretudo, em suas frentes voltadas para a prevenção da violência. Nesse prisma, é essencial tanto a montagem de arquiteturas institucionais especificamente voltadas para esse tema, quanto o estímulo à participação da sociedade civil na busca por soluções[35]. Por essa abordagem, consideramos os gestores municipais no conjunto de atores acionados pelo campo qualitativo.

Apesar de o tema da segurança pública figurar como uma questão central nos cotidianos das cidades da Baixada Fluminense, encontramos nos municípios selecionados para a pesquisa um cenário muito rarefeito de ações no campo da prevenção da violência e inexistente no que diz respeito aos homicídios. O silêncio dos gestores públicos sobre os homicídios, em nossa interpretação, também está associado ao fato de que suas atuações profissionais sequer dialogam com essa questão. O padrão mais frequente que encontramos na pesquisa a esse respeito aponta para uma divisão de trabalho na qual as questões articuladas a homicídios ficam por conta das polícias, sem que as municipalidades possuam quaisquer ações para a prevenção ou redução desse problema.

VI. 1. ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E REITERAÇÃO RITUAL DO ESTADO ATUAL DE COISAS

O diálogo com a sociedade civil é também praticamente nulo. Não encontramos frentes muito estruturadas nas gestões municipais que contassem com a participação direta da população. Mesmo no caso dos Conselhos Municipais e dos Conselhos Comunitários de Segurança, a participação dos representantes da sociedade civil parece mais emular o *ethos* dos gestores públicos do que se consolidar na encampação das demandas da sociedade civil.

Uma gestora pública chegou a afirmar que não existem movimentos organizados da sociedade civil na cidade: *"Aqui em [...] não tem... organizado não tem... existem os pseudo organizados, mas organizados mesmo e não vejo atuantes. Eu vejo com o nome, mas na prática eu não vejo eles se questionarem em relação a algumas situações do município"*

Além da impermeabilidade das gestões municipais, há também o medo, por parte dos atores mais críticos e ativos da sociedade civil nas cobranças em relação ao poder público, de se participar de espaços voltados para o tema da segurança pública. Um representante de um Conselho de Segurança Pública afirma a esse respeito:

> *"A população é meio reativa. Tem um pouco de receio de aparecer. Nós, inclusive, tivemos um conselheiro que sai do processo. 'Poxa, pra mim não dá mais'. Ele em off fala: 'Poxa, eu não vou porque depois de uma reunião, o pessoal tira uma foto minha, bota no jornal e eu moro em área de risco'. Então, o temor que ele tem a população também tem."*

Como foi possível constatar em nossas visitas ao campo nesses espaços de participação, os casos de homicídios são raramente pautados. Só os casos de maior repercussão são superficialmente abordados. Para explicitar melhor essas impressões, descreveremos, em linhas gerais como ocorreu uma das reuniões que acompanhamos em um Conselho Comunitário de Segurança Pública.

É possível afirmar que, em se tratando de uma reunião de CCS, o público era bem grande. Havia cerca de setenta pessoas no local, dentre moradores, autoridades locais, agentes de segurança

35 Esse é o caso, por exemplo, da proposta detalhada pelo Guia Municipal de Prevenção da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens elaborado pelo Observatório de Favelas e pelo Laboratório de Análise da Violência da UERJ. Esse material pode ser acessado em: https://www.unicef.org/brazil/pt/GuiaPRVL_RevisaoFINAL_04MAI.pdf.

pública, membros do conselho, crianças e funcionários da escola. Poucos lugares estavam disponíveis nas cadeiras de plástico dispostas no perímetro da quadra.

Ao chegarmos, acontecia um "café da manhã de boas vindas" para os presentes, ritual comum nas reuniões de conselhos comunitários. Havia uma mesa numa das extremidades da quadra com uma fartura de pães, bolos, doces, biscoitos, sucos e água. Aos poucos as pessoas foram tomando seus lugares e foi possível perceber que a maioria dos presentes estava numa faixa de idade acima dos 40 anos, estavam bem distribuídos entre homens e mulheres e eram predominantemente negros e pardos. Destoando do restante do público, sentadas na primeira fila por ordem do presidente do CCS e da diretora da escola, estavam crianças, alunos uniformizados, que aparentavam possuir entre 8 e 11 anos.

A partir das 10h e 15min a mesa diretora da reunião começou a se compor à medida que o 1º secretário, exercendo o papel de mestre de cerimônias, foi chamando ao microfone um a um os convidados e membros natos do conselho. Embora não estivessem presentes, mereceram menção os representantes da Light e CEDAE, que costumam freqüentar as reuniões do CCS. A partir de então percebemos a presença de um cinegrafista, registrando todos os momentos da reunião. Mais tarde, viríamos a saber – pois a própria faria questão de dizer – que aquele profissional fora trazido por uma vereadora participante da reunião.

Com todos a postos em seus devidos lugares, o mestre de cerimônias pediu para que todos se colocassem de pé para a execução do hino nacional. O sistema de som era tão potente que muito provavelmente as aulas que ocorriam durante a reunião foram prejudicadas. Especialmente durante o hino nacional, quando o volume foi elevado insensivelmente, e quando a palavra estava em posse do presidente do CCS, cujo tom de voz era também bastante elevado.

Seguiu-se a isso um minuto de silêncio em homenagem a sra. X., liderança comunitária da região. Em seguida, a palavra voltou para o presidente do CCS, que enunciou algumas regras para o andamento e a programação da reunião: em primeiro lugar, esclareceu que são proibidos ataques políticos ou religiosos durante as falas da plenária; a partir daquele momento estariam abertas as inscrições para as falas, que deveriam durar três minutos; e, por fim, anunciou que as crianças assentadas na primeira fila deveriam entregar rosas a cada um dos representantes das forças policiais presentes à mesa.

Esta homenagem aos policiais estava programada para ocorrer imediatamente após a execução do hino nacional. O presidente do CCS parabenizou aos policiais, a quem chamou de "guerreiros que a mídia e os governantes só criticam" e que hoje são vistos como peças de reposição; e ao Legislativo, municipal, estadual e federal, "que sempre está presente" nas reuniões do conselho – uma deputada estadual foi elogiada em particular por sempre enviar um representante. Por outro lado, o presidente do CCS criticou o Conselho Tutelar e a Prefeitura por não comparecerem ao evento – mesmo tendo as instituições sido convidadas mediante ofício; em sua visão, "eles não vêm porque não querem" -, classificando como "lamentáveis" tais ausências.

A partir de então, o presidente iniciou uma série de comentários aparentemente desconexos sobre segurança pública e violência, mas que dizem bastante sobre sua visão acerca dos temas. Primeiramente, o conselheiro parabenizou o governador em exercício, Francisco Dornelles (PP), por afirmar que "a polícia não vai pra rua distribuir água benta". Ele lembrou que Dornelles foi bastante criticado por esta afirmação, mas fez questão de dizer que o governador estava certo em suas palavras.

Em seguida, o presidente do CCS Caxias teceu alguns comentários sobre um caso de estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro, na semana anterior. Este caso ainda era um assunto bastante comentado nas ruas e nas redes sociais. E, exaltado em sua posição, se sentiu confiante para emitir sua opinião sobre a prática do estupro. Para o conselheiro comunitário, nada poderia justificar o que aconteceu e sob nenhum ponto de vista a responsabilidade seria da vítima. Em sua opinião, o estupro seria

um crime passível da aplicação das penas de morte ou prisão perpétua. Ademais, num momento posterior, ele elogiaria o delegado encarregado da investigação por sua postura "cética" em relação aos depoimentos tanto da vítima quanto dos acusados na condução do caso.

Logo na sequência, ele afirmou ser a favor da redução da idade mínima para imputabilidade penal para 12 anos, pois hoje "a polícia está enxugando gelo". E já prevendo possíveis discordâncias, ainda que não manifestas, fez questão de dizer que aquela era a sua opinião e que aqueles que não concordam, devem ter paciência.

De alguma maneira, isso fez com que ele lembrasse o tema do "vandalismo". Para ele, "quebrar unidade escolar, apedrejar trem e danificar orelhão" não são atos que possam ser chamados de "vandalismo", tampouco atos que podem se atribuir a uma suposta "falta de cultura". Em sua opinião, estes atos são atos terroristas. O conselheiro chegou a defender a abolição do termo "vandalismo" em prol do uso do termo "terrorismo".

Difícil explicar como o presidente do conselho foi parar neste tema, mas o fato é que era possível perceber alguns dos presentes concordando com a sua fala. Outro fator relevante nesta manifestação de repúdio súbita reside no fato de o mesmo ter sustentado sua posição juridicamente, citando a recém-aprovada "Lei Antiterrorismo" e sua rigidez em relação aos movimentos sociais.

Antes de dar início às homenagens aos policiais, o presidente ainda informou aos presentes sobre as eleições para a nova diretoria do conselho, que ocorreriam no dia 13 de junho. Dito isto, o presidente convidou sua filha para ler uma carta que iniciaria a cerimônia em prol dos agentes de segurança pública, desta vez denominados "como a melhor polícia do país".

Embora não seja membro da diretoria do conselho, a filha do presidente foi a escolhida para leitura da carta. A carta, em tom dramático, mais uma vez ressaltaria a bravura dos policiais, "verdadeiros heróis" que seriam "criticados por aqueles que nunca tiveram ao menos uma bala raspando a cabeça". Ao fim, o presidente retomaria a palavra e orientaria as crianças e os policiais em cenas carentes de espontaneidade na entrega das flores das primeiras aos últimos.

Encerrada a homenagem, a palavra foi passada aos que estavam na plenária, destoando do formato usual das reuniões de conselho, que costumam ceder um tempo de apresentação aos convidados à mesa para na sequência abrir espaço para as intervenções da plenária. Para surpresa geral, a primeira inscrita foi uma menina, que aparentava possuir não mais que 13 anos de idade e era aluna daquela unidade escolar. A menina demandou melhorias na estrutura de sua escola, principalmente na quadra e no pátio.

De uma maneira geral, as intervenções seguiram o padrão das reivindicações usuais em reuniões de conselhos comunitários de segurança pública. Em sua maioria, os moradores reclamaram da falta de rotatividade das reuniões, criticaram as autoridades locais (prefeitura e vereadores), se queixaram da presença de moradores de rua e usuários de drogas em praças públicas e demandaram maior segurança em algumas localidades específicas.

Da mesma maneira, as autoridades presentes exerceram o papel que delas se espera e se comportaram de modo "usual". Os representantes do Batalhão de Polícia Militar e das delegacias do município ressaltaram os resultados de seus respectivos trabalhos – operações e investigações –, apesar das dificuldades em termos de recursos materiais e humanos, e fizeram um apelo para que os cidadãos sempre notifiquem os crimes ocorridos na cidade, se possível utilizando o registro online, já que faltariam impressoras e papel nas delegacias.

A exceção nesta série de discursos prontos foi a intervenção de um delegado da região. Aproveitando o tema do estupro em voga, o delegado lembrou que no Brasil ocorrem 47 mil casos de estupro por ano. Além disso, chamou atenção para os fatos de haver no Brasil hoje uma

população carcerária de 700 mil pessoas e de termos 50 mil homicídios anuais. Tais números permitiram ao agente policial concluir que o Brasil é um país violento e que as práticas punitivistas têm se mostrado ineficientes.

Já pelo lado dos representantes do Legislativo, houve a preocupação (também comum) de dissociar suas presenças e apoio ao CCS do "mundo político" e de reafirmar que estão à disposição da população para a resolução de problemas.

Ressalva à vereadora que viera acompanhada por seu cinegrafista, que criticou duramente o comandante do batalhão local por sua ausência e por ter enviado como representante "apenas" um capitão e não um de seus subcomandantes, subordinados diretos. A vereadora se disse desprestigiada diante da situação, inclusive porque esperava conversar com o oficial da PM sobre o programa ronda escolar, o qual estaria sofrendo com a falta de efetivo. Ademais, a parlamentar ainda citou o caso de uma viatura que teria sido consertada a partir de doações de comerciantes que atualmente não se sabe onde está. Para ela, esta seria a representação de como os moradores estão "jogados a própria sorte".

Essa reunião de CCS resume bem o espírito desses espaços participativos na Baixada: um espaço que ritualiza e reitera a aprovação do estado de coisas na área do policiamento e da segurança pública. Nesses espaços, reúnem-se diversos atores que poderiam estar articulados na reversão dos quadros desfavoráveis da violência na Baixada, mas é muito recorrente esse padrão no qual as autoridades do poder público são incensadas por representantes da sociedade civil que emulam a *personas* dos gestores e policiais e lidam com eles como se fossem pares e não sujeitos em disputa. Na condição de instâncias somente consultivas, esses conselhos imprimem muito pouco ou quase nada de suas discussões no repertório das políticas públicas municipais.

Um representante de um sindicato patronal, ao qual já nos referimos anteriormente, é muito ativo em sua participação nos conselhos de seu município de atuação e é um personagem típico do ator da sociedade civil que possui uma relação mimética com o gestor público. Seu próprio perfil define essa ambigüidade: ele é representante sindical e ao mesmo tempo gestor de uma subsecretaria municipal. No campo ele se apresenta sob as duas credenciais. Atua na prefeitura e participa do conselho de segurança na vaga da sociedade civil como membro do sindicato. Quem conversa com ele, entretanto, pode ser levado a crer que está diante de um gestor de segurança pública. Ele gosta de demonstrar poder e repete frases de efeito como: "*Eu estou cortando a cabeça do delegado*." Ao dizer que está trabalhando pela saída do delegado da área por não considerar satisfatório o trabalho que ele vem desempenhando.

No trecho a seguir de uma entrevista com ele, é possível perceber nitidamente essa postura:

> *"Não precisava ter UPP, bastava ter um jogo do Flamengo e do Fluminense no Maracanã. Um jogo. Você deslocava policiais de todos os batalhões para fazer policiamento no entorno do Maracanã. Naquele dia do jogo o crime rolava. Dava uma subida. Porque eles têm informação. O cara tem Facebook, tem WhatsApp, tem rádio. Está ligado. Ele tem informantes dentro. Ele está mais ligado do que o policial. Muito mais. Ele está na frente. E a gente tem que usar a contra-inteligência. Por isso que eu estudo muito mentes criminosas. Eu fico analisando. Eu faço perfilamento. Eu faço perfil [criminal]. Eu falo assim [por código]: 'Sua manicure trabalhou muito bem, mas ela chegou muito cedo. E aí ela perdeu um monte de clientes'. Isso é uma mensagem que eu recebo de colaboradores. [...] Eu tenho mais de dois mil colaboradores espalhados pela cidade. Eu sei tudo que acontece aqui dentro. Por isso que eu comando o batalhão junto com o comandante. Mas é uma rede de confiança. A gente consegue informações privilegiadas por que eu tenho gente espalhada nas áreas de saúde, educação, promoção social, direitos humanos, eu tenho gente espalhada nessas áreas todas. Então acontece um negócio aqui, eu tô sabendo. Porque eu virei a referência."*

O contato em campo com esse personagem deixa a dúvida se ele corresponde a uma pessoa que possui delírios de poder ou se ele é quem realmente manda e está inserido na rede que opera o

mercado ilegal do *clientelismo homicida*. Esse perfil intrigante e ambíguo é muito característico nos conselhos de segurança pública na Baixada tornando recorrente a defesa das posturas mais repressivas e bélicas por parte daqueles que ocupam espaços de incidência da sociedade civil,

A contrapartida desses espaços inócuos do ponto de vista da assimilação das demandas coletivas são os atores mais ativos e críticos da sociedade civil e dos movimentos sociais que permanecem ausentes. Isso ocorre por medo – um de nossos entrevistados fez referência a um histórico de execuções de militantes na Baixada[36] – ou por considerarem que esses conselhos e instâncias de participação são pouco abertos aos tipos de demandas que esses movimentos têm a apresentar.

VI. 2. AÇÕES MUNICIPAIS E A TUTELA DE DIREITOS

À existência dos conselhos locais a operarem por esse diapasão se associa a escassez de políticas públicas que contem com a participação e se apliquem ao tema da prevenção da violência, sobretudo, no caso dos homicídios. Abaixo, apresentamos um quadro sintético das ações municipais que nos foram relatadas pelos gestores que entrevistamos. Ressaltamos que se trata de um quadro narrado e não de um levantamento exaustivo das ações municipais.

Município / órgão	Ações	Articulações
Belford roxo		
Secretaria de Direitos humanos	Emissão de registro tardio	
	Formação para atendimento de pessoas LGBT	
	Crack é Preciso Vencer	
	Denúncia do Disque 100 sobre violência doméstica	
	Participação de conselhos: assitência social, segurança alimentar, da pessoa idosa, meio ambiente; além do Comitê Gestor de emissão do primeiro registro.	
Assitência social	Erradicação do trabalho infantil	
CREAS	Medidas sócio-educativas	Educação
Guarda Municipal	Ronda escolar	Educação
	Erradicação do trabalho infantil	
	Patrulhamento	
Educação	Participação do CMDCA	Assistência Social
	Capacitação de profissionais	CRAS
	Proerd	CREAS
	Escola Verde	Conselho Tutelar
		SESEG
		Bayer
Transporte e segurança institucional	Não relatados	
Superintendência de políticas para as mulheres	Não relatados	

36 História essa que pode ser verificada nos relatos de ALVES (2003).

Município / órgão	Ações	Articulações
Caxias		
Guarda Municipal	Crack é preciso vencer	CMDM
	Ronda escolar	DEAM
	Patrulha Maria da Penha	UPP Mangueirinha
		TJRJ
Fórum Municipal de Políticas para as Mulheres	Plano Municipal de Políticas para as Mulheres	
Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres	Plano Municipal de Políticas para as Mulheres	
Secretaria Especial Defesa Civil e Políticas de Segurança	Patrulha Maria da Penha	CCS
	Crack é preciso vencer	Conselho de Políticas para as Mulheres
		Governo Federal
	GGIM	TJRJ
	Sistema de monitoramento por Câmeras	Assistência Social
		Saúde
		Rede SVAC
		ISP
		Delegacias
		Batalhões
Nova Iguaçu		
Secretaria de assuntos estratégicos	Observatório da violência	Governo Federal
	Crack é preciso vencer	PMERJ
	Centro de operações (Video Monitoramento) - Conig	Delegacias
	Diagnósticos e elaboração de projeto	Bombeiros
	Oficinas de prevenção à violência	Saúde
Comseg	Reuniões ordinárias	Sociedade Civil
	Recepção de demandas	Poder Público Municipal
Coordenadoria de políticas para as mulheres (órgão da secretaria de assistência social)	Atendimento a vítimas	ONGs (encaminham para o atendimento dessas organizações
	Capacitações de agentes públicos para lidar com a violência contra as mulheres	SERH
	Palestras de sensibilização	Secretaria de educação
		MP
		DEAM
		Delegacias

Município / órgão	Ações	Articulações
Secretaria de trânsito, transporte e mobilidade urbana	Choque de ordem	PMERJ
	Centro de operações (Video Monitoramento) - Conig	Bombeiros
		CEDAE
		Light
Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal de Nova Iguaçu	Interação com os órgãos de segurança pública	
Secretaria de Defesa Civil e Ordem Pública	Ordenamento urbano	Corpo de Bombeiros
	Ações de prevenção e emergência voltadas para desastres	Limpeza Urbana
		Condene (Empresa de desenvolvimento de Nova Iguaçu)
		Secretaria de Obras
		Saúde
		Assistência Social
São João de Meriti		
Secretaria Municipal de Promoção Social	Centro de Proteção Social Especial	
Guarda Municipal	Ronda escolar	Secretaria de educação
	Guarda Mirim	Secretaria de assistência

Apenas no caso de Nova Iguaçu foi possível identificar a atuação de um observatório municipal da violência, vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos, associado à realização de formações sobre violência e produção de diagnósticos para elaboração de projetos. Nos demais municípios, especificamente no repertório da segurança, encontramos a realização de alguns programas do governo federal como o "Crack é Preciso Vencer".

Nas ações das guardas os projetos relatados de prevenção foram a "Ronda Escolar" – que conjuga a presença ostensiva nas escolas para a prevenção de violência com ações educacionais desempenhadas por membros das Guardas –, a "Guarda Mirim" – que realiza atividades recreativas e educativas com crianças –, e a "Patrulha Maria da Penha" – que busca garantir o cumprimento de medidas restritivas aos agressores de mulheres.

Nova Iguaçu não possui Guarda Municipal. Os relatos que coletamos sobre as possibilidades de criação de uma guarda nesse município se aproximam da perspectiva de fundar uma corporação já armada e com uma cultura organizacional muito próxima das polícias militares. Um parlamentar que entrevistamos defende esses horizontes e indica que eles já estão presentes no projeto de lei que está em discussão sobre essa matéria. Ele afirma que: *"[O projeto da Guarda Municipal] inclui também, tipo projetos da PM, do RAS [Regime Adicional de Serviço], no qual o comércio pode contratar o serviço da Guarda, em horários de folga. Ganha o município, ganha também o agente em sua folga."*

No que diz respeito às ações do executivo municipal, Belford Roxo apresenta um contexto no qual mais encontramos relatos de gestores que se ocupam de projetos de garantia dos direitos mais mínimos a serem tutelados pelo Estado. Quando indagados a respeito de ações e projetos realizados, encontramos com frequência entre esses gestores respostas que deixam claro que os horizontes de

se pensar políticas mais estruturadas, por exemplo, no campo da segurança pública, estão longe de ser prioridade. Isso porque a agenda de intervenções se ocupa da urgência de garantir um patamar mínimo de direitos sociais.

É o caso das ações da Secretaria de Direitos Humanos de emissão do primeiro registro. A gestora dessas ações fala de como essas ações se dirigem para um problema que revela profundas violações de direitos: *"Para mim [as pessoas sem documentação] nem excluídos são. Porque quem foi excluído é porque um dia foi incluído. Então, esse nem incluído nunca foi, então, nem excluído ele é. Ele não é nada ainda."*

Em outro trecho da entrevista ela detalha um conjunto de direitos que ficam ameaçados pela ausência do registro de nascimento:

> *"todo dia a gente tem que ir a uma escola para garantir o acesso à educação de um aluno que não possui documentos. Então, todo dia a gente tem que ir a uma escola e dizer sobre o artigo do ECA, a declaração de Direitos Humanos, a lei que diz que o documento não é um impedimento do acesso... Todo dia. A gente criou um instrumento aqui criado pela secretária para dizer assim: 'vai lá que com esse documento você tem que ter acesso' (...) Mas raramente a gente aciona o Conselho Tutelar, porque hoje a gente vai lá e até esvazia o Conselho Tutelar: 'Não. Pode deixar que a gente resolve'. Porque é impossível... impossível todo dia a gente ter que dizer para um professor, para um professor de escola que a criança tem o direito ao acesso. E assim da mesma forma é o hospital. A gente hoje, enquanto vocês estavam aqui, eu atendi hoje um que vai ter que levar um papel pra garantir que ele fique internado porque hoje ninguém acha a documentação dele. Então, tem que garantir que ele permaneça dentro do hospital. Quer dizer ele não pode ter acesso, ele tem que morrer, porque ele não pode ter acesso, não pode ficar internado porque ele não tem um documento. A gente está com um outro caso aqui, já acionamos a Justiça, porque é um caso de justiça, que faleceu e ele não tem registro de nascimento. E aí teve a primeira audiência dele lá na Justiça do Rio de Janeiro. Em abril que foi a primeira audiência dele. Então, se colhem as digitas, se faz uma busca em todo país para ver se verdadeiramente ele nunca foi registrado. E ele faleceu domingo. Então, a gente tem um falecido que não existe, que se a gente permitir, ele vai ser enterrado como indigente, a gente já sabendo que ele existe. Então, agora é uma guerra. É a guerra com o Judiciário para que a gente registre ele, para que a gente consiga fazer o óbito dele, para ele ser dignamente enterrado como gente. Então tem que judicializar, não tem jeito. Acho que o grande maior entrave hoje das políticas públicas tem sido a judicialização. A gente hoje só consegue garantir determinados acessos através da judicialização. E não foi para isso que as polícias foram criadas. Você ter que acionar o Judiciário para garantir as políticas públicas? É muito complicado."*

Temos, então, um profundo problema social de fundo no contexto de Belford Roxo que são as fragilidades na tutela de direitos sociais básicos. O recurso da *judicialização* como nossa entrevistada mesma relata, acaba sendo a única ferramenta para as garantias emergenciais de direitos. Essa circunstância narrada na qual para se assegurar, em caráter de urgência, o acesso aos serviços de educação, ou saúde, ou mesmo a um funeral, se faz necessária a abertura de um processo judicial pode dar o que pensar se olhamos para a segurança como direito fundamental fragilmente tutelado no contexto da Baixada.

O judiciário e o Ministério Público, no campo das questões de segurança, não parecem ser recursos muito promissores como alternativas para a produção de tutelas a esse direito. Isso porque eles são, com frequência, parte do problema. A falta de atuação do Ministério Público no controle das polícias, a complacência do judiciário para com as violações perpetradas por agentes de segurança pública, bem como sua insensibilidade para questões como o super encarceramento: esses são alguns fatores que concorrem para o fato de que as posturas dessas instâncias do Sistema de Justiça Criminal desempenham um papel ativo na configuração das precariedades na tutela dos

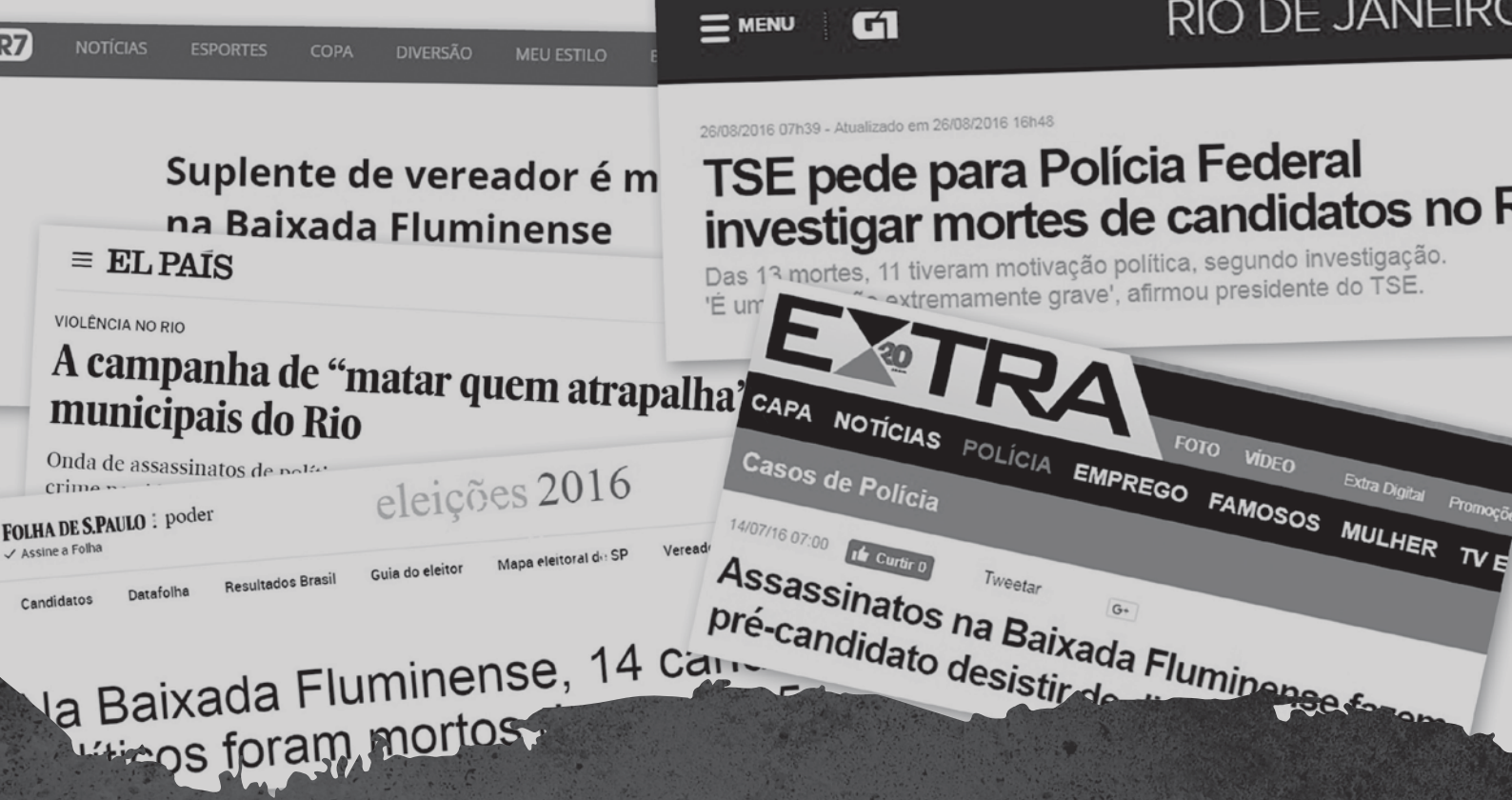
direitos à vida e à segurança. O direito brasileiro, ainda distante de se afirmar como aos moldes do direito autônomo – que preze pela isenção do processo penal, por exemplo –, atua de acordo com as características do direito repressivo – ou seja, prezando a ordem sobre a legitimidade, o consentimento passivo sobre a participação e o poder político sobre as leis[37].

Sem reverberações no judiciário e fragilmente enfocada pelas instâncias dos executivos municipais, a segurança como direito parece requerer novas formas de tutelas. Ao que nos parece, pelo material de campo que analisamos, um caminho possível seria a ampliação da participação e da integração dos atores da sociedade civil e dos movimentos sociais, tanto na esfera política, quanto na esfera do sistema de justiça, para a produção de *tutelas coletivas*, aos moldes do que se pode *chamar de direito responsivo*[38].

No lugar dos espaços de participação consultivos e reiterativos do estado de coisas como os conselhos que descrevemos acima, faz-se necessária a construção de instâncias participativas com poder de decisão e intervenção sobre as políticas voltadas para a segurança e as formas de atuação do Sistema de Justiça Criminal.

37 Essa nomenclatura foi definida por NONET & SELZNICK (2010).

38 Id. Ibid.



VII. VIOLÊNCIA LETAL E POLÍTICA: O CLIENTELISMO HOMICIDA

VII. 1. UMA NARRATIVA COMO ALEGORIA

Em uma tarde de julho de 2015, um grupo de moradores da Barbuda, um dos 108 bairros do município de Magé, fecha a Rodovia Magé-Manilha (BR-493) para protestar em razão da falta d'água. De modo a chamar a atenção das *autoridades* para o problema, eles ateiam fogo em pneus e montam barricadas com sofás e outros detritos que se acumulam às margens da rodovia. A Magé-Manilha (BR-493) é a principal via expressa do município de Magé. Ela margeia a cidade, conectando-a aos municípios vizinhos da Baixada Fluminense e desaguando em duas outras importantes vias de circulação da região, a Rodovia Rio-Teresópolis (BR-116), por um lado, e a Niterói-Manilha (BR-101), pelo município de Itaguaí. Dada a sua relevância, o fechamento da Magé-Manilha (BR-493) é sempre um *problema*, rendendo, portanto, uma boa estratégia de visibilização de demandas para os moradores da Barbuda. Com o fluxo de veículos totalmente interrompido por mais de meia hora, a Polícia Militar é acionada e tenta negociar a liberação da via, o que acaba se concretizando logo em seguida, pelo menos parcialmente. A manifestação, entretanto, não se dissipa de imediato e as pessoas permanecem no local até o início da noite.

Não é a vez primeira que isso acontece. Para todos os participantes deste "drama social"[39] – moradores, usuários da Magé-Manilha (BR-493) e mesmo a própria polícia -, o enredo do conflito já é bem conhecido. A falta d'água na Barbuda, tantas outras vezes, levou a população a fechar a rodovia. Uma rápida pesquisa na *internet* deixa isso bem claro. Um número considerável de vídeos e matérias jornalísticas dão notícia de outras manifestações de moradores, quase todas pelo mesmo motivo, a falta d'água. Naquele julho de 2015 o enredo, infelizmente, não fugiu às expectativas. Moradores fecharam a via, provocando *transtornos* ao fluxo da vida diária naquela parte da cidade. A polícia militar então chega e, com a promessa de intermediação das demandas dos manifestantes junto à Prefeitura, libera mais uma vez a Magé-Manilha.

Raramente a conflitualidade que emerge nessas situações parece ultrapassar as fronteiras tacitamente estabelecidas entre os participantes. O recurso à *violência* – encenada no fechamento da via, com fogo e palavras de ordem – não tende a ser totalmente disruptivo[40]. Mas o que essa *violência* ritualmente organizada do *protesto* diz para além daquilo que ela manifestamente pretende dizer? Que outros atores e relações sociais ela aciona para além do que se presta à apreciação imediata? Em suma, o que a análise da conflitualidade dessa "situação social"*[41]* pode nos dizer sobre a relação entre *violência* e *política* na Baixada Fluminense? Sigamos, nesse sentido, analisando os desdobramentos e antecedentes dos eventos daquele julho de 2015, tomando-os como ilustrativos dos processos sociais que, em última instância, os informam.

Naquela ocasião, além da cobertura da imprensa local, a interrupção do fluxo da Magé-Manilha (BR-493) rendeu também uma reportagem bastante robusta no programa televisivo Balanço Geral,

39 Ver TURNER, 1988, 2008. Para Victor Turner os "dramas sociais" são episódios de irrupção pública de tensão, eventos paradigmáticos de conflito que colocam em evidência as motivações dos agentes e explicitam a trama de valores compartilhados que informam suas condutas. Para Turner o valor sociológico desses eventos é que, no fluxo contínuo da vida cotidiana, os "dramas" configuram unidades do processo social isoláveis e passíveis de uma descrição pormenorizada, sendo desencadeados por situações de natureza política, em que os sujeitos discordam sobre o sentido e a pertinência de empreendimentos socias, em geral, de natureza econômica ou que afetem a vida e a sobrevivência material do grupo. As situações de cooperação, embora importantes para a análise sociológica, na concepção do autor, tendem a ser menos "dramáticas", portanto, menos suscetíveis à análise dos significados encenados em suas performances.

40 Na significativa memória virtual de reportagens e vídeos sobre as manifestações na Barbuda, não há notícia, por exemplo, de confrontos abertos com a polícia militar. Pelo contrário. Nos vídeos, as pessoas aparecem relatando seus problemas aos policiais e cooperando, em grande medida, com as orientações para a liberação parcial da Magé-Manilha (BR-493) etc.

41 Para efeitos da análise que nos propusemos realizar, *situação social* é tomada aqui no sentido que lhe atribui a chamada *Escola de Manchester*, enquanto uma espécie de dramatização ritual de estruturas de relações sociais mais perenes e profundas (GLUCKMAN, 1987; VAN VELSEN, 1987).

da Rede Record[42]. A matéria – de quase quatro minutos – retratava não só o fechamento da via, mas também a difícil situação dos moradores da Barbuda. Produto tardio da "febre loteadora" que, entre os anos 30 e 60, impulsionou a ocupação humana na Baixada Fluminense (ALVES, 2003), o bairro padece de problemas de infraestrutura típicos de uma área dita de *ocupação irregular*[43]: saneamento básico, asfaltamento, coleta regular de lixo etc. Segundo a reportagem, algumas ruas do bairro já estavam sem água havia dois meses. Pilhas de roupas e louça sujas se acumulavam nas residências, dando uma dimensão bastante gráfica à aflitiva situação de seus moradores.

A água na Barbuda é distribuída pela Companhia Estadual de Águas e Esgoto (CEDAE) por meio de *bicas comunitárias* e hidrantes. Pouquíssimas residências possuem água encanada. A CEDAE cobra uma espécie de taxa pela prestação do serviço, que, no geral, não é paga. Um sistema de bombas hidráulicas e mangueiras é montado pelos próprios moradores – às vezes com o auxílio de algum político local, às vezes cotizando-se o valor do equipamento entre os beneficiados – para levar água aos pontos desabastecidos do bairro. A Prefeitura de Magé tenta mitigar o problema por meio do recurso aos chamados *carros-pipa*. Semanalmente, esses caminhões, carregados de água potável, se distribuem pelas ruas da Barbuda enchendo as cisternas das casas ou qualquer outra forma de estocar água encontrada pelos moradores. A CEDAE também recorre aos *carros-pipa*.

No caso da Barbuda, é comum ainda que particulares comercializem água potável em galões e garrafas, lotando caçambas de caminhões que ficam estacionados nas vias de acesso ao bairro[44]. Ironicamente, não é incomum também que essa mesma água, vendida aos moradores, seja a água fornecida pela própria CEDAE, obtida em *pontos de furto* do sistema de abastecimento (encanamentos perfurados, hidrantes etc.). Nenhuma das medidas mencionadas acima poderia configurar – é claro – algo próximo de um padrão regular de abastecimento de água e o problema permanece, mesmo que mitigado, há pelo menos trinta anos. Em março de 2012, o então prefeito, Nestor Vidal, anunciou uma parceria com a CEDAE para a realização de obras de saneamento para "trazer a água para a Barbuda"[45]. Em 2014, dois anos depois, uma reportagem do coletivo de mídia 'O mangue' denunciava a persistência do problema da falta d'água, cobrindo mais uma manifestação na Magé-Manilha (BR-493)[46]. No vídeo, os moradores, obviamente, reclamam muito dessa situação e acusam a Prefeitura e a CEDAE de *privilegiar* determinadas áreas e ruas da Barbuda, em detrimento de outras.

Nesse ponto, faz-se crucial a menção também à centralidade das chamadas *lideranças comunitárias* no manejo local de todas essas medidas. A Prefeitura conta bastante com o auxílio das *associações de moradores*, por exemplo, para fazer o mapeamento da demanda por serviços, no estabelecimento de áreas prioritárias de intervenção, no cadastramento da população atendida etc. Por vezes, quando identifica-se a presença de grupos armados no território (*milicianos*, *traficantes* etc.), a essas *lideranças* também é atribuída a inglória missão de tentar garantir um mínimo de segurança para o andamento dessas e de tantas outras atividades. Inseridas nessa lógica, as pessoas passam

42 http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/balanco-geral-rj/videos/moradores-reclamam-de-falta-de-agua-no-bairro-barbuda-em-mage-baixada-fluminense-15102015 [acesso em 26/12/2016].

43 Quando se diz que a ocupação de uma determinada área é "irregular" supõe-se que seus moradores não possuem o "título de propriedade" – documento que formaliza juridicamente a aquisição/transferência de um bem, no caso, de um terreno ou área construída – do solo sobre o qual erigiram suas casas e suas vidas, estando, portanto, sujeitos à ameaça constante de desapropriação. Sua situação dita *precária*, juridicamente falando, tende a implicar também na precarização *de facto* de suas condições de vida – como bem retrata a matéria feita pela Rede Record.

44 Durante a realização do trabalho de campo, no acesso à Duque de Caxias via Magé, pude ver vários desses caminhões parados nos acessos ao bairro da Barbuda, apinhados de galões de água.

45 http://www.correiodobrasil.com.br/prefeitura-de-mage-lanca-obras-de-abastecimento-de-agua-da-barbuda/ [acesso em 26/12/2016].

46 https://www.youtube.com/watch?v=bkHPBsJE-l4 [acesso em 26/12/2016].

a acumular prestígio e reputação (BOURDIEU, 1989; 1992)[47], frequentar outros espaços e círculos sociais, conhecem atores em posições-chave no poder público e na iniciativa privada e com eles estabelecem circuitos mais amplos de trocas e alianças[48].

Um *capital político* significativo tende a se concentrar em torno da figura da *liderança comunitária* e seu lugar na estrutura de poder municipal passa a ser definido, principalmente, pela *quantidade de votos que possui*, pelas pessoas que *votam com ela*[49]. Esse *capital político-eleitoral* é muito valorizado, podendo ser empregado à serviço de terceiros, políticos em busca da ampliação de suas *bases eleitorais*, mas também em prol da construção de uma *carreira política* própria. Quando a projeção social e força carismática da *liderança* têm potencial para extrapolar suas bases locais – sem se perder, obviamente, dos vínculos com seu *reduto eleitoral* originário -, uma candidatura para o legislativo municipal é vista como um começo auspicioso para uma bem sucedida trajetória na política[50].

Entretanto, a centralidade do papel da *liderança comunitária* não as livra de controvérsias e desconfianças em torno do seu lugar nessa estrutura. A *liderança* carrega, para *os de fora*, o estigma da *associação* e da *conivência*. Sobre ela paira sempre a suspeita de vinculação a todo tipo de ilegalidades que porventura ocorram na *sua comunidade*: tráfico de drogas, furto de energia, de sinal de TV a cabo etc. Entre *os seus*, por sua vez, são comuns os rumores de *favorecimento*. Acusam-na de atuar em causa própria e/ou de terceiros (seus *chegados*, sua *base política*) na distribuição das benesses decorrentes de sua proximidade com a política, a administração pública e a iniciativa privada[51].

No bairro da Barbuda, esse *lugar* prestigioso e controverso era ocupado, até bem pouco tempo, por Aga Lopes Pinheiro. Aga foi morta a tiros quando estava num bar, próximo à sua residência na Barbuda, no dia 12 de julho de 2016, por volta das dez da noite. Quatro homens desceram de um carro em frente ao estabelecimento em que ela, seu companheiro e um amigo estavam e fizeram várias disparos na direção dos três. Apenas Aga foi atingida fatalmente; seu marido saiu ferido e seu amigo nada sofreu. Para a Polícia Civil, as características do crime e o *modus operandi* de seus perpetradores indicavam claros sinais de *execução*. Além de *presidente da Barbuda*[52], Aga também era pré-candidata a Vereadora pelo DEM, partido que entraria na composição da candidatura de

47 A questão aparece na obra de Pierre Bourdieu, de modo mais central, em sua discussão sobre a gênese e o funcionamento dos "campos" enquanto "mercados de bens simbólicos". Nestes "mercados", os sujeitos e grupos disputam no sentido de afirmar uma posição, distinguir-se nas hierarquias sociais que organizam os "campos" por meio da acumulação de "capital simbólico" ou "reputação" (BOURDIEU, 1989; 1992).

48 No sentido atribuído por Marcel Mauss em seu "Ensaio sobre a Dádiva". Para o autor, o "dever de reciprocidade" é o fundamento do mercado e do direito primitivos. O presente dado contém, de forma implícita, o "dever de retribuição e lá, onde se trocam objetos, com eles e por meio deles, trocam-se também lealdades, alianças e afetos que instituem direitos e deveres nas relações sociais no tempo entre uma dádiva recebida e uma dádiva retribuída (MAUSS, 2003).

49 Toda uma política nacional se estrutura sobre esses termos no Brasil, alavancada por circuitos de reciprocidade que se projetam a partir de bases locais. Lugar outrora ocupado pelos famigerados *coronéis*, proprietários de terras e de pessoas, na passagem do Império à República (LEAL, [1948] 2012), hoje dá lugar a um sistema de cooptação e favorecimento mais disperso, porém não menos poderoso e efetivo. Não obstante o fato do *coronelismo* ser um sistema político restrito ao período da Primeira República (CARVALHO, 1997) , o mandonismo – relação de domínio exercida, muitas vezes pela força, por um chefete local – e o clientelismo – caracterizado pela troca de favores privados que têm a coisa pública como "moeda" – são práticas que ainda estruturam a lógica do contexto em questão.

50 Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, ver: DA SILVA, Luiz Antônio Machado. A política na favela. Cadernos brasileiros, v. 41, p. 35-47, 1967.

51 A despeito de seu apelo e verossimilhança, a trajetória narrada acima não passa de um exercício de idealização. Ela não pertence a ninguém em específico. Não há uma pessoa "de carne e osso" por trás dela. Enquanto "tipo ideal" (WEBER, 1999), ela é uma derivação projetada a partir de um exercício de observação detida de vários casos concretos, cujas especificidades são deixadas de lado em prol de uma generalidade explicativa que seja sociologicamente relevante. O que se pretende ilustrar, nesse caso, é o lugar estrutural das chamadas "lideranças comunitárias" na organização da política eleitoral na Baixada Fluminense.

52 Aga era, na verdade, presidente da Associação de Moradores da Barbuda. A expressão *presidente da Barbuda* é uma espécie de reducionismo – muito comum nas favelas e periferias, na verdade – que toma essa função como um tipo de cargo para-político de gestão da *coisa pública* e dos serviços concedidos (água, luz etc.) em áreas marcadas por irregularidades e pela precariedade jurídica dos títulos de propriedade. Não é habitual, por exemplo, ao se referir ao cargo de presidente da associação de moradores de um *bairro nobre,* como Copacabana ou Ipanema, que os afiliados e moradores utilizem essa mesma expressão.

Renato Cozzolino à Prefeitura de Magé[53]. Por conta dessa condição, especulou-se sobre uma possível *motivação política* para o crime e Aga chegou a ser computada, à época, como a 11º morte ocorrida no *período pré-eleitoral* na Baixada Fluminense[54].

Depois de Aga, duas outras *execuções* ainda ocorreriam na região, a de Osvaldo "Ratinho" (PDT), político tradicional em Nilópolis, também candidato a Vereador[55]; e a de Alan Moreira, cabo eleitoral do Vereador Alex "do Gás" (PMDB), sequestrado, torturado e morto por "bandidos da comunidade Parque Esperança" em Belford Roxo, por ter sido "confundido com um policial militar"[56]. A imprensa nacional e internacional deu bastante visibilidade ao fenômeno, ressaltando o *caráter político* das mortes. Segundo os jornais, em um ano (ago/2015-ago/2016) 02 (dois) vereadores eleitos e 11 (onze) candidatos ou pré-candidatos aos legislativos municipais na Baixada Fluminense teriam sido *executados* em razão de sua *atuação política* na região. Em setembro de 2016, entretanto, os jornais noticiaram que a Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense (DHBF), unidade responsável pelas investigações, por meio de seu titular, declarou ter descartado a *linha de investigação* de *crime político* de 11 (onze) dos 13 (treze) casos sob escrutínio das autoridades policiais[57]. Ocorre, contudo, que, sendo muito tênues as fronteiras entre as diferentes atividades criminosas e as trajetórias políticas na região, soa ao menos apressada essa dissociação entre as ditas mortes e eventuais motivações políticas. Note-se, adicionalmente, que, o trânsito mundo do crime/mundo da política parece funcionar em mão dupla. A proximidade ou participação em redes criminosas tanto pode alavancar carreiras políticas quanto a inserção na política tende a salvaguardar trajetórias próximas ou integradas a atividades criminosas.

À época estávamos em meio ao trabalho de campo da presente pesquisa, fazendo entrevistas e observações *in loco*, e o posicionamento da Polícia Civil nos chamou a atenção. Já vínhamos acompanhando as chamadas *mortes violentas intencionais* na região por meio da imprensa e resolvemos montar uma espécie de *dossiê* com informações – todas disponíveis na *internet* – sobre os casos e as trajetórias das vítimas dos 13 (treze) crimes. Foram consultadas reportagens, vídeos, perfis em redes sociais, documentos públicos (diário oficial, pareceres de processos, auditorias etc.), enfim, todo o material que resultasse de basicamente duas chaves principais de pesquisa: o nome da vítima (incluindo seu *vulgo político*) e o local da cidade identificado como seu *reduto eleitoral*. Nossa intenção foi reunir o máximo de informações possível sobre a *trajetória política* dos envolvidos – suas militâncias, alianças, desafetos, filiações etc.

Certo está – e esperamos conseguir dissipar esse equívoco logo de partida – que jamais nos arvoraríamos em nos dedicar a uma pesquisa como esta com o intuito de questionar o posicionamento da Polícia Civil. Entretanto, entendemos também que seria sociologicamente relevante explorar as concepções de *política* e *crime político* que informam esse posicionamento, confrontando-as com as percepções coletadas a partir da pesquisa. Dessa forma, explicitando, em contraste, o modo como estas concepções recortam e classificam os acontecimentos, esperamos

53 No pleito em questão, Renato Cozzolino foi derrotado por Rafael "Tubarão" (coligação PPS / PSDB / PT / PSB / PMN / PP / PHS / PT do B / PSD / PMB / PC do B). A família Cozzolino é bastante tradicional na vida política da Baixada Fluminense, com forte influência no município de Magé, onde foram acusados de fraudar licitações e contratos da Prefeitura. Uma das testemunhas do caso, o comerciante Yacemir de Oliveira Fernandes, foi executado com tiros de fuzil em 29 de dezembro de 2010, 40 dias depois de prestar depoimento ao Ministério Público sobre o funcionamento do esquema de desvio de dinheiro público supostamente orquestrado por membros da família Cozzolino.

54 http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/07/morte-de-pre-candidata-do-rj-pode-ter-sido-execucao-diz-policia.html [acesso em 26/12/2016]

55 http://extra.globo.com/casos-de-policia/candidato-vereador-morto-tiros-na-baixada-fluminense-19946667.html#ixzz4KKFt39e8 [acesso em 26/12/2016]

56 http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/08/policia-investiga-assassinato-de-cabo-eleitoral-na-baixada-fluminense.html [acesso em 26/12/2016]

57 http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/09/policia-cre-em-motivacao-politica-em-so-2-de-13-mortes-na-baixada-rj.html [acesso em 26/12/2016].

elucidar as conexões entre *violência* e a *política* na Baixada Fluminense, a partir do nexo entre a operação dos mercados ilegais e existência de um clientelismo homicida.

Nesse sentido, o caso de Aga é extremamente ilustrativo. Sua morte foi uma daquelas descartadas no cômputo da Polícia Civil, pois, segundo a *linha de investigação* adotada pela DHBF, o crime não teria *motivação política*. O que a história de vida e morte de Aga Pinheiro e o drama dos moradores da Barbuda nos provocam a pensar é que, para além do que é possível *comprovar*, em termos de *autoria* e *materialidade*, na construção do *inquérito policial* e na condução da *investigação*, existe um mundo complexo de relações historicamente construídas que podem ser lidas a partir desses crimes. Para viabilizar sociologicamente essa *leitura*, nas linhas que seguem, buscaremos apresentar um breve panorama dos demais casos.

VII. 2. PANORAMA DOS CASOS: EXPLORANDO CONTROVÉRSIAS ENTRE O *POLÍTICO* E O *NÃO-POLÍTICO*

Os dois casos episódios considerados *crimes políticos* pela Polícia Civil, depois de iniciadas as investigações, foram os casos das mortes de Geraldo Cardoso Gerpe (PSB), o "Geraldão", em Magé, e o de Luciano Nascimento Batista (PCdoB), o Luciano "DJ", em Seropédica, ambos Vereadores eleitos em exercício nas respectivas cidades. Em ambos os casos, os levantamentos na imprensa dão notícia de um conflito aberto entre o Legislativo e o Executivo municipal.

Luciano foi morto na madrugada do dia 15 de novembro de 2015, ao lado de sua caminhonete blindada[58], quando saía de uma conhecida casa de show em Seropédica, onde costumava se apresentar como "DJ". Na imprensa, recebeu destaque o fato do Vereador ter faltado à votação que caçaria o mandato do então Prefeito Alcir Fernando Martinazzo (PSB), que acabou não se realizando por falta de *quórum*[59]. O conflito entre o Prefeito e a Câmara de Vereadores em Seropédica já era bem conhecido na cidade. O então Presidente da Câmara, Wagner Vinícius de Oliveira, o "Waguinho do Emiliano" (PRB), policial militar licenciado, participou ativamente da articulação no legislativo para a cassação de Martinazzo, assumindo por três vezes interinamente a Prefeitura do município[60]. Luciano "DJ" era presidente da Comissão de Segurança Pública e da Comissão do Programa "Minha Casa Minha Vida" na Câmara de Vereadores de Seropédica. Muito embora as matérias buscadas em *sites* de notícias não tenham dado destaque a essa informação, o programa SBT Rio de 16 de novembro de 2015 levanta a hipótese de sua participação na *milícia* local[61].

Geraldo Gerpe, por sua vez, foi morto a tiros nas dependências da própria Câmara Municipal de Magé, presidida, à época, por Rafael Tubarão (PPS), atual Prefeito eleito da cidade. No dia 13 (treze) de janeiro de 2016, um homem, que estava no estacionamento da Câmara, surpreendeu o Vereador quando este estava ao lado do seu carro. "Geraldão", que, um ano antes, tinha sido inocentado de um processo de "fraude eleitoral" e "compra de votos"[62], presidia uma Comissão Especial

58 O fato de Luciano "DJ" utilizar um veículo blindado é bastante ilustrativo da percepção de risco implicada no exercício de mandatos públicos na região. Por ocasião do trabalho de campo realizado pela equipe de Duque de Caxias e São João de Meriti, quando da entrevista com os representantes do Poder Legislativo, percebemos o caráter corriqueiro dessa medida. Em São João de Meriti, especialmente, os Vereadores entrevistados afirmaram que vários colegas e colaboradores (assessores, cabos eleitorais etc.) já foram vítimas de atentados e que, aqueles que podem custear o serviço, tendem a adquirir veículos blindados ou blindar seus veículos particulares e funcionais.

59 http://extra.globo.com/noticias/extra-extra/sessao-que-votaria-cassacao-de-prefeito-de-seropedica-alcirmartinazzo-adiada-por-falta-de-quorum-18029886.html [acesso em 26/12/2016].

60 Desde que se emancipou de Itaguaí, em 1995, a cidade teve quatro prefeitos e só o primeiro cumpriu mandato sem interrupções.

61 https://www.youtube.com/watch?v=dMDqu_2_6Rw [acesso em 26/12/2016].

62 http://www.elizeupires.com/index.php/876-juizainocenta [acesso em 26/12/2016].

de Inquérito (CEI) que investigava denúncias de fraudes em contratos e licitações contra o então Prefeito Nestor Vidal (PMDB), do qual tinha sido, ele mesmo, Secretário de Ordem Pública[63].

No extremo oposto, dois casos foram logo descartados pela Polícia Civil como *crimes passionais ou por motivo fútil*, as mortes de Nelson Gomes Souza (PMN), o Nelson "Lilinho", policial militar reformado, ex-Vereador de São João de Meriti, que exercia o cargo de subsecretário administrativo na secretaria de segurança do município; e de Darlei Gonçalves Braga (PTB), que morreu em Paracambi, mas era ex-Vereador em Japeri. Sobre as circunstâncias da morte de Darlei, há pouca coisa disponível na *internet*. Noticia-se apenas que morreu em casa e que o crime teria *motivação passional*. Consta também uma impugnação de candidatura ao legislativo estadual por "improbidade administrativa" em 2010[64]. Sobre Nelson "Lilinho", também não há muito. Segundo o levantamento nas fontes da imprensa na *internet*, ele teria sido morto com três tiros – dois atingiram a nuca, um o ombro – depois de uma "briga de trânsito", próximo a sua residência, no bairro de Tomazinho em São João de Meriti[65]. Dois homens em uma moto, cerca de quinze minutos depois de uma discussão com "Lilinho", teriam retornado ao local e disparado quatro vezes contra o ex-Vereador. A moto em que estavam, segundo os relatos, teria sido atingida acidentalmente pelo veículo de Nelson "Lilinho". Em apenas uma matéria consultada, há menção de que o ex-Vereador teria sacado uma arma e agredido o condutor da moto antes de ser alvejado[66]. Alguns *blogs* e jornais locais chegaram a mencionar a hipótese de *execução*. "Lilinho", segundo informam esses veículos, teria "discutido com traficantes da localidade"[67].

Nas matérias consultadas, as notícias sobre a morte de "Lilinho" vinham frequentemente associadas a Marco Aurélio Lopes (PP), o Marco Aurélio "Do Sabugo", Vereador por Paracambi. Marco Aurélio era policial militar licenciado – informação que tende sempre a ganhar destaque nas matérias sobre os casos, em detrimento de outras ocupações – e foi assassinado menos de 24 horas depois de Nelson "Lilinho", fatores que aparentemente contribuíram para a associação entre os crimes na imprensa[68]. Marco Aurélio foi morto na casa dos pais, no bairro do Sabugo, seu *reduto eleitoral*. Ele estava com outras sete pessoas na varanda da casa, por volta das dez horas da noite, quando dois carros passaram atirando. Apenas Marco Aurélio foi atingido. Era o seu primeiro mandato no legislativo municipal e os próprios familiares, segundo a imprensa, imediatamente descartaram qualquer *motivação política* para o crime, "pois o vereador era muito querido na cidade"[69].

A morte de Marco Aurélio foi associada também, em algumas reportagens, aos casos de Aga Lopes Pinheiro (DEM) e Anderson Gomes Vieira (PRB), ambos pré-candidatos a Vereador, ela pelo município de Magé, ele por Nova Iguaçu. Ambos eram lideranças comunitárias reconhecidas e a imprensa noticiou, à época, a hipótese de participação do *tráfico de drogas* nas *execuções*. Em

63 O próprio Vidal, eleito em 2011, chegou ao poder depois da cassação da então Prefeita Núbia Cozzolino (PMDB) e do seu vice, Rozan Gomes da Silva (PSL). Após um breve período à frente da Prefeitura, Rozan também foi afastado por denúncias de enriquecimento ilícito e desvio de recursos públicos e a cidade foi interinamente governada por Anderson Cozzolino (PMDB), então presidente da Câmara, também investigado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público por fraudes e crimes eleitorais. A família Cozzolino é a principal protagonista da agitada vida política de Magé, desde o início dos anos 80, quando Renato Cozzolino se elegeu Prefeito, iniciando a saga dos Cozzolino na vida política da cidade. Em 2009, Núbia foi destituída do cargo por denúncias de formação de quadrilha e peculato por fraudes na folha de pagamento e em licitações. Desde 1997, 10 (dez) "políticos" – entre Vereadores, Vice-Prefeitos e Secretários de Governo – foram assassinados na cidade de Magé.

64 http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/ficha-limpa-impede-quatro-candidaturas-no-rio/n1237738353752.html [acesso em 26/12/2016].

65 http://extra.globo.com/casos-de-policia/ex-vereador-de-sao-joao-de-meriti-morto-na-baixada-fluminense-18313163.html [acesso em 26/12/2016].

66 http://www.panorama.com.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=25438:rj-vive-tempo-do-foroeste&Itemid=21 [acesso em 26/12/2016].

67 http://jornalhoje.inf.br/wp/?p=16193 [acesso em 26/12/2016].

68 http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-12-17/vereador-e-assassinado-na-baixada-fluminense.html [acesso em 26/12/2016].

69 http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2015/12/vereador-de-paracambi-assassinado-sera-enterrado-nesta-quinta-feira.html [acesso em 26/12/2016].

matéria do jornal El Pais, por exemplo, Marco Aurélio, Aga e Anderson foram identificados como "lideranças comunitárias [que] tinham incomodado o tráfico proibindo a venda de drogas em seus bairros"[70].

O caso de Anderson Gomes Vieira, o Anderson "Soró", como era conhecido, trás alguns elementos novos para pensarmos a relação entre *violência* e *política* na Baixada. Aga Pinheiro é a única mulher constante em nosso universo de casos; "Soró", por sua vez, é a única vítima "não-policial" entre os casos em que se noticia algum tipo de relação com a área de segurança pública por parte das vítimas. Anderson estava em seu carro em frente à escola particular em que era diretor, no bairro de Corumbá, seu *reduto eleitoral* e local de militância, quando dois carros passaram atirando e atingiram o pré-candidato e um amigo, que estava no banco do carona. Ambos morreram. Era sua primeira investida como candidato a Vereador. Nas matérias sobre a morte de "Soró", recebeu destaque seu papel como "líder comunitário e ativista na área de segurança pública"[71] e também como "membro ativo do Conselho Comunitário de Segurança" de Nova Iguaçu[72]. Em uma das notícias, uma pessoa próxima ao pré-candidato afirmou que, cerca de cinco horas antes de ser morto, Anderson "Soró" teria anunciado em seu perfil em uma rede social que tinha conseguido uma viatura da Polícia Militar para o bairro de Corumbá[73].

Alan Moreira foi a única morte associada ao *tráfico de drogas*, cuja *vítima* não era considerada uma *liderança comunitária*. Alan sequer era *político* ou tinha pretensões manifestas de candidatura para qualquer *cargo eletivo*. Ele era agente de trânsito e cabo eleitoral do candidato a Vereador por Belford Roxo, Alex Martins da Silva (PMDB), conhecido como "Alex do Gás". Além de candidato, Alex é também dono de diversos depósitos de gás no município.

A morte de Alan, entretanto, trouxe elementos interessantes à análise que nos propusemos fazer aqui. Uma primeira característica que chama atenção é que, muito embora não seja o caso mais amplamente noticiado, o assassinato de Alan é o que apresenta a maior diversidade de informações entre as fontes pesquisadas. Enquanto nos demais casos o que há, no geral, é uma repetição das reportagens dos principais veículos de imprensa – notadamente, O Globo, Extra e O Dia -, no caso de Alan quase todas as matérias consultadas agregavam alguma nova informação ou versão ao que aconteceu. Reunindo o conjunto de referências encontradas na rede para o caso, a própria dinâmica dos eventos associada a sua morte é bastante significativa. Alan foi morto na noite do dia 28 (vinte e oito) de agosto de 2016, quando o carro em que estavam ele, "Alex do Gás", a esposa e um outro cabo eleitoral foi cercado por *traficantes* da comunidade Parque Esperança, em Belford Roxo[74]. Alan e os demais ocupantes do veículo foram levados para o ponto mais alto da favela e lá foram agredidos e torturados. "Alex do Gás" conseguiu escapar atirando-se de uma "ribanceira". A esposa dele e o outro cabo eleitoral foram liberados pelo grupo. Alan teria sido *executado* "por ter sido confundido com policial militar e miliciano". Seu corpo foi recuperado dois dias depois em uma *operação policial*, pois, ao que tudo indica, os *traficantes* de Parque Esperança teriam exigido da família o pagamento de uma espécie de "resgate". Essa dimensão, digamos, "mercantil" dos eventos se repete quando os veículos consultados levantam a hipótese de que a morte de Alan, em

70 http://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/15/politica/1473968249_487430.html [acesso em 26/12/2016].

71 http://www.conectabaixada.com.br/seguranca-publica/2016/06/01/pre-candidato-a-vereador-e-morto-em-nova-iguacu/ [acesso em 26/12/2016].

72 http://jornalhoje.inf.br/wp/?p=25487 [acesso em 26/12/2016].

73 http://www.camacarinoticias.com.br/noticias/3/19105,candidato-a-vereador-ce-assassinado-a-tiros-em-frente-ca-colcegio.html [acesso em 26/12/2016].

74 Um vídeo de uma câmera de segurança exibido no programa Cidade Alerta mostra o momento da abordagem [http://tv.r7.com/record-play/rio-de-janeiro/cidade-alerta-rj/videos/agente-de-transito-e-torturado-e-morto-na-baixada-fluminense-06102016, em 26/12/2016].

última instância, se deveu ao fato de "Alex do Gás" não ter pago o "pedágio" que seria cobrado por *traficantes* para a realização de *campanhas políticas* nas comunidades de Belford Roxo[75].

A forma como foi repercutido o caso de Alan explicita claramente a existência de uma forte articulação entre o cotidiano da política *stricto sensu* na região e o controle territorial armado característico do modo de atuação de organizações criminosas como o *tráfico* e a *milícia*. Essa indicação foi amplamente corroborada pela pesquisa de campo. Em diversas entrevistas faz-se menção a prática do "pedágio" como artifício e condição para realização de campanhas políticas e o acesso ao eleitorado em regiões sob domínio armado destas organizações na Baixada Fluminense.

Além disso, um outro ponto interessante é que as notícias sobre a morte de Alan Moreira também eram as mais carregadas de juízos morais, agregados a partir de comentários de "especialistas" e "operadores" da área de segurança pública. Em reportagem do jornal O Dia, o Coronel reformado Paulo César Lopes afirma que esse tipo de crime é "típico da Baixada que ostenta nitidamente características medievais, feudais, prevalência do obscurantismo e forças do poder sob o domínio do mal. A ordem é a desordem. Carece de uma intervenção para restauração da ordem e submissão ao império da lei"[76]. Na matéria do programa Cidade Alerta, da Rede Record, a repórter, quando falava sobre os três jovens identificados como *autores do crime*, afirma que eles foram soltos da prisão naquele ano, um deles menos de um mês antes "de tirar a vida de mais um jovem trabalhador e cheio de planos". A declaração de um Delegado de Polícia, entrevistado na ocasião, finaliza a reportagem:

> *"agora eu lhe pergunto, se os três estivessem presos com certeza a vida desse rapaz teria sido poupada; enquanto o Brasil insistir nessa política de despenalização e desencarceramento, infelizmente, quem vai pagar por isso vai ser a população; então os pais vão continuar enterrando seus filhos e os filhos vão continuar enterrando seus pais"*[77]

As mortes de Sérgio da Conceição de Almeida Junior (PSL), Denivaldo Meireles da Silva (sem partido) e Leandro da Silva Lopes (PSDB), segundo a imprensa, foram associadas pela Polícia Civil à atuação de *grupos milicianos* envolvidos no furto de combustíveis dos canais de abastecimento da Petrobrás em Duque de Caxias. Além desta vinculação à *milícia*, os três casos chamam a atenção pela extrema violência. Leandro da Silva Lopes, também conhecido pelo *vulgo político* de "Leandrinho de Xerém", foi a primeira da sequência de três *execuções*. Ele era comerciante, proprietário de um depósito de água e gás, e foi morto em um bar na Praça da Pedreira, em Xerém, no dia 08 (oito) de junho de 2016, por volta das sete e meia da noite. Três homens encapuzados, armados com um fuzil e duas pistolas, surpreenderam o comerciante quando ele pegava um café no balcão do estabelecimento, onde ele passara o início da noite jogando sinuca. Leandro foi morto com pelo menos dez tiros, desferidos quase à queima-roupa. Dentre os catorze casos analisados aqui, este foi o único em que houve menção na imprensa de *anotações criminais* da *vítima*. Em todas as notícias sobre o crime há menções a "passagens pela polícia por suspeita de homicídio"[78] e outra por "porte ilegal de armas"[79].

Sérgio da Conceição de Almeida Junior, mais conhecido como "Berém do Pilar", foi a segunda vítima associada à atuação da *milícia* em Duque de Caxias. Ele foi assassinado na manhã do dia

75 http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-08-31/cabo-eleitoral-e-morto-na-baixada-fluminense.html, em 26/12/2016].

76 http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-08-31/cabo-eleitoral-e-morto-na-baixada-fluminense.html [acesso em 26/12/2016].

77 http://tv.r7.com/record-play/rio-de-janeiro/cidade-alerta-rj/videos/agente-de-transito-e-torturado-e-morto-na-baixada-fluminense-06102016 [acesso em 26/12/2016].

78 http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/comerciante-e-assassinado-em-xerem-na-baixada-fluminense.html [acesso em 26/12/2016].

79 http://www.noticiasdenovaiguacu.com/2016/07/dh-investiga-suspeita-de-ligacao-entre.html [acesso em 26/12/2016].

02 (dois) de julho de 2016, no bairro do Pilar, onde residia[80]. O pré-candidato tinha acabado de entrar em seu carro[81], estacionado na porta de casa, quando foi abordado por um outro veículo, que começou a atirar. Uma câmera de segurança capturou o momento em que "Berém" foi assassinado. As cenas são realmente dramáticas. "Berém", já gravemente ferido, ainda consegue sair de seu carro e, caído no chão, é diversas vezes alvejado por um homem encapuzado, que realiza diversos disparos, dez deles atingiram a cabeça da *vítima*. Os *autores* utilizaram armas de diversos calibres – inclusive fuzis – e usavam luvas brancas. Em uma das matérias sobre o caso, um morador – que, obviamente, "não quis se identificar" – disse sobre "Berém do Pilar" e sua candidatura ao legislativo municipal, "não sabia que ele seria candidato a vereador. Todo mundo aqui conhecia ele. Era o cara que resolvia tudo"[82].

Denivaldo Meireles da Silva, por sua vez, foi morto na saída de um shopping em Duque de Caxias no dia 06 (seis) de julho de 2016. Imagens de câmeras de segurança – como no caso de "Berém do Pilar" – foram centrais na construção do caso na imprensa. No vídeo, Denivaldo aparece dirigindo seu carro, com a esposa e o filho de oito anos, que estava no banco de trás do veículo. Dois homens, usando camisas da Polícia Civil, entram na frente do carro de Denivaldo e disparam pelo menos 14 vezes contra o parabrisa. Denivaldo, que era segurança privado, morreu na hora; a esposa, dias depois. Os autores não estavam encapuzados e utilizaram "munição restritas às forças de segurança", como foi noticiado[83]. No veículo utilizado no crime, abandonado a 400 metros do local em que Denivaldo foi morto, foi encontrado um distintivo da Polícia Civil.

As outras três vítimas associadas à atuação da milícia na Baixada Fluminense são Júlio César Reis (PCdoB), Manoel Primo Lisboa (sem partido) e Oswaldo da Costa Silva (PDT). Os títulos das matérias sobre a morte de Manoel Primo Lisboa destacam o fato dele ser "candidato à Vereador" e "subtenente da polícia militar". Ele foi morto na tarde do dia 17 (dezessete) de junho de 2016, quando ele e a esposa conversavam no carro, estacionados em uma esquina movimentada do bairro Cabuçu, em Nova Iguaçu. Quatro homens armados saíram de um carro e fizeram vários disparos na direção do casal. Pelo menos oito atingiram o veículo. Primo morreu no local; a esposa, dias depois. O subtenente era lotado no 20ºBPM, responsável pela área do município. As notícias sobre o assassinato vieram frequentemente associadas na imprensa a outras sobre uma *operação conjunta* realizada pela Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas e de Inquéritos Especiais (Draco) e pela Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança (SsInt/SESEG), com o apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público dois meses depois da morte de Primo. O objetivo da *operação* era desmantelar a atuação da *milícia* em Nova Iguaçu, que tem no bairro de Cabuçu um importante *reduto* e que, segundo as notícias na *internet* sobre a ação, tinha em Primo uma de suas "principais lideranças"[84]. Foi a partir da morte dele, segundo consta, que a operação foi desencadeada.

Os títulos das notícias sobre a morte do candidato a Vereador Júlio César Fraga Reis também colocam em destaque sua vinculação institucional à Polícia Militar e o fato de ser ele o "13º

80 O bairro do Pilar foi identificado por diversos interlocutores da pesquisa como uma "área de milícia".

81 Essa é uma característica que, no universo de casos analisados, foi também identificada como uma constante, a presença do carro como meio (de proteção, deslocamento etc.) para os *autores* e como circunstância de vulnerabilidade das *vítimas* (desatenção, imprevidência,, descuido etc.), ocasião em que são atacadas por seus agressores. Os veículos utilizados nos crimes, quando encontrados, são identificados como roubados nos registros da Polícia Civil.

82 http://extra.globo.com/casos-de-policia/moradores-relatam-guerra-entre-milicias-onde-pre-candidato-vereador-foi-executado-na-baixada-fluminense-19641839.html#ixzz4VGWc143e [acesso em 26/12/2016].

83 http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-07-07/suspeitos-de-matar-homem-usaram-municao-restrita-as-forcas-de-seguranca.html [acesso em 26/12/2016].

84 Entre os presos na operação, está Germano Silva de Oliveira (PMDB), o "Maninho de Cabuçu", candidato a vereador por Nova Iguaçu e ex-Subsecretário de Governo da Prefeitura de Nova Iguaçu até junho de 2016 [http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/09/draco-faz-operacao-para-prender-milicianos-em-nova-iguacu-rj.html, em 26/12/2016].

candidato a vereador morto na Baixada Fluminense"[85]. Júlio César era 3º sargento e estava, à época, lotado na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do São Carlos, localizada na região central do Rio de Janeiro. Ele foi morto na madrugada do dia 20 (vinte) de agosto de 2016, no bairro Boa Esperança, em Seropédica, atingido por vários tiros de pistola (9mm e .40) quando saia de uma festa e seguia em direção ao seu carro. Um homem que o acompanhava também foi morto e uma mulher, que estava com os dois, saiu ferida[86]. Júlio César era amigo de Luciano "DJ", Vereador em Seropédica, morto em novembro do ano anterior. De modo geral, as matérias sobre o caso se repetem, reproduzindo as informações noticiadas pelos jornais de grande circulação. As notícias da morte de Júlio César também aparecem vinculadas a matérias publicadas à época sobre ataques sofridos por policiais em serviço nas UPP[87].

Osvaldo da Costa Silva, o Osvaldo "Ratinho", é retratado nas reportagens consultadas como um político "tradicional" de Nilópolis. As matérias destacam sua "longa trajetória política" na cidade, em que exerceu cargos como vice-Prefeito nos mandatos de Farid Abrahão (PTB) e Sérgio Sessim (PP)[88]; foi Vereador, Presidente Regional do PDT[89] e Secretário de Meio Ambiente[90] na gestão de Alessandro Calazans (PMDB), cargo do qual pediu afastamento para concorrer ao legislativo municipal no ano em que foi morto. As fontes de consulta sobre a sua vida e morte na *internet* são bem mais abundantes. Foi possível retomar alguns episódios de sua *trajetória política* em Nilópolis, além de matérias sobre seu funeral, missa de sétimo dia e desdobramentos da investigação do crime. Os demais casos analisados não possuem essa mesma característica[91]. "Ratinho" foi morto por volta das oito da manhã do dia 18 (dezoito) de agosto de 2016, quando saia de sua residência, na região central de Nilópolis, para seguir para o Diretório do PDT na cidade. Ele estava no banco do carona de seu carro quando um homem encapuzado aproveitou a abertura de um portão

85 http://oglobo.globo.com/rio/pm-o-13-candidato-vereador-morto-na-baixada-fluminense-19963488 [acesso em 26/12/2016].

86 Em uma reportagem produzida pelo programa "Fala Seropédica" afirma-se que a "mulher", na verdade, era esposa de Júlio César e o "homem" seu "amigo de infância". Na matéria, além da hipótese de que o assassinato poderia ter sido motivado pela candidatura de Júlio César ao legislativo municipal, por desagradar a *milícia* local, menciona-se também como possíveis motivações o "simples fato de ser policial militar" e "vingança" [https://www.youtube.com/watch?v=-LTKXzt2RVQ, em 26/12/2016].

87 http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/08/um-pm-foi-morto-e-outro-ferido-em-sabado-violento-no-rj.html [acesso em 26/12/2016].

88 Osvaldo "Ratinho" chegou a exercer, por um breve período, o cargo de Prefeito de Nilópolis durante o afastamento de Sérgio Sessim, licenciado para concorrer a reeleição no pleito de 2012. Sessim é primo de seu antecessor na Prefeitura, Farid Abrahão David, e do controverso ex-presidente da Beija Flor de Nilópolis, Aniz Abrahão David. Na gestão do primo exerceu os cargos de Secretário de Obras e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

89 Em matéria do site imirante.com, com fonte atribuída à Globo News, do dia doze de setembro de 2003, Osvaldo "Ratinho" figura em uma polêmica com o, à época, Presidente do então PFL, Rodrigo Maia, por ter afirmado possuir "características da ideologia partidária do PT". "Ratinho" foi "expulso e desligado" do partido em razão dessas declarações. Sua filiação ao PT acabou não ocorrendo e Osvaldo "Ratinho" foi para o PDT [http://imirante.com/brasil/noticias/2003/09/12/pfl-decide-expulsar-vice-prefeito-que-fez-elogios-ao-pt.shtml, em 26/12/2016].

90 Em matéria do Nilópolis Online, o veículo insinua que "Ratinho" teria ficado muito pouco tempo no cargo – muito embora, nas homenagens e menções elogiosas que recebeu, seu desempenho à frente da Secretaria de Meio Ambiente tenha sido o mais citado em termos de "legados políticos". No *site*, a reportagem menciona as trocas que aconteceriam na gestão da Prefeitura por conta dos licenciamentos para as eleições municipais em 2016 e o redator "alfineta" o político quando fala de seu afastamento: "mal foi nomeado, Osvaldo Costa da Silva já não é mais secretário" [http://www.nilopolisonline.com/2016/04/calazans-promove-alteracoes-em-seu.html, em 26/12/2016].

91 Exceção feita à Geraldo Gerpe, cujo caso teve bastante *repercussão* e contava com várias fontes sobre a sua vida como cidadão e político de Magé. Quando se cogita que a *repercussão* tenha relação com o fato do assassinato de "Geraldão" ter sido um dos eventos classificados como *crime político* pela Polícia Civil, a morte de Luciano "DJ" – em que também foi mantida a *linha de investigação* de *crime político* – a desmente. As fontes na *internet* sobre a vida e morte de Luciano não foram tão abundantes quanto as de Geraldo Gerpe, menos ainda se comparadas as relacionadas à morte de Osvaldo "Ratinho", que foi coberta por veículos de grande circulação, jornais regionais e *blogs* em todo o território nacional. As mortes associadas à *milícia* receberam mais *repercussão* associadas às matérias sobre a *operação conjunta* do Gaeco, da Draco e da SsInt, mas também a outras que falavam sobre a "morte de policiais", como mencionado no corpo do texto. Nos casos de "Berém do Pilar" e Denivaldo, a dramaticidade e violência das imagens das câmeras de segurança que captaram o momento de suas mortes contribuíram para que os vídeos fossem amplamente reproduzidos, circulando em perfis de redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas. Nos casos associados à *milícia* em Duque de Caxias, a associação à matérias sobre as "denúncias de furto de combustíveis dos dutos da Petrobrás" também agregaram *visibilidade* às suas mortes, mas pouco somaram em termos de novas informações sobre os casos. No que se refere às *lideranças comunitárias*, cujas mortes foram associadas ao *tráfico de drogas*, Anderson "Soró" era o que contava com mais informação na rede. Sobre Marco Aurélio "do Sabugo", policial militar licenciado, quase não havia informação. Sobre Aga Pinheiro, a maioria das matérias era repetitiva e não trazia novas informações sobre o caso. As manifestações na Barbuda, com o fechamento da Magé-Manilha foram as principais fontes para se obter um panorama maior da vida e militância de Aga.

de acesso para entrar na residência e atirar contra o carro do candidato. Sete disparos atingiram "Ratinho", dois deles na cabeça. Em matéria do jornal Diário da Baixada, o autor da reportagem comenta que Osvaldo "Ratinho" era uma figura muito "querida, inclusive por seus adversários" e complementa: o "político também fazia atendimento comunitário em sua casa. Ele oferecia gratuitamente os serviços de advogado e também ajudava na recolocação profissional de pessoas que o procuravam"[92]. Segundo amigos, ele tinha pretensões de se tornar Prefeito de Nilópolis e, posteriormente, de representar a cidade na Câmara dos Deputados, em Brasília[93].

VII. 3. REPERCUTINDO AS *MORTES VIOLENTAS* NA BAIXADA FLUMINENSE: NOTÍCIAS DE UM LEVANTAMENTO

As treze mortes que, na véspera das eleições municipais de 2016, foram identificadas como *crimes políticos* pela imprensa de modo algum esgotam o universo de pessoas *ligadas à política* que foram alvo da *violência* – em especial, da *violência letal* – naquele ano na Baixada Fluminense. Os números da imprensa não contabilizam, por exemplo, as *tentativas de homicídios* e – exceção feita ao caso de Alan Moreira – não incluem entre seus mortos assessores, cabos eleitorais etc. Não incluem também *atentados* porventura sofridos por parentes e amigos desses candidatos e pré-candidatos, através dos quais se pode exercer influência sobre suas candidaturas e posicionamentos públicos.[94].

O mérito da cobertura midiática da *violência política na Baixada* não é, portanto, a sua precisão conceitual e/ou estatística. Sua relevância para nosso plano de análise, entretanto, é central. O relato midiático, tomado na condição de "discurso"[95], produz socialmente o fenômeno da *violência letal* na medida em que disciplina e organiza simbolicamente um cotidiano fragmentado e disperso de eventos[96], construindo um encadeamento lógico de causas e consequências; hierarquizando aquilo que, supostamente, apenas descreve. Mas o que informa essa construção? O que ela nos diz – para além daquilo que explicitamente pretende dizer – sobre a *violência na Baixada*? No caso das mortes dos treze candidatos e pré-candidatos nas eleições municipais de 2016, a mensagem manifesta é clara: fazer política na Baixada Fluminense é um risco, não só à vida dos homens e mulheres que a ela se dedicam, mas ao próprio ideal democrático e ao direito como justa medida da vida em sociedade. Mas o que mais elas podem nos dizer?

Atentemo-nos para os rendimentos analíticos de uma comparação. Além das treze mortes analisadas na seção anterior, foram coletados pela equipe de pesquisa outros 180 relatos de *mortes violentas intencionais*, ocorridas entre os meses de agosto e novembro de 2016. Quatro publicações foram consultadas nesse período: as edições digitais de dois jornais que chamamos de *grande*

92 http://jornalhoje.inf.br/wp/?p=30363 [em 26/12/2016]. É importante ressaltar que Tenório Cavalcante, imortalizado como o "Homem da Capa Preta", personagem emblemático na histórica associação entre *violência letal* e *política* na Baixada, também chegou a ter um gabinete no qual atendia de modo clientelista as demandas dos moradores das áreas que controlava, prestando, inclusive, serviços de assistência jurídica.

93 http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-08-18/ate-os-adversarios-gostavam-dele-diz-politico-sobre-morte-de-ratinho.html [em 26/12/2016].

94 Além da necessária referência ao clássico trabalho de Berger e Luckmann, de 1973, "A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento", importante lembrar aqui também da distinção entre *discurso* e *fala*, estabelecida por Michel Foucault em "A Ordem do Discurso", publicado em 1970, que coloca sob escrutínio quaisquer alegações de transparência e objetividade da *notícia*, imaginário sobre o qual se erige as pretensões de neutralidade alegadas frequentemente pelos meios de comunicação de massa. A pesquisa "Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil", lançada pelo CESeC em 2007, é considerada um dos grandes levantamentos nesse campo de discussões de 'violência e mídia' no país. Enquanto referencial etnográfico, os trabalhos de PEREIRA (1998), "A construção da notícia em dois jornais cariocas: uma abordagem etnográfica", e SILVA (2010), "Notícias da violência urbana: um estudo antropológico" contribuem para um aprofundamento ainda maior sobre o funcionamento das redações.

95 Ver FOUCAULT, 2012

96 Ver MARIANI, 2007

circulação – Extra e O Dia – e outros dois de *circulação local* – Destaque da Baixada e Notícias da Baixada. Vejamos o que podemos ler sobre a relação entre *violência letal* e *política* na Baixada a partir desse exercício.

Um primeiro dado que chama a atenção é que as treze mortes que foram eleitas pelos veículos de imprensa para representar o fenômeno dos *assassinatos políticos* na região não diferem muito dos padrões de violência encontrados na coleta dos registros de imprensa feitos pela equipe da pesquisa nos municípios analisados[97]. De um universo de 180 matérias, 38,9% foram registros de 'execução'[98], 22,8% de 'encontro de cadáver'[99] e 13,9% foram de mortes ocorridas em 'confrontos com a polícia'[100]. Entre os *crimes políticos*, quase todos os 13 treze registros foram de 'execução'[101]. A arma de fogo foi o principal instrumento desses *crimes* ditos *políticos*, aparecendo em 100% dos casos relatados; nos 180 registros do levantamento de imprensa, ela é pouco menos representativa, figurando em 73,2% dos relatos. A *violência* retratada pela imprensa é majoritariamente 'masculina' (78,2%), cometida ou tornada manifesta no 'espaço público'[102] (95%); o 'âmbito doméstico' quase não se vê retratado nos registros de imprensa[103]. Por sua vez, dentre os 13 (treze) registros de *crimes políticos*, a morte de Darlei Gonçalves Braga (Paracambi) foi a única ocorrida propriamente no interior da residência da vítima.

Um segundo dado que chama a atenção é que a principal fonte das matérias levantadas sobre 'homicídios' na Baixada Fluminense – tanto no caso dos *veículos de grande circulação* consultados (Extra e O Dia), quanto nos *veículos locais* (Destaque da Baixada e Notícias da Baixada) – são as próprias forças policiais, figurando como referência para as informações relatadas em 60,6% dos casos. Para as mortes ocorridas em 'confrontos com a polícia' essa proporção é pouco maior, 61,5%. Entretanto, uma observação importante sobre a estrutura narrativa dos relatos faz-se necessária para a devida ponderação desse percentual. Nos relatos de mortes ocorridas em 'confronto com a polícia' do que chamamos aqui de *jornais de circulação local* quase não há menção à fonte das matérias[104]. Entretanto, na quase totalidade dos casos, uma fala estereotipada, povoada de terminologias e estruturas narrativas típicas do *jargão policial*, emerge no relato jornalístico, como se este tivesse sido escrito com base nos registros policiais. Além disso, os relatos são quase sempre simples, curtos, às vezes, banais (a morte como estatística de *produtividade policial*), às vezes, jocosos (a morte apresentada como galhofa do outro).

97 No levantamento de imprensa feito pela equipe de pesquisa foram contemplados os municípios de Duque de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti, Mesquita, Nova Iguaçu, Nilópolis, Paracambi, Japeri, Queimados, Magé, Guapimirim, Seropédica e Itaguaí.

98 Foram computados como 'casos de execução' as matérias que faziam menção explícita a palavra 'execução'. De um modo geral, a dinâmica dos eventos envolvia um grupo armado – ou mesmo um atirador solitário – que age de carro, moto ou a pé, disparando contra uma pessoa ou um grupo de pessoas, em que uma ou mais delas vem a óbito. Os 'encontros de cadáver' com "sinais de execução" não são computados nessa categoria.

99 Foram computados como 'encontro de cadáver' relatos de imprensa sobre corpos inteiros – o que exclui partes de corpos, como cabeças, membros etc. – encontrados em rios, terrenos baldios, matas, lixões, em vias públicas etc. Muitos desses corpos, de homens e mulheres, não possuem identificação e/ou menção a causa da morte (menciona-se "corpo com sinais de execução", "corpo com marcas de tiros" etc.), pelo menos por ocasião da realização da matéria.

100 Foram computados como 'confrontos com a polícia' relatos de casos em que a matéria menciona que houve "troca de tiros" entre "policiais" (militares, civis e, algumas vezes, federais) e "bandidos", "marginais", "ladrões", "traficantes" etc., em que estes últimos vêm a óbito. Não houve registro de "troca de tiros" entre "policiais" e "milicianos".

101 Exceção feita aos dois casos computados pela Polícia Civil como "crimes passionais": Nelson Gomes Souza (PMN), o Nelson "Lilinho", policial militar reformado, ex-Vereador de São João de Meriti, e de Darlei Gonçalves Braga (PTB), que morreu em Paracambi, mas era vereador em Japeri. O caso de Nelson foi uma "briga de trânsito"; no caso de Darlei, não há mais informações sobre as circunstâncias e possível autoria do crime, apenas que seu corpo foi encontrado em casa.

102 No sistema classificatório criado para caracterizar o fenômeno da *violência letal* na Baixada Fluminense, o que chamamos de 'espaço público' se refere aos eventos ocorridos em 'via pública', em espaços abertos como ruas, praças, terrenos baldios etc.

103 Exceção feita, geralmente, aos casos mais dramáticos, como o de um homem, em Caxias, que matou a mulher na frente do filho e se suicidou em seguida, entregando o filho aos policiais militares pouco antes de tirar a própria vida [http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-07-20/policia-identifica-homem-que-matou-mulher-na-frente-do-filho-em-caxias.html, [acesso em 26/12/2016].

104 A orientação dada ao grupo de pesquisadoras que realizava o levantamento – Bethania Almeida, Francyne Motta e Carolina Leones, alunas do Bacharelado em Segurança Pública e Social da UFF – era de que só incluíssem a fonte quando explicitamente mencionada pela publicação, evitando ilações de qualquer natureza acerca da fonte dos dados.

Entre os *crimes políticos*, os relatos de imprensa são mais longos e bem mais detalhados; outras fontes (parentes, amigos, testemunhas etc.) são consultadas, oferecendo testemunhos sobre as circunstâncias de vida e morte das vítimas. Parece haver uma intenção explícita de produzir empatia, em alguns casos; em outros, indignação. No caso das mortes de candidatos e pré-candidatos que eram também policiais ou ex-policiais, quase todas as matérias faziam conexões explícitas com uma agenda de *problemas públicos* mais abrangente, como no caso do furto de combustível dos dutos da Petrobrás, em Duque de Caxias, ou as estatísticas do estado de mortes de policiais naquele ano. Essa associação parece atribuir maior visibilidade e clamor público em torno da apuração daquela morte. Os vídeos das câmeras de segurança, associados à cobertura dos *crimes políticos*, parecem produzir um efeito semelhante. Eles agregam dramaticidade, causam indignação pública com o *problema da violência*. As mortes em 'confronto com a polícia' não parecem ser um *problema*. Elas – de modo geral – não têm história, não têm contexto, não têm outras narrativas que não a policial. As imagens, quando incluídas nas matérias, são brutais; aparecem em links à parte, muitas vezes, com indicações de cautela aos espectadores, mas não se individualizam. Formam uma massa de corpos sem nome, sem biografia, sem relações. São banalizadas como estatísticas de *produtividade*. Viram manchetes jocosas em frases de efeito de um humor extremamente duvidoso.

VIII. CONCLUSÕES

Procuramos, ao longo desse trabalho, estabelecer um apanhado dos padrões homicidas na Baixada Fluminense, de acordo com os limites que nossas estratégias metodológicas definiram. Os dados oficiais, um amplo conjunto de entrevistas com atores de inserções variadas na região, uma permanência em campo de duração razoável e uma coleção de notícias jornalísticas foram as principais fontes para a formulação do mosaico que foi aqui apresentado.

Nos dados oficiais, encontramos um perfil de vítimas que não se diferencia substantivamente daquele encontrado nacionalmente para esse tipo de violência. Ao cotejarmos essas informações com as percepções dos atores em campo, foi possível apurar a indiferença em relação a essas mortes.

A recorrência e a indiferença fazem desse perfil (jovens negros e moradores de áreas periféricas) a vítima preferencial porque essas mortes acarretam baixos custos para seus autores e altos lucros em seus credenciamentos e negociações nos mercados ilegais. Argumentamos, assim, que o padrão homicida na Baixada está articulado à operação dos mercados ilegais nos quais o ato de matar opera como fator chave. Poder matar é adquirir credenciais nos mercados ilegais de bens financeiros e políticos.

Se os mercados ilegais já vinham, há muito, sendo apontados como correlatos às dinâmicas do homicídio no Brasil, o contexto da Baixada exemplifica processos nos quais esses mercados estão em relação com a política e com o Estado. Vimos, assim, como o uso excessivo da força, o poder de matar, por parte dos policiais é manejado como uma ferramenta para a aquisição de ganhos financeiros. Já no que diz respeito à fronteira com a política, explicitamos uma rede de poderes que tem, na base, o controle de territórios e eleitorados e a exploração criminosa serviços públicos e privados e, na ponta, carreiras políticas em cargos eletivos e de confiança. É nessa fronteira com a política e seu vínculo com os mercados criminosos que se configura uma modalidade de letalidade violenta que chamamos de clientelismo homicida.

As práticas homicidas desses arranjos de poder são definidas por três métodos prioritários: o confronto, a execução e a ocultação de cadáver. Nas disputas por território, predominam o confronto. Nos acertos de contas, nas "limpezas de área", nas disputas por liderança, nas demonstrações de poder, nas punições por comportamentos e práticas "desviantes", as execuções, seguidas da ocultação do cadáver, são os métodos homicidas prioritários. O levantamento de notícias de jornais apresentado no último capítulo, sugere que o padrão mais recorrente de homicídios na Baixada se refere às execuções, sendo os confrontos mais ocasionais e fortuitos. Nos casos em que nossos entrevistados se referiram às mortes que ocorrem cotidianamente, a maior parte das narrativas descreve casos de execuções.

Os personagens que operam esse mercado homicida são facções do tráfico de drogas, grupos de extermínio, milícias, polícias e políticos. Todos eles são operadores dos métodos e das circunstâncias resumidas acima. Os laços desses mercados criminosos com a política e com o Estado sugerem que determinadas contradições do próprio Sistema de Justiça Criminal e dos poderes municipais operam, de certa forma, como uma retaguarda: seja da fragilidade da tutela da segurança como direito, seja na complacência na fiscalização e na punição das práticas homicidas articuladas ao poder.

VIII. 1. RECOMENDAÇÕES PARA O CASO DA BAIXADA

A questão dos homicídios na Baixada Fluminense, por estar integrada a uma rede muito densa de poderes, circunstâncias, agências e métodos, se configura em problema de longa duração e faz do interesse em se vislumbrar horizontes para a reversão desse quadro, uma tarefa difícil. Apresentamos, entretanto, algumas recomendações de modo a orientar possíveis intervenções que busquem uma saída a esse cenário.

Em vista da profunda corrosão das instituições públicas por esse contexto, com grande fragilidade de tutela de direitos, consideramos que as práticas do direito repressivo correntes no nosso Sistema de Justiça Criminal têm poucas chances de serem eficazes para o controle do problema dos homicídios na Baixada. *Propomos, por isso, em alternativa, a construção de experimentos de tutelas coletivas de direitos, pela lógica do direito responsivo. Isso corresponderia à construção de mecanismos que tenham poderes de intervenção e contem com a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais que se organizam em torno das lutas pelos direitos a serem tutelados*.

Estamos falando de um *mecanismo estadual de redução dos homicídios* que, ao invés se constituir a partir de planos locais de intervenção pautados em diagnósticos muito circunstanciados, tenha uma arquitetura institucional participativa e uma natureza política deliberativa que se concentre nas seguintes frentes de intervenção:

- *Controle e fiscalização do uso da força policial, com especial atenção para a definição de parâmetros para a investigação e elucidação das mortes provocadas por policiais em serviço.*
- *Discussão de parâmetros de investigação policial que se dirijam para a elucidação dos crimes mais representativos do perfil majoritário das vítimas e não nos perfis desviantes, como ocorre agora.*
- *Proteção de testemunhas e familiares de vítimas.*

No âmbito regional da Baixada Fluminense, seria desejável criar um mecanismo análogo que se encarregasse de:

- *Adotar práticas de formulação de orçamentos participativos.*
- *Fiscalização dos orçamentos públicos municipais.*
- *Exigir das prefeituras a ampliação de políticas de promoção e proteção social voltadas para o perfil prioritário das vítimas de homicídios.*
- *Exigir das prefeituras ações de valorização dos universos culturais desses grupos.*
- *Construir uma articulação com a Justiça eleitoral para o encaminhamento de denúncias e apuração de práticas ilegais relacionadas ao voto.*

Em termos de sua institucionalidade, esses mecanismos seriam protagonizados pela Defensoria Pública, pelo Ministério Público e pela sociedade civil organizada que tenham trajetórias comprovadas de atuação nas frentes correlatas ao tema em questão.

VIII. 2. UMA AGENDA DE ATUAÇÃO PARA A REDUÇÃO DOS HOMICÍDIOS NO ESTADO[105]

EIXO 1 – GESTÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA LETAL

Há quase duas décadas se discute a necessidade de que os municípios encampem a agenda da prevenção da violência. Os municípios operam um conjunto de políticas que possuem potencial para a prevenção e a redução das violências. Quando pensamos em outros atores públicos, para além das polícias estaduais, cujas ações podem produzir efeitos para a contenção de dinâmicas violentas, muitos deles se encontram na esfera municipal de administração. Ao afirmar, portanto, o protagonismo dos municípios no campo da segurança pública em uma abordagem preventiva, apostamos que a consolidação da experiência democrática no nível local pode ser uma via para superar o problema dos homicídios no Brasil.

- Os municípios devem encampar a agenda da prevenção da violência como uma das prioridades de suas gestões.
- Ampliação e qualificação das instâncias municipais nos espaços de participação e gestão integrada da segurança pública.
- Construção de diagnósticos sobre a violência nos municípios e construção de planos de prevenção da violência.
- Ativação e fortalecimento dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal e de centrais municipais de vídeo monitoramento.
- Criação de ações integradas entre as secretarias de assistência social, de direitos humanos, de educação, de saúde, cultura, juventude, esporte e Lazer que tratem da garantia de direitos e da promoção de oportunidades nos territórios prioritários identificados.
- Implantação e modernização das guardas municipais nos municípios da Baixada, promovendo atuação em defesa da vida da população.
- Foco orçamentário dos municípios no tema da prevenção da violência letal, com enfoque prioritário nos jovens negros moradores de periferias e pautado em diagnósticos prévios e no planejamento.
- Ampliação e qualificação de quadros funcionais de carreira especializados na prevenção da violência letal no nível municipal, com enfoque prioritário nos jovens negros moradores de periferias.
- Rejeição às propostas de incorporação do uso de armamento letal pelas guardas municipais.

EIXO 2 – VIOLÊNCIA LETAL E POLÍTICA NA BAIXADA FLUMINENSE

No contexto que precedeu as eleições municipais de 2016, na Baixada Fluminense, ocorreram 12 assassinatos de candidatos ou pré-candidatos ao poder legislativo. Esse fenômeno indica que a violência letal na região possui forte articulação com o contexto político local, sobretudo no que diz

105 Esta seção resulta de um ciclo de discussões que o ISER organizou para a elaboração de uma agenda de redução de homicídios para o estado do Rio de Janeiro. Participaram desses seminários as seguintes organizações: LAV/UERJ, CESeC, Observatório de Favelas, Redes da Maré, Instituto Igarapé, Casa Fluminense, NECVU/UFRJ, Anistia Internacional, DSP/UFF, NEEIPP/UFF, Fórum Grita Baixada e Unicef. Agradecemos a essas organizações pelas contribuições para a formulação dessa agenda compartilhada.

repeito à atuação das milícias e dos grupos de extermínio. Enfocar os processos que vinculam os crimes eleitorais com os homicídios nos municípios é uma frente importante de intervenção, tendo em vista que se dirige para aspectos de longa duração que engendram o contexto da letalidade violenta. Acreditamos que o contexto da Baixada Fluminense é central para a compreensão de vetores causais dos homicídios que começam a se tornar presentes em outros contextos do Rio de Janeiro para além da Capital, inclusive o interior.

- Criação de uma CPI na ALERJ para investigação da articulação entre os crimes eleitorais na Baixada e a atuação das milícias e grupos de extermínio.
- Maior autonomia do Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (GAESP) em relação à Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista que as milícias e grupos de extermínio são compostos recorrentemente por policiais e bombeiros da ativa ou da reserva.
- Estímulo a uma frente especializada de investigação de mortes associadas a crimes eleitorais na Divisão de Homicídios da PCERJ, em que haja uma articulação entre essa divisão, a DRACO, o GAESP e o GAECO.
- Intensificação das ações fiscalizadoras do Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal Regional Eleitoral.

EIXO 3 – MILÍCIA, TRÁFICO E GRUPO DE EXTERMÍNIO – PANORAMA DA CRIMINALIDADE VIOLENTA NO RIO DE JANEIRO

Nos últimos dez anos, o Rio de Janeiro observou reconfigurações nas dinâmicas da criminalidade violenta. Destacam-se nessas mudanças fatores como: a interiorização da criminalidade violenta; a expansão das milícias para os territórios da Baixada Fluminense, para o restante da Região Metropolitana e para o interior (sobretudo, a região da Costa Verde); a adoção de práticas criminosas cada vez mais semelhantes entre o tráfico e as milícias (há milícias que traficam drogas, traficantes que exploram serviços ilegais antes típicos do modo de atuação miliciano, áreas das cidades onde há uma espécie de acordo ou sociedade entre esses dois grupos criminosos etc.); e a ruptura da aliança entre o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho. Tais mudanças alteram as rotas de circulação das armas pelos territórios do estado e, consequentemente, produzem impactos para o comportamento dos índices de homicídios. Enfocar a atuação desses grupos é também pensar em possibilidades mais eficientes para se desarticular os vínculos que conectam essas organizações aos homicídios.

- Maior articulação entre Polícia Civil, Polícia Militar, Ministério Público, Sistema Judiciário e Sistema Penitenciário para a investigação da atuação dessas organizações criminosas.
- Pautar uma política de segurança cuja atuação policial se direcione para essas organizações criminosas a partir de uma abordagem mais investigativa e menos orientada para o confronto.

EIXO 4 – RUMOS DO POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE

Um dos efeitos mais notórios das Unidades de Polícia Pacificadoras foi a queda brusca de disparos de armas de fogo e consequentemente de homicídios logo a seguir de suas implantações. Apesar de todas as contradições que atravessam essa experiência de policiamento, foi possível perceber que alterações nas práticas de policiamento podem produzir efeitos de curto prazo nos índices de homicídios. As UPPs trouxeram para a PMERJ o enfoque no modelo de polícia de proximidade como

uma possibilidade de reversão das práticas policiais orientadas para o combate com a recorrência do abuso e da imperícia do uso da força. Atualmente, essas unidades saíram do foco de atenção do poder público estadual, bem como da opinião pública, com a tendência de se assemelharem cada vez mais com as práticas policiais tradicionais e desalinhadas com as prerrogativas do trabalho policial em contextos de democracia. É importante, portanto, que haja um enfoque o policiamento de proximidade como elemento estruturante do trabalho policial da PMERJ.

- O padrão de policiamento empregado na 1ª CIPP deve servir de parâmetro para a implantação de outras CIPPs que tragam policiamento de proximidade para o centro das práticas dos Batalhões convencionais.
- As práticas de policiamento de proximidade necessitam de ferramentas diferenciadas de monitoramento e produção de informações próximas ao modelo policiamento orientado para a solução de problemas.
- Aperfeiçoamento dos processos de formação policial que se contraponham à reprodução de um *ethos* guerreiro e distante dos parâmetros do trabalho policial em contextos democráticos. Essas ações de formação devem levar em consideração a dimensão prática, com estudos de caso e reflexão coletiva sobre o cotidiano do trabalho policial.

EIXO 5 – LETALIDADE POLICIAL

No estado do Rio de Janeiro, como em grande parte do Brasil, as mortes provocadas pela atuação da polícia (considerando-se apenas aquelas ocorridas durante o serviço) são responsáveis por um percentual importante do total de homicídios. A Anistia Internacional mostrou que, no ano de 2014, as mortes provocadas por policiais em serviço no município do Rio de Janeiro corresponderam a cerca de 15% do total de homicídios. A opinião pública e a própria gestão governamental naturalizam a atuação policial em periferias pela lógica das operações policiais pautadas pela lógica do confronto. Enfocar a violência policial e os abusos do uso da força por policiais em serviço é uma condição de base para qualquer cenário que pretenda refrear a conflagração dos homicídios no estado do Rio de Janeiro.

- Recomenda-se que a Delegacia de Homicídios incorpore a investigação de homicídios decorrentes de intervenção policial, sem que haja a alteração do título da ocorrência para "homicídio doloso".
- É importante que dados produzidos pelo ISP no que diz respeito às mortes provocadas por policiais em serviço discriminem aquelas de autoria de unidades especializadas como o BOPE o CHOQUE e a CORE, sem que essas sejam computadas apenas como decorrentes da atuação dos batalhões de área.
- Adoção do Programa de Controle do Uso da Força que chegou a ser iniciado pela PMERJ.
- Padronização nacional do registro de homicídios decorrentes de intervenção policial.
- Repúdio à resolução do Conselho Superior de Polícia que muda a nomenclatura de "homicídio decorrente de intervenção policial" para "homicídio decorrente de oposição à polícia".
- Aprovação do PL 4471/2012, que trata de procedimento de perícia, exame de corpo delito, necropsia e da instauração de inquérito nos casos em que o emprego da força policial resultar morte ou lesão corporal.
- Instalação de câmeras embarcadas e no uniforme de todos os policiais em atuação nas ruas e presença de sistema de GPS em todas as viaturas policiais.
- Regulamentação nacional do armamento menos letal.

- Criação de metas específicas para a redução da letalidade decorrente de intervenção policial no Sistema Integrado de Metas (SIM) da SESEG.
- Adoção do Índice de Aptidão para o Uso da Força Policial (IAUF), elaborado pelo LAV/UERJ.
- Criação de uma Comissão Estadual de Controle de Homicídios, com participação da sociedade civil e grupos especializados no controle do uso da força pelas polícias.

EIXO 6 – O TRABALHO INVESTIGATIVO E ATUAÇÃO DAS DELEGACIAS DE HOMICÍDIOS

Tendo em vista a magnitude da incidência dos homicídios no estado do Rio de Janeiro, é indispensável que se reforce a importância da existência de uma Divisão de Homicídios. Nos últimos anos, esse setor especializado da PCERJ produziu aperfeiçoamentos importantes no trabalho investigativo desse tipo de crime, com aumento da caracterização da autoria e redução do tempo de chegada à cena do crime. São, entretanto, muitos os desafios para a consolidação do trabalho das DHs.

- O trabalho das Delegacias de Homicídios deve priorizar a elucidação dos crimes com perfis mais recorrentes e ocorridos em áreas de maior incidência no estado.
- Autonomia da perícia técnica no bojo da aprovação da PEC 117/15.
- Reforço da atuação das ouvidorias de polícia com enfoque na realização do trabalho de investigação e elucidação dos homicídios.
- Replicação do modelo da Delegacia de Homicídios da Capital que possui equipes especializadas em cena do crime.
- Construção de um banco de dados balístico.
- Reforço da estrutura logística e de pessoal das DH que atualmente operam de forma precária.

EIXO 7 – CONTROLE DE ARMAS

As armas de fogo são um vetor importante da violência letal no Brasil[106]. É sua difusão que possibilita que atividades criminosas como o tráfico de drogas se convertam também em organizações violentas e territorializadas. O controle de armas é, assim, uma dimensão incontornável para quaisquer ações que pretendam reduzir homicídios no Brasil.

- Apoio à manutenção do Estatuto do Desarmamento que está sendo desarticulado no Congresso.
- Aperfeiçoamento do controle do uso de armamentos por parte dos profissionais de segurança pública.
- Apoio a programa e campanhas de incentivo à redução da circulação de armas de fogo.
- Estímulo para a consolidação de uma cultura entre os profissionais de segurança pública para que não portem armamento fora de serviço.
- Maior controle e transparência sobre as ações policiais de apreensão de armas e munições.

106 Ver CERQUEIRA, D. (2014), *Causas e consequências do crime no Brasil*. Rio de Janeiro, BNDES.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. (2008), *Compreender: formação, exílio, totalitarismo (ensaios)*. São Paulo, Companhia das Letras.

ALVES, José Claudio Souza. (2003), *Dos barões ao extermínio; uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Claxias, APPH; CLIO.

ANISTIA INTERNACIONAL. (2015), "*Você matou meu filho": homicídios cometidos pela Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Anistia Internacional.

BECKER, Howard Saul. (2008), *Outsiders: estudos sobre a sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

BERGER, P. & LUCKMANN, T. (2002), *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento* (22a ed.), Petrópolis, Vozes.

BOURDIEU, Pierre. (1989), "A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo" in *O poder simbólico*, v. 3, 1989.

_____. (1992), "O mercado de bens simbólicos". In MICELI, Sérgio (org.). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1992.

CANO, I.; BORGES, D.; RIBEIRO, E. (2014), *Os donos do morro*. Rio de Janeiro, LAV/UERJ.

CARVALHO, José Murilo de. (1997), Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. ***Dados***, v. 40, n. 2.

FOUCAULT, Michel. (2000), "Sobre a História da sexualidade". in M*icrofísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, p. 243 – 27.

_____. (2012), *A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo, Edições Loyola.

GOFFMAN, Erving. (1981), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. São Paulo, Perspectiva.

GLUCKMAN, Max "Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna" in BIANCO, Bela Feldman (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. Global, 1987.

HUNT, Lynn. (2009), *A invenção dos direitos humanos – uma história*. São Paulo, Companhia das Letras.

LEAL, Victor Nunes. (1976). *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Alfa-Omega.

MARIANI, B. (2007), "Imprensa, produção de sentidos e ética". in RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lúcia Maria Alves. *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Mauad Editora Ltda.

MAUSS, Marcel (2003), “Ensaio sobre a dádiva: formas e razão da troca nas sociedades arcaicas”. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, Cosac & Naïfy.

MUSUMECI, Leonarda. (2015), “Eles nos detestam”: Tropeços do policiamento de proximidade em favelas. *Boletim Segurança e Cidadania*, n. 19, novembro.

NONET, Philippe & SELZNICK, Phiplip. (2010), *Direito e sociedade: a transição ao sistema jurídico responsivo*. Rio de janeiro, Revan.

PEREIRA, S. G. N.(1998), *A construção da notícia em dois jornais cariocas: uma abordagem etnográfica*. 119f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. (2007), *Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro, CESeC.

RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza. (orgs.) (2012). Unidades de Polícia Pacificadora: Debates e reflexões. *Comunicações do ISER, nº 67*.

RODRIGUES, Robson. (2011), *Entre a caserna e a rua: o dilema do “pato” – uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia D. João VI*. Rio de Janeiro, Eduff.

SILVA, E. M. A. da. (2010), *Notícias da violência urbana: um estudo antropológico*. Niterói, UFF.

SOARES, Luiz Eduardo. (2000), *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo, Companhia das Letras.

THOMAS, Louis-Vicent. (1983), *Antropología de La muerte*. México, FCE.

TURNER, Victor Witter; SCHECHNER, Richard. (1988) *The anthropology of performance*. London, Oxford.

TURNER, Victor Witter. (2008) *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Rio de Janeiro, EdUFF.

VAN VELSEN, J. (1987), “A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado” in BIANCO, Bela Feldman (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. Global.

VELHO, Gilberto. (org.) (1985), *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar

VERNANT, Jean-Pierre. (1980). “La belle mort et le cadavre outrage” in *L’Individu, la Mort, l’Amour*. Paris, Gallimard.

WEBER, Max. (1999), *Economia e Sociedade*, vol. 1. Brasília, UnB.

ANEXOS

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DE REUNIÕES DE CONSELHOS

1 / Local e contexto

/ Local e data em que o evento foi realizado (identificar se é local privado ou se vinculado a alguma entidade participante da reunião).

/ Como foi para encontrar o local?

/ Características do espaço do evento e da localidade.

/ É um espaço permanente das reuniões ou elas são itinerantes?

/ Se houve algum questionamento por parte dos participantes sobre a escolha do local.

/ Pauta e motivações da reunião.

2 / Perfil dos participantes

/ Composição da mesa.

/ Quais membros natos estavam presentes?

/ Perfil do presidente do Conselho (procurar avaliar qual sua inserção na política local).

/ Número de participantes.

/ Perfil do público presente (tentar listar ao máximo as organizações participantes, seu perfil social, tipos de representação que exercem, perfil etário etc).

/ Apurar a presença de participantes que não são membros do conselho, nem frequentadores recorrentes das reuniões.

3 / Debate

/ Há apresentação da ata, ou qualquer alusão à reunião anterior?

/ Como se constitui a pauta: já estava fechada em reuniões pregressas, ou há espaço para questões ocasionais?

/ Questões debatidas (observando o perfil de quem propôs as questões e quem comentou ou reagiu a elas).

/ Como são qualificadas questões e demandas descritas como assuntos de segurança pública?

/ Triangular: lugar de fala, tema debatido e contexto do debate.

/ Como a questão da prevenção da violência, em geral, é tratada?

/ Como a questão dos homicídios, especificamente, é tratada?

/ Como são construídas falas que tratam da questão do policiamento?

/ Quais aspectos não policiais relacionados à violência e à segurança pública foram tratados e elencados?

/ [Para essas quatro últimas questões, privilegiar as diferenças de posicionamento por parte da sociedade civil e dos representantes estatais, observando diferenças entre e intra esses perfis].

4 / Geral

/ Como os locais de fala são estabelecidos pelos próprios discursos?

/ Ter atenção para as modulações discursivas que costuram as interações entre as polícias e os atores sociais e políticos locais e outras instâncias governamentais (Como se apresentam as demandas, a quem se dirigem, quem reage ou responde a elas).

/ Padrões de interação, articulação e relacionamento entre o poder público (local ou central) e a sociedade civil.

/ Quais atores despontam como relevantes para conversas e entrevistas em profundidade? (Alimentar, depois a lista de contados).

/ Há registro dos debates e intervenções? A quem cabe?

/ Encaminhamentos decididos.

ROTEIRO DE ENTREVISTA – ATORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Apresentação: "Esta entrevista ocorrerá como recurso para uma pesquisa do IEAR sobre prevenção da violência na Costa Verde. Será respeitado o seu anonimato. Todas as informações pessoais serão resguardadas".

1 / Perfil e trajetória

/ Nome.

/ Idade.

/ Local onde mora.

/ Já foi morador da Costa Verde? Onde?

/ Escolaridade (Se tiver nível superior, em qual área?).

/ Cargo que ocupa.

/ Trajetória profissional (como chegou naquele cargo).

/ Religião.

/ Filiação político-partidária.

/ Vinculação a movimentos sociais ou grupos organizados da sociedade civil.

2 / Atuação profissional e cotidiano de área de trabalho

/ Atividades que desenvolve.

/ Como é o dia a dia?

/ Principais atendimentos.

/ Tipos de atendimentos mais recorrentes.

/ Perfil recorrente dos atendidos.

/ Casos mais emblemáticos.

/ Já atuou em políticas articuladas com o tema da violência? Como foi?

/ Há algum programa de atendimento especial para vítimas de violência (violência doméstica, de familiares de vítimas, pós-trauma, etc.).

/ Encaminhamentos dados para vítimas ou familiares de vítima da violência. Apresentar o repertório (se existir).

/ Já lidou com algum caso de homicídio (se for aplicável)? Como foi?

/ Participou ou participa de algum Conselho Municipal? Qual? Como é/foi?

3 / Percepções sobre outros atores estratégicos

/ Com quais órgãos públicos costuma interagir no cotidiano do trabalho?

/ Como é essa interação? (percepção sobre cada um deles, considerando os fluxos dos atendimentos que desenvolve). [Considerar informações coletadas no bloco sobre o cotidiano do trabalho que desenvolve].

/ Com quais órgãos privados costuma interagir no cotidiano do trabalho?

/ Como é essa interação? (Idem).

/ Com quais órgãos da sociedade civil e de defesa de direitos costuma interagir no cotidiano do trabalho?

/ Como é essa interação? (Idem).

/ Quais órgãos poderiam ser parceiros cotidianos, mas não estão presentes no dia a dia?

4 / Percepções sobre o bairro ou região em que atua

/ Descrição geral do lugar de trabalho (cotidiano do lugar articulado com o cotidiano do trabalho).

/ Perfil dos moradores/ público atendido.

/ Presença equipamentos públicos e privados

/ [Retomar questões sobre como é a interação casa haja alguma dúvida]

5/ Percepções sobre violência, homicídio e segurança pública

/ Com quais violências lida no dia a dia ou quais violências observa no local ou região em que atua?

/ Como ocorrem?

/ Por que ocorrem?

/ Perfil de atores e vítimas dessas situações

/ [Se aparecer homicídios, aprofundar]

/ Já lidou diretamente com alguma situação de violência? Como foi?

/ Como descreveria a atuação policial na região?

/ [Tentar apurar diferenças entre PMERJ, PCERJ e GM]

/ Já fez algum atendimento com a participação da polícia? Como foi?

ROTEIRO DE ENTREVISTA – MORADORES

1 / Perfil e trajetória

/ Nome.

/ Idade.

/ Escolaridade (Se tiver nível superior, em qual área?).

/ Profissão.

/ Religião.

/ Local onde mora.

/ Trajetória de pertencimento ao bairro/município/baixada (Há quanto tempo mora? Se já morou em outro lugar? Se tem família residente nas proximidades etc.) [Essa questão já é para ir criando vínculos com a conversa sobre o cotidiano]

2 / Percepções sobre serviços públicos e ações da sociedade civil

/ Quais serviços públicos costuma usar no bairro? (postos de saúde, assistência social, creche, conselho tutelar etc.)

/ Como avalia esses serviços? (percepção sobre cada um deles).

/ Há algum serviço público que utilize com regularidade que precise se deslocar do bairro onde mora? Qual? Como avalia esse deslocamento e esses serviços?

/ Quais serviços acredita serem mais ausentes no bairro? Quais fazem mais falta? Por quê?

/ Utiliza algum serviço prestado por alguma ONG, Igreja, associação ou outra entidade que não seja do governo? Quais? Como é cada um? Qual a importância deles no bairro?

3 / Percepções sobre o bairro ou região em que atua

/ Descrição geral do lugar de trabalho (cotidiano do lugar articulado com o cotidiano do trabalho).

/ Perfil dos moradores

/ Principais problemas cotidianos

/ Principais fatores positivos em morar no bairro em questão.

4/ Percepções sobre violência e segurança pública

/ Com quais violências lida no dia a dia ou quais violências observa no local ou região em que atua/mora?

/ Como ocorrem?

/ Por que ocorrem?

/ Perfil de atores e vítimas dessas situações

/ [Se aparecer homicídios, aprofundar]

/ Já lidou diretamente com alguma situação de violência? Como foi?

/ Como descreveria a atuação policial na região?

/ [Tentar apurar diferenças entre PMERJ, PCERJ e GM]

/ [Se forem citados casos concretos de vítimas de homicídio, tentar apurar contato do/a entrevistado/a com a vítima e a possibilidade de contatar conhecidos e familiares da/s vítima/s. **Atenção: Isso deve ser feito com muito tato e só na medida das aberturas fornecidas pelo/a entrevistado/a**.]

ROTEIRO DE ENTREVISTA – ATORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

1 / Perfil e trajetória

/ Nome.

/ Idade.

/ Local onde mora.

/ Já foi morador da Costa Verde? Onde?

/ Escolaridade (Se tiver nível superior, em qual área?).

/ Cargo que ocupa.

/ Trajetória profissional (como chegou naquele cargo).

/ Há quanto tempo ocupa o cargo?

/ Religião.

/ Filiação político-partidária.

2 / Atuação profissional e cotidiano de área de trabalho

/ Atividades que desenvolve.

/ Como é o dia a dia?

/ Principais atendimentos.

/ Tipos de atendimentos mais recorrentes.

/ Perfil recorrente dos atendidos.

/ Casos mais emblemáticos.

/ [Ao comandante] Sobre o batalhão:

/ Quais setores estão estruturados?

/ Contingente.

/ Perfil da tropa (mulheres/homens, jovens/não jovens etc.).

/ Principais recursos humanos ou materiais em escassez.

/ Como avalia a estrutura física do batalhão?

/ Participou ou participa de algum Conselho Municipal ou comunitário? Qual? Como é/foi?

3 / Percepções sobre outros atores estratégicos

/ Com quais órgãos públicos costuma interagir no cotidiano do trabalho?

/ Como é essa interação? (percepção sobre cada um deles, considerando os fluxos dos atendimentos que desenvolve). [Considerar informações coletadas no bloco sobre o cotidiano do trabalho que desenvolve].

/ Com quais órgãos privados costuma interagir no cotidiano do trabalho?

/ Como é essa interação? (Idem).

/ Com quais órgãos da sociedade civil e de defesa de direitos costuma interagir no cotidiano do trabalho?

/ Como é essa interação? (Idem).

/ Quais órgãos poderiam ser parceiros cotidianos, mas não estão presentes no dia a dia?

4 / Percepções sobre o bairro ou região em que atua

/ Descrição geral do lugar de trabalho (cotidiano do lugar articulado com o cotidiano do trabalho).

/ Perfil dos moradores/ público atendido.

/ Presença equipamentos públicos e privados

/ [Retomar questões sobre como é a interação casa haja alguma dúvida]

5/ Percepções sobre violência, homicídio e segurança pública

/ Com quais tipos de violência lida mais frequentemente no dia a dia ou quais violências observa no local ou região em que atua?

/ Como ocorrem?

/ Por que ocorrem?

/ Perfil de atores e vítimas dessas situações

/ [Se aparecer homicídios, aprofundar]

/ Sobre a dinâmica dos homicídios na região em que atua, quais são as impressões?

/ Perfil de vítima

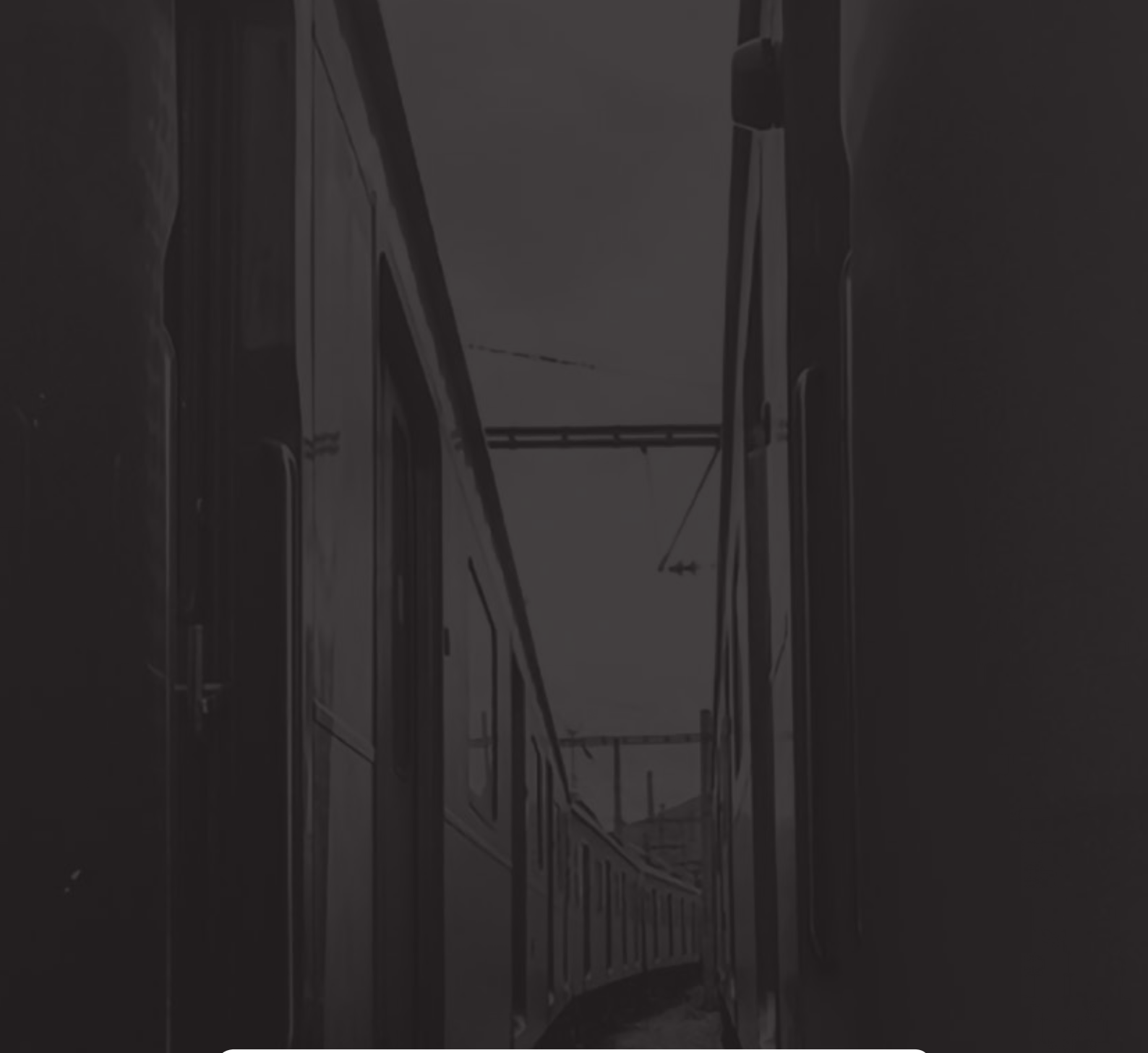
/ Perfil de autor

/ Circunstâncias

/ Motivações

/ Quais as possibilidades de se evitar essas ocorrências?

/ Sobre as mortes que possivelmente possuem motivação política na Baixada, como as interpreta e as avalia?



REALIZAÇÃO

ISER

APOIO

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS

ANISTIA INTERNACIONAL